

Lucas Voigt

**O *DEVIR* E OS SENTIDOS DAS MEMÓRIAS DE  
DESCENDENTES DE ALEMÃES NO  
ALTO VALE DO ITAJAÍ (SC)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetido ao Curso de Graduação em  
Ciências Sociais da Universidade  
Federal de Santa Catarina para a  
obtenção do Grau de Bacharel em  
Ciências Sociais

Orientador:  
Prof. Dr. Alexandre Bergamo Idargo

Florianópolis, SC  
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Voigt, Lucas

O dever e os sentidos das memórias de descendentes de alemães no Alto Vale do Itajaí (SC) / Lucas Voigt ; orientador, Alexandre Bergamo - Florianópolis, SC, 2014. 136 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. Memória. 3. Descendentes de alemães. 4. Campanhas de nacionalização. 5. Nazismo. I. Bergamo, Alexandre. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Lucas Voigt

**O *DEVIR* E OS SENTIDOS DAS MEMÓRIAS DE  
DESCENDENTES DE ALEMÃES NO  
ALTO VALE DO ITAJAÍ (SC)**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais.

Florianópolis, 29 de julho de 2014.

---

Prof. Jeremy Paul Jean Loup Deturche, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Alexandre Bergamo Idargo, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Letícia Borges Nedel, Dr.<sup>a</sup>.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Jacques Mick, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



*Dedicado à memória de meu avô  
Granit Böelling, brasileiro, e meu  
maior exemplo de germanismo.*



## AGRADECIMENTOS

À minha avó Irene Böelling, por seu ímpeto arquivístico, e sua preocupação em preservar e transmitir a memória da família e dos alemães em Santa Catarina.

À minha mãe Ingrid Böelling, por seu auxílio inestimável à realização desta pesquisa, sem o qual ela não teria sido possível. Agradeço o seu apoio durante toda a minha graduação, e o incentivo nos momentos de procrastinação na escrita deste texto.

A meu pai Rolando Voigt, pelo suporte e por todos os sacrifícios realizados em prol da minha formação, e pelo valor atribuído à educação dos seus filhos. Agradeço por sempre ter acreditado em meu potencial.

À minha irmã Rafaela Böelling Voigt, pelo companheirismo, pela parceria e pelo incentivo. Agradeço a sua influência, que contribuiu para despertar em mim o fascínio pelas ciências humanas.

Ao professor Alexandre Bergamo, pela orientação paciente e cuidadosa, e pela contribuição à minha formação enquanto pesquisador. Dos momentos de conversa, e das críticas e sugestões acuradas, resultaram ideias valiosas a este trabalho.

À professora Julia Guivant, pela orientação durante a minha iniciação científica, e por todas as oportunidades acadêmicas e profissionais proporcionadas.

À professora Letícia Nedel, pelas importantes críticas realizadas na qualificação do projeto de pesquisa, que contribuíram para a fundamentação e delimitação deste trabalho.

Ao professor Jacques Mick, pela leitura cuidadosa de uma das primeiras versões deste texto, e pelas profícuas sugestões apresentadas no contexto da disciplina de Seminário de Pesquisa.

A todos os entrevistados desta pesquisa: Carl e Ingelore Mohrmann, Alfredo e Irmgard Barg, Max Will, Alois Kopelke e Mariane Uhlendorf Krüger. Todos os sujeitos de pesquisa me receberam em suas casas, de forma muito atenciosa e com um desejo de compartilhar suas memórias e suas experiências, e contribuir com este trabalho.

A todos os colegas que me acompanharam durante a elaboração deste trabalho, e foram testemunhas do meu processo de escrita. Agradeço por terem ouvido minhas ideias, e colaborado com sugestões e críticas valiosas. Cabe um agradecimento especial aos colegas Rafael Rodrigues, Pedro Musalem, Marcelo Bruniere, Antônio Mafra e Diego Ramos.



## RESUMO

Neste trabalho, analiso os sentidos das memórias construídas por descendentes de imigrantes alemães no contexto de alguns municípios do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina (SC). Entrevistas e documentos familiares constituem-se como as principais fontes de pesquisa. As memórias narradas pelos descendentes de alemães envolvem temas como: os motivos da imigração para o Brasil; o período de violência de Estado sofrida durante as campanhas de nacionalização do Estado Novo (1937-1945); a alegada associação de imigrantes alemães ao nazismo; a relação com antepassados e entre gerações; a importância das habitações e dos móveis na construção das memórias e identidades; entre outros. Assim, ancorado na sociologia da memória, proponho uma análise das memórias de descendentes de imigrantes alemães sobre eventos associados à história e à identidade deles próprios e de seus antepassados. Para desenvolver esta análise, irei explorar a tensão entre as memórias construídas pelos agentes sociais, que tendem a fixar e monumentalizar o passado, e o *devoir da memória*, que opera uma desterritorialização das formas solidificadas do passado, estabelecendo uma zona de indiscernibilidade entre o passado e o presente. Em face aos fluxos do *devoir da memória*, verifica-se uma *resistência ao devoir* por parte dos agentes sociais, visando fixar o passado por meio de uma memória que possua autenticidade e coerência histórica. Deste processo resulta a produção de memórias inexactas. Explicar de que forma ocorre o *devoir da memória*, e identificar quais os elementos simbólicos responsáveis pela *inexactidão da memória*, é desvelar o sentido inerente das narrativas sobre o passado no contexto dos distintos grupos sociais.

**Palavras-chave:** Memória. Sentidos. *Devoir*. Inexactidão. Sociologia.



## ABSTRACT

In this research, I analyze the meanings of memories constructed by descendants of German immigrants in the context of some municipalities of Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina (SC). Interviews and family documents constitute the main sources of research. The memories narrated by descendants of Germans involve topics such as the reasons for immigration to Brazil; the period of state violence suffered during the campaigns of nationalization of the Estado Novo (1937-1945); the alleged association of German immigrants to Nazism; the relationship with ancestors and between generations; the importance of habitations and furniture in the construction of memories and identities; among others. Thus anchored in the sociology of memory, I propose an analysis of the memories of the descendants of German immigrants on events associated with the history and the identity of themselves and their ancestors. To develop this analysis, I will explore the tension between memories constructed by social agents, which tend to fix and monumentalize the past, and the *devir* of memory, which operates a deterritorialization of the solidified forms of the past, establishing a zone of indiscernibility between the past and the present. In the face of the flows of the devir of memory, there is a *resistance to devir* by social agents, aiming to fix the past by a memory that has authenticity and historical coherence. This process results in production of inaccurate memories. To explain how the devir of memory occurs, and identify the symbolic elements responsible for the *inaccuracy of memory*, is to reveal the inherent meanings of narratives about the past in the context of different social groups.

**Keywords:** Memory. Meanings. *Devir*. Inaccuracy. Sociology.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. Sobre a pesquisa .....</b>	<b>15</b>
<b>2. O embasamento teórico e epistemológico: breves apontamentos</b>	<b>18</b>
<b>3. Os princípios teórico-metodológicos e as fontes da pesquisa.....</b>	<b>19</b>
<b>1 OS PÁSSAROS DO MEU AVÔ.....</b>	<b>23</b>
<b>2 A CASA .....</b>	<b>29</b>
<b>3 SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA, VERDADE E INEXATIDÃO</b>	
<b>.....</b>	<b>39</b>
<b>4 O MITO DO “SPECKO” .....</b>	<b>47</b>
<b>5 “O OPA ERA NAZISTA”.....</b>	<b>59</b>
<b>6 O SOLDADO DE HITLER.....</b>	<b>79</b>
<b>7 A INCORPORAÇÃO E A REJEIÇÃO DO ESTIGMA.....</b>	<b>91</b>
<b>POSFÁCIO .....</b>	<b>115</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>132</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>133</b>
<b>ANEXO C.....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXO D.....</b>	<b>136</b>



## INTRODUÇÃO

### 1. Sobre a pesquisa

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) começou a ser desenvolvido no início de 2012, no contexto da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa I – ministrada pelo professor Alexandre Bergamo, que passou a orientar esta pesquisa desde então. À época, foi solicitado aos estudantes da disciplina que realizassem uma pesquisa visando articular o conteúdo discutido durante as aulas com um objeto empírico de pesquisa. Optei por trabalhar com a temática da violência de Estado e estigmatização social a imigrantes alemães e seus descendentes no contexto do Estado Novo (1937-1945).

É importante destacar, desde o início, que possuo uma relação direta com tal temática. Weber (2003) já havia postulado a estreita relação entre as ideias de valor do pesquisador e a escolha do objeto, e como isto não impede a objetividade da pesquisa realizada. O presente pesquisador é descendente de imigrantes alemães e é familiarizado com inúmeras histórias de perseguição política e tortura contadas por seus avôs desde sua infância. O relato destas memórias foi a motivação inicial desta pesquisa.

O processo de obtenção da cidadania alemã, que vivencio há alguns anos, também contribuiu para a definição do tema de pesquisa. No decorrer da pesquisa, percebi que os documentos familiares e fotografias históricas a que tive acesso se mostraram extremamente pertinentes para serem analisados neste TCC<sup>1</sup>. Desta forma, deve-se deixar explícito que esta pesquisa é fruto de uma relação subjetiva do pesquisador com o objeto – que procurou analisar e compreender memórias e identidades de descendentes de alemães, e as memórias da sua própria família e de si próprio –, objetivada com base nas técnicas e teorias oriundas das ciências sociais. Para citar Bourdieu, poderíamos dizer que: “Nesse esforço para explicar-me e compreender-me, poderei doravante apoiar-me nos cacos de objetivação de mim mesmo que fui

---

<sup>1</sup> A realização desta pesquisa contribuiu para ampliar os conhecimentos sobre a história de meus antepassados. Eu já tinha acesso aos documentos familiares que serão aqui analisados há alguns anos. No entanto, somente ao submeter tais documentos a uma análise sistemática, articulando-os às memórias registradas por meio de entrevistas, pude consolidar uma compreensão aprofundada da história da minha família.

deixando pelo caminho, ao longo de minha pesquisa, e tentarei aqui aprofundar e ainda sistematizar”. (BOURDIEU, 2005, p.39).

No entanto, foi possível constatar a existência de inúmeros trabalhos sobre as campanhas de nacionalização e assimilação perpetradas pelo Estado Novo, e seus impactos nas comunidades de imigrantes e descendentes de alemães no sul do Brasil – como o seminal trabalho de Fáveri (2002), que apesar de sua relevância para o campo ainda incorre em um viés presente na maioria das pesquisas sobre o tema, a vitimização. Verifica-se, especialmente na última década, o aparecimento de vários estudos sobre a perseguição e estigmatização sofridas pelos teuto-brasileiros durante o Estado Novo, em um processo de transição dos relatos sobre a violência sofrida do contexto de uma “memória subterrânea” para a “memória oficial” nacional. (POLLAK, 1989)<sup>2</sup>.

Em face ao grande número de estudos sobre o tema, optei então por reorientar a pesquisa. Apesar de as memórias sobre o Estado Novo ainda serem um componente importante nesta pesquisa, elas deixaram de ser o objeto geral de análise. Neste sentido, em 2013 qualifiquei um projeto que se propunha analisar a “identidade alemã” a partir da história brasileira – desde as primeiras levas migratórias até os dias atuais (1824-2013) –, com base naquilo que defini como “enfoque relacional”. Inspirado principalmente em Elias (1994) e seu *modelo figuracional* da sociedade, e também na noção de *habitus* de Bourdieu (2010), pode-se dizer *grosso modo* que o enfoque relacional proposto visava analisar a “identidade alemã” considerando os discursos oficiais por parte do Estado e da imprensa *em relação* às construções identitárias dos descendentes de alemães, isto é, analisar a relação indissociável entre os planos macrossocial e a agência cotidiana dos atores sociais, entre os discursos oficiais transformados em monumentos históricos e a *práxis* dos atores envolvidos, visando romper tais dicotomias.

Este projeto, apesar de ser extremamente relevante e necessário para a compreensão em profundidade das identidades dos descendentes de alemães, se mostrou inviável no contexto de um TCC. Na verdade, o

---

<sup>2</sup> Esta pesquisa integra tal processo de transição. Entendendo a memória como algo em disputa (POLLAK, 1989), a presente pesquisa faz a escolha política e ética – sem abandonar o rigor científico da análise – de contribuir para tal processo de documentação da violência e estigmatização social sofridas pelos imigrantes alemães e seus descendentes. Para uma discussão mais aprofundada sobre as campanhas de nacionalização do Estado Novo e a perseguição de imigrantes, ver especialmente o capítulo 7.

projeto proposto visava estabelecer o recorte mais amplo possível para, posteriormente, permitir o direcionamento e a delimitação do objeto da pesquisa com um amplo espectro de possibilidades. As dificuldades para executar este projeto já eram percebidas em alguns momentos de escrita do TCC, e ficaram eloquentes no momento da qualificação do projeto.

Assim, este TCC sofreu transformações estruturais se comparado ao projeto qualificado. Estas mudanças ocorreram, principalmente, em função da produção e análise das fontes durante a pesquisa. No decorrer do processo de pesquisa, foi possível perceber que as fontes permitiam uma discussão mais proffcua e aprofundada sobre as memórias que os descendentes de alemães construíam, do que sobre as suas identidades. Assim, apesar de a análise das construções identitárias ser indissociável do estudo sobre as memórias, não havia respaldo empírico suficiente para torná-la o mote central de análise desta pesquisa.

Com tal transformação na orientação da pesquisa, paulatinamente distanciei-me da subjetividade que inicialmente marcava a escolha do objeto – por juízos valorativos, pela relevância pessoal que atribuo ao tema e pela influência do processo de obtenção da minha dupla cidadania, eu ensejava discutir a “identidade alemã” no Brasil –, em direção a uma maior “objetividade” demandada pelas próprias fontes de pesquisa produzidas. Assim, a discussão sobre os processos de construção das memórias entre os teuto-brasileiros passou a ser o objeto central de análise desta pesquisa.

Utilizando-me da história oral, realizei seis entrevistas que tratavam de memórias sobre as histórias de vida de imigrantes e descendentes de alemães. As memórias narradas envolvem temas como: os motivos da imigração para o Brasil; o período de violência de Estado sofrida durante as campanhas de nacionalização do Estado Novo (1937-1945), perpetradas por Getúlio Vargas e, no contexto catarinense, o interventor Nereu Ramos; a alegada associação de imigrantes alemães ao nazismo; a relação com antepassados e entre gerações; a importância das habitações e dos móveis na construção das memórias e identidades; entre outros.

Desta forma, esta pesquisa se propõe a analisar os processos de construção das memórias de descendentes de imigrantes alemães, no contexto de alguns municípios da região do Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina (SC)<sup>3</sup>. Ancorado na sociologia da memória, proponho uma análise das memórias de descendentes alemães sobre eventos

---

<sup>3</sup> Realizei entrevistas e coletei documentos nos municípios de Trombudo Central, Braço do Trombudo, Agrolândia e Rio do Sul.

associados à história e à identidade deles próprios e de seus antepassados.

Para desenvolver esta análise, irei explorar a tensão entre as memórias construídas pelos agentes sociais, que tendem a fixar e *monumentalizar* o passado, e o *dever da memória*, que opera uma *desterritorialização* das formas solidificadas do passado, estabelecendo uma zona de indiscernibilidade entre o passado e o presente. Em face aos fluxos do *dever da memória*, verifica-se uma *resistência ao dever* por parte dos agentes sociais, visando fixar o passado por meio de uma memória que possua autenticidade e coerência histórica. Deste processo resulta a produção de *memórias inexatas*, em termos estritamente em termos históricos. Explicar de que forma ocorre o *dever da memória*, e identificar quais os elementos simbólicos responsáveis pela *inexatidão da memória*, é desvelar o sentido inerente das narrativas sobre o passado no contexto dos distintos grupos sociais.

## **2. O embasamento teórico e epistemológico: breves apontamentos**

Não se deve esperar desta pesquisa a utilização de uma teoria unificadora, ou a vinculação a qualquer perspectiva teórica específica e particular. Isto não é possível – e nem mesmo desejável – pelo fato do objeto em análise perpassar diversas esferas da experiência humana. A memória e a identidade implicam dimensões sociais, culturais, históricas, políticas, econômicas e linguísticas. Um objeto tão multifacetado perpassa diversos paradigmas. Isto não implica, no entanto, que se deve supor que haverá falta de coerência na condução da pesquisa, ou que ela não possua alguns princípios teóricos e epistemológicos centrais.

É central em toda a pesquisa o reconhecimento de que o objeto em estudo está envolvido em relações e definições de poder. A concepção de poder assumida nesta pesquisa segue a perspectiva de Foucault (2000), isto é, não se pode considerar o poder um objeto, mas sim algo que se exerce a partir de relações e que permeia todas as esferas da vida social. Neste sentido, unidades da experiência humana como memória e identidade, além das fontes e documentos utilizados pela pesquisa, só podem ser efetivamente compreendidos considerando suas relações de poder.

Portanto, em primeiro lugar, é necessário dizer que em todo documento – tanto as fontes externas como aquelas produzidas pelo pesquisador – estão implicadas relações de poder. Toda narrativa e todo discurso são ficcionais, no sentido de serem uma construção. Deve-se

levar em conta aqui a máxima de Le Goff: “Todo o documento é mentira”. (2003, p.538). Em outras palavras, a produção de documentos ou relatos está envolvida em relações de poder e depende da reconstrução da experiência a partir de um momento histórico posterior, através da memória.

A reflexão sobre a memória – embora extremamente atual e relevante – remonta ao século IV. Em sua célebre discussão sobre o tempo e a memória, Santo Agostinho (1977) mostra que é a memória que permite uma concepção de tempo, dividido entre presente, passado e futuro. No entanto, o filósofo nega a existência do passado e do futuro; a única experiência possível é a do presente. Neste sentido, existe apenas “presente do passado”, e “presente do futuro”. Em outras palavras, o passado é uma invenção, do qual temos acesso apenas a vestígios, já que ele é inapreensível em sua totalidade ou essência.

A discussão sobre memória não pode ser dissociada da identidade. Como mostra Pollak (1992), a memória enquanto fenômeno construído é um elemento central para a consolidação do sentimento de identidade – no sentido de *imagem de si, para si e para os outros*. Para esta construção da identidade há três elementos centrais: a unidade física (corpo da pessoa ou fronteiras de pertencimento ao grupo); continuidade no tempo, no sentido físico, moral e psicológico; e o sentimento de coerência, que unifica os diferentes elementos para a constituição da identidade.

No que tange à identidade, não se deve supor uma categoria essencializada, estanque, unívoca ou homogênea. Assume-se que a identidade é, acima de tudo, relacional. A identidade deve ser considerada como uma construção narrativa e discursiva de uma relação de alteridade, que expressa um sentimento de pertencimento cultural.

### **3. Os princípios teórico-metodológicos e as fontes da pesquisa**

Esta pesquisa utilizou fontes diversas, visando melhor fundamentar a análise e a argumentação. Minha pesquisa é, nesse sentido, fortemente inspirada em Bourdieu (2010), não vendo nenhum problema em conjugar fontes e metodologias. Procurei utilizar todo e qualquer documento disponível para a análise sociológica, desde que fosse relevante e produtivo no contexto da pesquisa.

Deve-se acrescentar também que esta pesquisa está repleta de escolhas, que serão sempre explicitadas. Seguindo Becker (1999), é central à pesquisa explicitar o julgamento humano, isto é, quando as escolhas e a subjetividade do autor entram em jogo. Assim, quando uma

fonte for utilizada, sempre será explicitado seu contexto de produção. Ela deverá ser lida remetendo-se ao local onde foi produzida, e sua generalização terá um caráter contingente e limitado, devendo ser relacionada às demais fontes e à bibliografia.

As entrevistas mencionadas anteriormente se constituem como a principal fonte de dados para a pesquisa. Também foram utilizadas, articuladas às entrevistas, fontes documentais e fotografias que fazem parte do acervo pessoal da família Böelling – da qual descendo pelo lado materno – e que obtive acesso em visitas familiares visando à produção de registros sobre a história da família e à obtenção da cidadania alemã. Estas fontes se mostraram oportunas para analisar os processos de construção de algumas das memórias narradas.

Especialmente no que tange à entrevista enquanto técnica de pesquisa, procurei utilizar aquilo que Becker (1999) chamou de metodologia sociológica, isto é, analisar teoricamente as interações produzidas no decorrer da pesquisa: “[deve-se] incorporar as descobertas da própria sociologia, tornando os aspectos sociológicos e interacionais do método parte do material submetido à revisão analítica e lógica”. (p.28). Tal concepção também se aproxima daquilo que Bourdieu (2010) define como sociologia da sociologia, isto é, uma sociologia que pensa a si mesma, seus métodos e técnicas de pesquisa, e a influência que estes exercem nos dados produzidos.

As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro semiestruturado, objetivando-se deixar o entrevistado falar livremente tanto quanto possível, recorrendo ao roteiro apenas para estimular a fala, ou caso algum tópico central para a pesquisa não tenha sido abordado.

Algumas considerações são necessárias sobre as opções éticas assumidas, e suas implicações nas técnicas da pesquisa. Em primeiro lugar, as transcrições de entrevistas relataram os diálogos *ipsis litteris* tanto quanto possível, no intuito de evitar uma “ortografização” das falas com base na matriz de verdade e de poder socialmente aceita da língua portuguesa. Quando as transcrições não seguirem a norma culta do português, deve-se levar em conta dois aspectos: primeiro, não se trata de expor as falas como errôneas e os entrevistados como detentores de uma “cultura menor”, mas procurar registrar o diálogo coloquial utilizado nas entrevistas e manter o sentido o mais próximo possível daquilo que foi dito; segundo, além de a língua falada dificilmente corresponder à norma culta de modo geral, deve-se considerar que muitos dos informantes foram alfabetizados em alemão, e apenas posteriormente aprenderam a língua portuguesa. Isto explica a dificuldade com determinadas palavras e a forma de construção de

determinadas sentenças. Tais observações quanto à transcrição das entrevistas expressam a preocupação deste pesquisador com a divulgação e a repercussão dos resultados da pesquisa, questão central à ética da pesquisa em ciências sociais (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004).

Deve-se levar em conta ainda que toda entrevista é uma forma de interação e negociação. Assim, após as entrevistas, negociei com os entrevistados a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Neste sentido, discordo da perspectiva de Cardoso de Oliveira (2004), que vê a utilização de um consentimento informado como um recurso pouco produtivo à pesquisa em ciências sociais. Além de dar uma segurança relativa aos dados produzidos, no contexto desta pesquisa a solicitação de assinatura do TCLE se mostrou um momento oportuno para o compartilhamento dos dados produzidos com os entrevistados. No caso de uma das entrevistas que realizei, o entrevistado se queixou várias vezes que concedia entrevistas e jamais recebia retorno dos pesquisadores. Afirmou que até mesmo emprestou livros pessoais, que nunca mais retornaram. Neste contexto, seria inviável – e até mesmo insensível – a este pesquisador solicitar a assinatura de um TCLE sem levar um relatório preliminar sobre a entrevista realizada. Esta segunda interação com o entrevistado se mostrou extremamente produtiva, aprimorando a relação estabelecida entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa, que na ocasião relatou outras memórias por iniciativa própria.

Outro ponto importante é a opção entre a identificação ou o anonimato dos informantes. Os entrevistados foram nomeados no decorrer do TCC, visto que todos consentiram na identificação pessoal, e tal informação consta nos TCLE assinados. A identificação é importante especialmente no tocante às memórias relacionadas ao período do Estado Novo, pois esta pesquisa visa produzir documentos históricos sobre a perseguição sofrida pelos imigrantes e descendentes de alemães no período. Além disso, foi possível perceber na maior parte dos entrevistados um desejo pelo registro escrito de suas memórias.

Nas entrevistas, procurei sempre que possível – e respeitando os anseios dos entrevistados – gravá-las em vídeo, pois tal procedimento facilita a transcrição e serve como um registro exato das falas e da interação durante as entrevistas.

Deve-se destacar ainda que eu não domino a língua alemã fluentemente. Assim, sempre ao realizar uma entrevista, fui acompanhado por minha mãe, Ingrid Lina Böelling, que domina o idioma fluentemente. Este tipo de auxílio com o idioma – apesar de ter

sido pouco utilizado, visto que todos os entrevistados falam português – representou uma segurança para mim. Na verdade, minha mãe foi peça-chave nesta pesquisa, tendo auxiliado na identificação da maior parte dos entrevistados<sup>4</sup>. Além disso, é instrutora de dança e trabalha com folclore alemão há muitos anos.

Por fim, são necessários ainda alguns comentários sobre a pesquisa e análise dos documentos históricos. Como dito anteriormente, os documentos estão permeados por relações de poder. Neste sentido, para sua compreensão adequada, é necessário considerar o contexto social em que estes foram produzidos e as relações estabelecidas no período.

A documentação histórica utilizada na pesquisa é composta por correspondências entre familiares que viviam na Alemanha e no Brasil, fotos, documentos de identificação pessoal, além de materiais apologéticos nazistas<sup>5</sup>. Este conjunto de documentos, que compõem o acervo pessoal da família Böelling, se mostraram centrais para a compreensão do processo de construção de algumas das memórias narradas e suas relações com fenômenos históricos.

A maior parte destes documentos está escrita no idioma alemão. Eles foram traduzidos livremente por mim, e posteriormente revisados por minha mãe. Em alguns casos, a tradução contou ainda com a colaboração de outras pessoas, que serão mencionadas conforme os documentos forem sendo analisados.

---

<sup>4</sup> A primeira das entrevistas que realizei foi com minha avó, Irene Böelling. Ela e Ingrid indicaram outros possíveis entrevistados. Com o andamento das entrevistas, novas sugestões partiam dos próprios entrevistados, que integravam membros de suas redes de sociabilidade ao grupo de sujeitos de pesquisa aqui analisados. Para a lista das entrevistas realizadas nesta pesquisa, ver p. 122.

<sup>5</sup> Deve-se deixar claro que tais documentos relacionados ao nazismo – tanto sua preservação histórica, como sua utilização nesta pesquisa – não têm nenhuma função apologética ou ideológica. O interesse em tais documentos é histórico e acadêmico. Para uma relação dos documentos utilizados nesta pesquisa, ver p. 123.

## Primeiro Capítulo OS PÁSSAROS DO MEU AVÔ

Ao chegar à rua onde se situava a morada de Alois Kopelke, no bairro da Bela Aliança no município de Rio do Sul<sup>6</sup>, vemos um senhor com bengala na mão caminhando pela estrada. Desconfiando que pudesse ser Alois, minha mãe sugeriu que perguntássemos sobre o local de sua residência. Respondendo com um sorriso, ele falou que Alois morava “nessa estrada, por aqui”. Ingrid foi colocar o carro em movimento novamente, quando o senhor de bengala nos diz: “já estou chegando”. Através dessa brincadeira, conhecemos o nosso bem-humorado entrevistado. Seu Kopelke não aceitou uma carona, pois estava fazendo seu exercício matinal. Na verdade, nos contou depois que tinha ido à estrada ver se o “pessoal da prefeitura já estava chegando” (ao agendar a entrevista não falei diretamente com Alois, mas com sua esposa, Otília Knaut, por isso ele pensou que fôssemos funcionários da administração do município). A entrevista foi marcada para as dez horas, e estávamos alguns minutos atrasados, o que demonstra que Alois deveria estar ansioso pela conversa.

Aguardamos Alois por alguns minutos. Ao chegar à sua casa, ele nos mostra do quintal todos os terrenos que eram de propriedade de sua família. Mostrou-nos a bengala, que era de seu avô, Johann Heinrich Kopelke, e para dar a entrevista sentou-se no “lugar em que seu avô sentava”, numa cadeira de balanço. O passado de sua família lhe era extremamente relevante, e era indissociável do seu ser. Em determinados momentos, através de um exercício de *devir*, me parecia que Alois era indiscernível de seu avô, sendo impossível estabelecer fronteiras claras entre o Kopelke do passado e o do presente.

Alois já contou muitas vezes suas histórias – deu entrevistas a programas locais de TV, conversou com funcionários da prefeitura e vereadores –, o que explicita seu reconhecimento social no contexto

---

<sup>6</sup> KOPELKE, Alois. Entrevista concedida a Lucas Voigt e Ingrid Böelling em 10/01/2013, Bela Aliança, Rio do Sul – SC. Alois Kopelke foi indicado como potencial entrevistado por minha avó Irene Böelling, que assistiu a uma entrevista concedida por Alois a um canal de televisão local da região de Rio do Sul, a Rede Bela Aliança de Televisão (RBA). É importante destacar que a maior parte das informações discutidas a seguir foi produzida em uma interação extremamente informal e espontânea, em um momento anterior ao início da gravação da entrevista, quando Alois nos recebia em sua casa. Para analisar tais interações, me baseio principalmente em minhas anotações de campo.

daquela comunidade. Ele é reconhecido como uma testemunha legítima e quase oficial sobre a história da localidade, o bairro da Bela Aliança. Esta legitimidade reconhecida socialmente – reiteradamente evocada na entrevista – irá estruturar sua narrativa, e é um fator essencial na construção da sua autoimagem e autoestima social. Como ele mesmo diz: “E... Por enquanto, eu to bem satisfeito. Se a, os vereador hoje, já [há] anos, querem saber da história do local, então eu tenho visita como hoje também [referindo-se à entrevista que realizei]”. Alois assume o papel de porta-voz dos personagens históricos que fundaram a Bela Aliança, com a tarefa de fazer lembrar o passado, narrando as memórias que lhe foram transmitidas por seus antepassados.

A sua legitimidade como porta-voz da história da Bela Aliança se fundamenta com base na herança privilegiada das histórias de seus antepassados, pioneiros e fundadores daquela comunidade. Como argumenta Pollak (1992, p.201): “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada”. Por meio da apropriação dessa herança, Alois passa a fazer parte de um passado marcado pelas façanhas dos colonizadores e pelo protagonismo histórico de seu avô, e se aproxima dele. Ainda segundo Pollak (1992), quando se trata da memória herdada, há uma identificação muito forte entre a memória e o sentimento de identidade. As histórias de seu avô passam a ser as suas próprias histórias – e não apenas suas, mas um passado comum, que deve ser preservado e disseminado aos moradores do local, por meio de sua narrativa legítima e privilegiada.

O passado não constituía apenas a identidade de Alois, a sua casa, os seus objetos, e seu reconhecimento e autoestima social, mas até mesmo a natureza do lugar. Quando uns três ou quatro pássaros apareceram no vasto quintal da casa, ele nos disse que as aves foram trazidas de Blumenau por volta de 1900, e que lá chegaram via navio diretamente da Alemanha. É claro que não eram exatamente os mesmos pássaros trazidos da Alemanha por seu avô, mas o presente não possuía fronteiras claras com o passado na morada de Alois. Era a memória que constituía sua identidade pessoal e social, e por meio de um *devir-antepassado* as aves vistas no quintal de Alois se transformavam nas mesmas de um século passado.

O devir a que me refiro, seguindo a perspectiva de Deleuze e Guattari, pode ser compreendido como um processo de desterritorialização e mobilidade de formas e termos, que opera um rompimento das essências físicas e fixas – em termos temporal, espacial

e funcional –, em vias de uma mutabilidade, transformação, aproximação e indiscernibilidade. Esta noção se mostrará extremamente preciosa para a análise dos processos de construção da memória discutidos neste trabalho, e para a compreensão das fontes produzidas.

O devir se trata do processo de tornar-se algo, ou estar em vias de se tornar algo. É entrar em uma zona de vizinhança onde se partilha de outrem ou outro algo, sem deixar de ser completamente o que se é. Nas palavras de Deleuze:

Devir não é atingir uma forma (identificação, imitação, Mimese), mas encontrar a zona de vizinhança, de indiscernibilidade ou de indiferenciação tal que já não seja possível distinguir-se de *uma* mulher, de *um* animal ou de *uma* molécula: não imprecisos nem gerais, mas imprevisíveis, não-preexistentes, tanto menos determinados numa forma quanto se singularizam numa população. (DELEUZE, 1997, p.11; grifo do autor).

Devir não se trata assim de imitar outrem ou outro algo, mas trata-se do estabelecimento de uma zona de vizinhança, que produz a indiscernibilidade entre duas formas ou termos existentes. É nesse sentido que Alois se torna indiscernível de seu avô, e os pássaros do seu avô se tornam os mesmos pássaros do seu quintal. Alois não deixa completamente de ser Alois, mas partilha daquilo que foi seu avô; os pássaros de seu quintal, novas gerações da espécie trazida por seu avô da Alemanha, se transformam nos mesmos pássaros do passado.

Para dar voz a Deleuze e Guattari:

Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.64)

Tal processo implica uma proximidade ou aproximação, e cria uma zona de vizinhança ou de co-presença entre dois termos. Consideremos o seguinte ponto:

Devir é jamais imitar, nem fazer como, nem ajustar-se a um modelo, seja ele de justiça ou de verdade. Não há um termo de onde se parte, nem um ao qual se chega ou se deve chegar. Tampouco dois termos que se trocam. A questão “o que você está se tornando” é particularmente estúpida. Pois à medida que alguém se torna, o que ele se torna muda tanto quanto ele próprio. Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, núpcias entre dois reinos. As núpcias são o contrário de um casal. Já não há máquinas binárias: questão-resposta, masculino-feminino, homem-animal etc. (DELEUZE; PARNET, 1998, p.10).

Discutindo tal citação com base na leitura do comentador François Zourabichvili, Marques (2007) aponta como o devir implica uma desterritorialização mútua de dois termos:

[...] todo devir forma um “bloco”, em outras palavras, o encontro ou a relação de dois termos heterogêneos que se “desterritorializam” mutuamente. Não se abandona o que se é para devir outra coisa (imitação, identificação), mas uma outra forma de viver e de sentir assombra ou se envolve na nossa e a “faz fugir”. (ZOURABICHVILI, 2004, p.24-25 apud MARQUES, 2007, p.2).

Este ponto é extremamente importante. O fato de que aquele que se torna algo seja desterritorializado e modificado no devir, implica no nosso caso que a memória constitui a identidade daquele que a narra e constrói; Alois só é Alois, em virtude da memória de seus antepassados, que define e modifica ele mesmo. Alois se constitui pelas suas experiências pessoais cotidianas e pela memória dessas experiências, mas também pela memória que evoca dos outros. Não deixa de ser ele próprio, mas seu “eu” é também um outro, ou vários outros. Da mesma forma, aquilo que Alois se torna, isto é, seu avô, é modificado conjuntamente no devir. Isto implica que a história e o passado se transformam, sendo construídos pelas narrativas identitárias que os evocam; assim, o avô de Alois não é apenas aquilo que ele foi no

passado, mas também o que a multiplicidade de enunciados e memórias constrói. O passado *em si* é transformado e só pode ser acessível em função do presente, daquele que o narra, significa e faz existir. Em suma, em questões de memória e identidade, narrar uma memória constrói e fundamenta a experiência e autoimagem daquele que a narra, e simultaneamente constitui e transforma o próprio evento histórico narrado.

Como se pode perceber, a análise esboçada aqui parece propor algo aparentemente anacrônico em termos teóricos: utilizar uma perspectiva teórica que visa implodir as formas fixas e as essências – eis um dos pressupostos centrais da filosofia deleuziana – para analisar processos de fixação e delimitação temporal e espacial da experiência humana, isto é, a memória e a identidade<sup>7</sup>.

Isto é especialmente verdade se considerarmos o argumento de Lima (2012), que aponta no devir a experimentação, o novo, o que “está em vias de se fazer”. Citando Deleuze, o autor aponta no devir um desvio da história: “O devir não é história; a história designa somente o conjunto das condições, por mais recentes que sejam, das quais desvia-se a fim de ‘devir’, isto é, para criar algo novo”. (DELEUZE, 1992, p.132 apud LIMA, 2010, p.31). Segundo Lima (2010), a história seria o que nos separa de nós mesmos.

No entanto, o que se está propondo aqui é considerar o devir não como um processo anti-histórico, mas sim um processo necessário da história e da memória. Vasconcellos (2005), em sua proposta de uma ontologia do devir de Deleuze, argumenta que se o ser se diz do devir, o ser é a afirmação do devir. Em outros termos, o autor está propondo uma leitura de Deleuze que sugira que “não há nada para além do devir” (2005, p.152). Em nosso caso, partindo do pressuposto de que a história se diz do devir, chegamos à conclusão de que a história afirma o devir, ao invés de negá-lo.

---

<sup>7</sup> Como se verá a seguir, a utilização da concepção deleuziana de devir demandará uma adaptação da noção. Considero Deleuze um pensador demasiadamente brilhante para ser ignorado, como parece ser a tendência de boa parte da ciência social atualmente, e demasiado abstrato para ser plenamente assumido. Apesar de estar longe de ser um especialista no pensamento deleuziano, irei executar aqui um esforço de sociologização de Deleuze, visando apropriar-me da linguagem rizomática e quase indecifrável do autor, e transformá-la em um discurso mais sociológico. Operando um devir na filosofia deleuziana, procuro aproximá-la da sociologia ao submetê-la à análise de fontes empíricas de pesquisa. Já realizei esforço semelhante em outra ocasião (ver VOIGT, 2012).

Se considerarmos que “[...] o devir é sempre o que está entre dois, isto é, entre dois termos, entre dois pontos” (VASCONCELLOS, 2005, p.152), chegamos à conclusão necessária de que memória e identidade são devires. O que está entre dois termos específicos, por exemplo, Alois e seu avô, é exatamente a memória e a identidade: a memória do avô de Alois se torna identidade quando sua narrativa relata e se apropria dos fatos do passado, e o passado passa a existir apenas por meio de uma memória e de uma narrativa identitária que o constrói e transforma.

## Segundo Capítulo

### A CASA

Para a utilização eficaz da noção de devir no tocante ao objeto aqui em análise, precisamos operar um devir no “devir”, ou mais precisamente, um devir na concepção deleuziana de devir. Do ponto de vista da ontologia, podemos concluir que de fato não há nada para além do devir; que história, memória e identidade são devires. No entanto, pela própria natureza de tais categorias, iremos verificar que o processo de devir implicará também uma reterritorialização das formas e dos termos envolvidos, com base na *resistência ao devir* e na tendência à organização, classificação e *monumentalização histórica* das narrativas que constroem a memória por parte dos agentes sociais.

Este exercício implica também a passagem da discussão do plano filosófico para o sociológico, isto é, deixaremos de considerar a reflexão mais abstrata e “pura” sobre o pensamento e a experiência humana, partindo para um plano de análise mais “concreto”, com base na observação e discussão sistemáticas das ações e narrativas dos agentes sociais, verificadas nas fontes produzidas pela pesquisa.

Deleuze é um pensador preocupado em demolir as formas fixas e essencializadas – como a Memória e a História –, construídas por meio de relações de poder. Sua filosofia deve ser lida como uma filosofia política, de cunho antissistêmico. O problema das filosofias políticas, não obstante, é que nem sempre os agentes sociais se comportam como os filósofos pressupõem. Além disso, certas memórias e sua construção são antissistêmicas e “menores” por excelência – por exemplo, a memória dos alemães sobre as campanhas de nacionalização durante o Estado Novo, como veremos mais adiante – e não processos que visam reproduzir uma interpretação dominante, oficial e sacralizada dos eventos históricos.

Para compreendermos o que estou argumentando aqui, e apresentarmos uma definição mais sociológica de devir, será necessário conhecermos o segundo devir identificado nas fontes de pesquisa, o devir da casa.

Mariane Uhlendorf Krüger desmontou e remontou ao lado de sua residência uma casa alemã, de estilo enxaimel, visando preservá-la<sup>8</sup>. A casa data de aproximadamente 1930, e pertencia à falecida avó de Mariane. Ela procurou manter a casa tanto mais original quanto possível, no tocante à estrutura e aos materiais utilizados. O mais relevante da história de Mariane é que não se trata apenas de uma casa preservada, mas de uma casa reconstruída em um novo local, da forma mais idêntica possível. Trata-se de um exercício de devir da memória, que estabelece uma zona de vizinhança entre a casa “original” e a casa “atualizada”, mas que simultaneamente mantém a preocupação em fixar um sentido de coerência física e material, central às noções de identidade e de tradição.

A casa tem a estrutura descrita a seguir, presente na maioria das construções de estilo enxaimel. Possui vigas de madeira, colocadas horizontal e verticalmente, que servem à sustentação das paredes. A madeira utilizada é de canela. As paredes são “enchidas” com tijolos, assentados por uma massa. A base não fica rente ao chão, sendo sustentada por calços de madeira. Segundo Mariane, estes calços eram bastante tortos, o que constituiu grande dificuldade para a remontagem. Não são utilizados pregos no estilo enxaimel, toda a estrutura da casa é encaixada. Na remontagem da casa, foi necessário colocar alguns pregos, mas segundo a entrevistada isto procurou ser evitado ao máximo.

O quarto dos pais ficava junto à escada, visando controlar o fluxo de entrada e saída dos filhos, que dormiam em um único quarto, localizado no sótão. A escada da casa de Mariane, apesar de extremamente íngreme, foi mantida intacta. Segundo ela, se sua avó de mais de oitenta anos conseguia subir, sua família também conseguiria. Ao lado da porta de entrada havia um quarto utilizado como sala, onde eram recebidos os convidados. Do lado oposto à porta de entrada ficava

---

<sup>8</sup> Minha mãe é amiga de Mariane, e ao saber do projeto que realizou, sugeriu que eu a entrevistasse. A interação com Mariane não foi propriamente uma entrevista; não houve roteiro, e não foi registrada em vídeo ou áudio. A “entrevista” consistiu na apresentação da casa e seu processo de remontagem por parte de Mariane. As informações analisadas aqui se baseiam em registros de campo elaborados por mim após a interação com a entrevistada. A visita ocorreu em 10/01/2013, no município de Trombudo Central – SC. Deve-se adicionar ainda que Mariane é historiadora, o que é bastante relevante e explica em grande parte o motivo de sua preocupação com a preservação histórica da casa.

a cozinha, que contava com uma grande mesa de madeira onde todos os membros da família faziam as refeições, e um quarto que servia como despensa. O banheiro ficava do lado de fora da casa. Junto à porta de entrada, do lado oposto da cozinha, havia mais um quarto, que em virtude do clima no Brasil foi transformado em uma varanda.

Em duas paredes opostas, na altura do sótão, há o símbolo da cruz, que demonstrava a religiosidade protestante da família. A porta utilizada na remontagem é a original, e apenas uma das janelas não é a mesma da casa dos antepassados de Mariane. Foi mantida na casa uma mesa de passar roupa original da época. Além disso, a entrevistada pretende manter pelo menos uma das camas originais.



**Fotografia 1 – Vista lateral da casa. Foto do autor, 10/01/2013.**



**Fotografia 2 – Vista frontal da casa, com decoração natalina.  
Foto de Ingrid Böelling, 16/11/2012.**



**Fotografia 3 – Vista interna da casa, transformada em um espaço de lazer familiar. Podem ser observadas na foto uma televisão e uma mesa de pebolim. Foto do autor, 10/01/2013.**



**Fotografia 4 – Sótão da casa, onde dormiam os filhos do casal.  
Foto do autor, 10/01/2013.**

As fotos da casa remontada por Mariane operam um embaralhamento do tempo, tornando presente e passado indiscerníveis. A precisão temporal se perde em função do devir da casa. A casa antiga do passado, representada intencionalmente por fotografias em preto e branco, se confunde com uma nova casa, colorida e refuncionalizada, que passa a fazer parte das atividades cotidianas e do presente da família de Mariane.

Mariane teve o cuidado de produzir várias fotografias da casa original antes de remontá-la. A remontagem foi realizada pelo marido de Mariane. Ela optou por não contratar um pedreiro, que se preocuparia em apressar a conclusão da obra e não teria o mesmo cuidado em preservar o modelo original, o que segundo ela poderia comprometer o valor histórico da casa. Segundo a entrevistada, a remontagem foi bastante trabalhosa, tendo sido necessário escrever números nas vigas para saberem a posição exata de reencaixe. Mariane retirou o fogão, parte da madeira e o telhado, que não poderiam ser restaurados.

No decorrer da montagem, Mariane e seu marido fizeram testes com a massa para assentar os tijolos, perguntando por modelos de fórmulas com contatos em Blumenau e fazendo experiências, mas não conseguiram reproduzi-la. A pasta arenosa utilizada para o enchimento das paredes acabava se esfarelando, então foi necessário utilizar cimento. Também não conseguiram ainda reproduzir os desenhos decorativos na madeira, possivelmente elaborados através de imagens

talhadas em latão. Para a conclusão da casa, será necessária a compra de mais tijolos originais, o que é bastante difícil de encontrar. Segundo a entrevistada, pessoas que possuem casas enxaimel do período não quiseram ceder parte dos tijolos, pois sabem do seu valor histórico.

Por outro lado, Mariane afirma que muitos não compreendem o valor da casa. Ela sofreu grande resistência por parte de seu pai, que não via sentido em investir dinheiro em uma “coisa morta”. Ele sugeria que ao invés de reformá-la, Mariane deveria construir um comércio ou algo do gênero. Para Mariane, a casa era um monumento histórico importante para a memória, devendo ser preservada, enquanto seu pai não compreendia o valor atribuído à preservação da casa.

A casa remontada por Mariane se consagra como um “lugar de memória” (NORA, 1993). Os lugares de memória são “[...] mixtos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel”. (NORA, 1993, p.22). Algo só se torna um lugar de memória se for simbolizado e ritualizado. Segundo Nora (1993), lugares de memória só vivem por meio de sua aptidão para a metamorfose; nos termos que venho empregando neste trabalho, isto significa que um lugar de memória só existe por meio do devir, na sua constante mutabilidade e transformação.

Em sua célebre análise sobre os lugares de memória, Nora (1993) argumenta que só há necessidade de criar tais lugares, pelo fato de não mais haver “meios de memória”: “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”. (NORA, 1993, p.8). Em outras palavras, a preocupação com a memória disseminada nos dias atuais decorre do fato de que não existe mais memória, isto é, a memória deixa de ser um elemento socialmente compartilhado e constitutivo das práticas sociais. O “progresso” das sociedades (a democratização, massificação e midiaticização, nos termos do autor), demarca o fim das “ideologias-memórias”.

Neste sentido, o pai de Mariane não está completamente equivocado ao afirmar que a casa é algo “morto”, se consideramos que a memória dos imigrantes e colonizadores alemães não é mais vivida por seus descendentes. Nora (1993, p.8) afirma que: “Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória”. Mariane é uma “mulher-memória”, e procura revivê-la e preservá-la por meio da remontagem da casa; por outro lado, seu pai, que em tese possui uma relação de maior proximidade com os antepassados, atribui mais importância a um investimento utilitário, como a criação de um comércio. Este tipo de

raciocínio, que não vê sentido no investimento em um lugar de memória, é completamente coerente com as transformações históricas que estabeleceram o fim da memória enquanto componente estruturante das sociedades.

Nora (1993) argumenta que quando há mediação, não estamos mais no domínio da memória, mas da história. Neste sentido, é extremamente relevante o fato de Mariane ser uma historiadora. Seu louvável exercício de transformação da casa em um lugar de memória implica uma tentativa de salvaguardar a memória; no entanto, uma memória distanciada, refletida, quase um objeto histórico, e não uma experiência vivida e partilhada. É neste sentido que, ao deixar de ser um elemento compartilhado e estruturante das práticas sociais, a memória passa a ser trabalho dos historiadores.

A transformação da casa em um espaço de lazer – note-se que a casa foi remontada ao lado da piscina da residência –, como se explicita nas fotografias dois e três, mostra um exercício de preservação e simultaneamente de refuncionalização. O objetivo inicial da remontagem da casa, como se verifica no discurso de Mariane, é a preservação da história e da memória da sua família e dos imigrantes alemães. Por outro lado, por meio de um devir a casa adquire uma nova função, diferente daquela que possuía historicamente – moradia –, e diferente também da função canônica que estes espaços costumam adquirir – museu. É neste sentido que a remontagem da casa da avó de Mariane é um devir, uma transformação da forma e da “essência” original da casa.

No entanto, o fato de Mariane ter uma grande preocupação em remontar a casa tal como era originalmente – a dificuldade em remontar a casa em sua plena originalidade é um dos eixos da narrativa da entrevistada –, mostra que o devir da memória procedeu a uma tentativa de refixação e reterritorialização. Em outras palavras, apesar da remontagem da casa ser um exercício de pleno devir, Mariane procurou classificar e ordenar as partes da casa, em vistas de reconstruir a habitação “verdadeira” e “original”, tal qual àquela onde habitou sua avó em um período histórico determinado. Isto é inteiramente compreensível visto que estamos lidando com unidades da experiência humana como memória, identidade e tradição: embora tais fenômenos sejam construídos e modificados durante a história por meio do devir, os agentes sociais procuram fixá-los, delimitá-los e defini-los.

Assim, o devir da casa é também um processo de invenção de uma tradição (HOBSBAWM; RANGER, 1984). Analisando historicamente fenômenos “tradicional”, Hobsbawm e Ranger (1984)

demonstram como os costumes e as tradições têm uma origem histórica datada, e se transformam historicamente. No entanto, a tradição assume uma aparência de naturalidade, e a gênese sócio-histórica de uma prática “tradicional” é ocultada neste processo. A tradição é supostamente invariável, consolidando-se por meio da repetição. No caso de Mariane, o devir é responsável pela invenção de uma casa tradicional; esta não é a mesma casa do passado, sendo “inventada” em um momento histórico posterior. Mas sua relevância histórica e sua autenticidade – isto é, seu caráter tradicional – é fixado com base na referência à casa “original” e “autêntica” do passado. Por meio do devir, o presente modifica o passado, inventando uma tradição. No entanto, para que esta tradição seja legítima, ela deve ser naturalizada: a autenticidade da tradição advém de uma referência fixa e congelada do passado, e depende do apagamento do processo de devir que a produziu.

Neste sentido, compreendendo que a noção de devir de Deleuze é apenas parte do processo de construção de uma memória, podemos dizer que as memórias sobre as habitações e os antepassados implicam necessariamente devir e transformação; no entanto, os agentes sociais, visando dar coerência física, material e temporal às suas memórias, procuram fixá-las e dar uma definição precisa do que representam. Assim, se a remontagem da habitação de Mariane é uma metáfora de um exercício de desterritorialização – isto é, a casa foi desmontada do lugar onde originalmente fora construída –, é também uma metáfora exemplar de uma prática reterritorializadora, isto é, a casa volta a ser construída em bases sólidas, em um local específico, e com base em seu modelo original e suas referências históricas circunscritas e datadas; se é transformada em um espaço de lazer por meio do devir, também é um espaço de produção e fixação da memória.

Assim, apesar do devir constituir a essência dos processos aqui analisados, ele sofre uma resistência quando está relacionado às duas principais unidades da experiência humana aqui analisadas, isto é, a memória e a identidade. Poderíamos definir tal tentativa de refixação e reterritorialização da memória por parte dos agentes sociais como uma *resistência da memória ao devir*.

No fundo, a linha de fuga e de desterritorialização das “forças de homogeneização” da história, é exatamente a mesma linha sob a qual se escreve a memória em sua exatidão, tentando fixá-la e transformá-la em algo natural, verdadeiro, histórico, real e de valor.

Portanto, do ponto de vista dos agentes sociais, a memória não é um pleno devir, havendo uma resistência à transformação dos eventos históricos e à dependência do passado em relação ao presente. É neste

sentido que a memória se reterritorializa, se fixa, se define e se constitui visando uma coerência, uma autenticidade e uma legitimidade. Se fôssemos delinear os dois polos que constituem a zona de vizinhança de um devir da memória, poderíamos pensar em termos como: presente e passado; desterritorialização e reterritorialização; diacronia e sincronia; exercício praxiológico imanente e desejo de definição e fixação transcendente; polos sempre em indiscernibilidade no devir. Tal seria a estrutura que constitui os processos da memória, em seu devir, e em sua reterritorialização/refixação.



### Terceiro Capítulo

## **SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA, VERDADE E INEXATIDÃO**

Uma das consequências mais importantes da tensão entre o dever da memória e o exercício de fixação dos agentes sociais é a *inexatidão da memória*, isto é, a construção de narrativas que não reconstituem fidedignamente o passado histórico.

Para a análise das memórias inexatas narradas nas entrevistas que realizei, teremos antes que fazer uma breve incursão às relações entre história e memória, e problematizar as possibilidades de exatidão e verdade das fontes históricas.

Amado (1995) apresenta uma distinção, bastante disseminada, entre o vivido e o recordado, a experiência e a narrativa, enfim, entre a história e a memória. Para a autora, tais categorias têm naturezas distintas. Não obstante, ela aponta também a indissociabilidade entre as duas noções, valendo-se – embora sem mencionar diretamente o filósofo – da concepção de tempo de Santo Agostinho (1977). Conforme já discuti na introdução, é a memória que possibilita a consciência humana a respeito do tempo: por meio da memória, o passado é recriado no presente, e projetado no futuro. Neste sentido, memória e história são categorias distintas, mas interdependentes.

A distinção, em um *nível típico-ideal*, entre história e memória é acertada. Segundo a perspectiva positivista, o trabalho do historiador seria a reconstrução fidedigna e a tradução total do passado. Tal concepção se expressa no clássico mote formulado por Leopoldo von Ranke – “*wie es eigentlich gewesen*” –, que define que a finalidade da História é conhecer o passado “tal como ele de fato ocorreu” (SELIGMANN-SILVA, 2003). Assim, a distinção entre história e memória supera o positivismo ao reconhecer que as memórias são ficções que não reconstituem a história em sua totalidade. No que tange à memória – e também sua versão científica, a História –, não existe a possibilidade de uma reconstituição exata do passado “tal como existiu”. Conforme argumenta Seligmann-Silva (2003, p.74), respeitar a diferença entre o passado e sua atualização: “implica perceber que a historiografia é apenas uma (re)inscrição do passado e não o seu texto ‘original’”.

Se assumirmos que não há nada além do dever, chegamos à conclusão de que a história – entendida como a sequência de fatos, acontecimentos e experiências tais quais ocorreram no passado – não possui *per se* uma existência ontológica e “real”. Em outras palavras, o dever nega a possibilidade ontológica do passado e da história. O

passado *em si* não é possível, apenas o passado no presente; assim, por meio da memória e seus processos de seletividade, temos acesso apenas a vestígios da história, sendo impossível reconstitui-la em sua totalidade. A memória e a história, enquanto dois polos de uma zona de vizinhança, não possuem essências fixas, passando a existir apenas em devir: a memória se alimenta da história, reconstruindo no presente algo distinto do “passado tal como de fato ocorreu”.

Amado (1995) critica as perspectivas positivistas que reificam e imobilizam o passado. Ao negligenciar as transformações que a memória opera na história por meio do devir, tal perspectiva acaba desprezando a dimensão simbólica das memórias, que explicita as significações que diferentes indivíduos e grupos constroem sobre o passado vivido. Nas palavras da autora, ignorar a dimensão simbólica das entrevistas,

relegando a plano secundário as relações entre memória e vivência, entre tempos, entre indivíduos e grupos sociais e entre culturas, é o mesmo que reduzir a história a uma sucessão de eventos dispostos no tempo, seccionando-a em unidades estanques e externas; é o mesmo que imobilizar o passado nas cadeias do concreto, do “real”, em que, supostamente, residiria sua “verdadeira natureza”, que caberia aos historiadores “resgatar” para a posteridade. (AMADO, 1995, p.135).

Uma das formas exemplares para se tentar reconstituir o passado vivido em termos de “verdade histórica”, é definir sua “essência” por meio de documentos – entendidos, neste caso, como “textos escritos”. Nesta perspectiva, os documentos são transformados em monumentos – uma herança indubitável do passado –, e dispostos como uma sequência de fatos a serem catalogados visando à reconstituição fidedigna da história. É a esta perspectiva que se dirige a crítica do documento-monumento elaborada por Le Goff (2003). Para o autor, analisar um documento como um monumento explicita o seu caráter ficcional, e permite identificar as condições sociais e as relações de poder envolvidas na produção de determinada fonte histórica. Ao postular que todo documento é uma ficção, Le Goff (2003) não se refere apenas aos documentos elaborados deliberadamente para ocultar informações

históricas<sup>9</sup>, mas principalmente aos registros históricos “autênticos” de indivíduos e grupos sociais, que trazem a marca dos esquemas de percepção e da visão de mundo do período histórico em que foram produzidos.

É importante destacar que na concepção ampliada de documento proposta por Le Goff (2003), ele não se restringe ao texto escrito. Para o autor, documento é todo registro produzido pelo homem, e que serve ao estudo da história. Assim, o documento escrito – bastião do objetivismo positivista da história – não pode ser considerado um registro mais fidedigno e verdadeiro do passado, se comparado a memórias produzidas por meio da história oral, e registradas através de entrevistas e depoimentos. O documento escrito, as memórias transmitidas oralmente por indivíduos e entre os grupos sociais, e todas as demais fontes históricas, são versões dos acontecimentos do passado, que compõem, preservam e recriam a história.

\*\*\*

Poderíamos delinear a distinção e a indissociabilidade entre a história e a memória – entre a “essência” do passado e as diferentes versões sobre esse passado – com base na célebre distinção kantiana entre “coisa em si” e “coisa para si”. O passado tal como existiu – os acontecimentos históricos, a experiência vivida, que não possui estatuto ontológico – é inapreensível em sua totalidade, restando-nos apenas a possibilidade da apreensão de fragmentos da história, com base no conjunto de registros e documentos que compõem a memória histórica. Uma memória – individual ou coletiva – é uma apreensão específica e particular do passado no presente. A memória (“coisa para si”) alimenta-se do passado (“coisa em si”) que, por meio do devir, passa existir e é modificado no presente.

Qual o sentido em procurar reconstituir a história, se ela é por definição inapreensível? Bourdieu (1996), valendo-se de Goethe, apresenta uma resposta bastante satisfatória a esta questão:

---

<sup>9</sup> Roseman (2000), que discutiremos adiante, demonstra como documentos produzidos pela Gestapo tinham como objetivo principal o ocultamento de fatos históricos.

A todos esses defensores do incognoscível, encarniçados em erguer as muralhas inacessíveis da liberdade humana contra as usurpações da ciência, oporei essas palavras muito kantianas de Goethe, que todos os especialistas das ciências naturais e das ciências sociais poderiam fazer suas: “Nossa opinião é de que convém ao homem supor que há algo de incognoscível, mas ele não deve colocar limite à sua busca”. (BOURDIEU, 1996, p.13).

Assim, a apreensão do passado é o horizonte e o objetivo da História, duvidando-se da possibilidade de sua reconstituição em plenitude. Afirmar a impossibilidade de apreender a história não implica desistir de buscá-la. Frente à impossibilidade do conhecimento das essências históricas, do passado vivido, daquilo que ocorreu de fato, assumimos o estudo da memória histórica – a partir da História e da Sociologia – como a forma mais aproximada da história. Conforme argumenta Le Goff (2003), a História, enquanto campo de estudo, é a forma científica da memória coletiva.

Agamben (2008), ao problematizar a dificuldade do testemunho sobre os campos de concentração e extermínio do nazismo, faz o interessante questionamento: “o que *resta* de Auschwitz?”. Na análise do autor, o “muçulmano” assume um papel central: o muçulmano é o intestemunhável, o inenarrável, aquele que não se pode ver, o prisioneiro do campo metamorfoseado em homem-múmia, despido de todas as esperanças e de juízo moral, e que tensiona assim os limites entre o homem e o não homem, entre o dizível e o indizível, entre a vida e a morte. O muçulmano é o produto mais acabado do campo.

O que *resta* de Auschwitz não é o que permanece para a história, o que logramos aprender de tal experiência. Frente à impossibilidade do testemunho autêntico – o testemunho do muçulmano –, o que nos *resta* de Auschwitz são os relatos secundários, as tentativas de reconstituição daquela experiência por parte de sobreviventes, que falam por delegação em nome da testemunha integral. Como demonstra Agamben: “O passado pertence aos mortos...” (WIESEL, 1975, p.314 apud AGAMBEN, 2008, p.42). O *resto* é o que “sobrevive em ato à possibilidade – ou impossibilidade – de falar” (AGAMBEN, 2008, p.160). O testemunho do muçulmano é impossível, pois além de exterminado, sua experiência é inenarrável e incomunicável, já que faltam padrões de referência na língua e padrões de identificação com a sua condição por parte do “homem”. Para Agamben (2008), a

impossibilidade de ver e suportar ver o muçulmano, que tensiona o limite do “humano”, é o próprio testemunho. Em outras palavras, testemunhar em nome do muçulmano, é testemunhar frente à impossibilidade de testemunhar.

Benjamin (1994), que exerceu grande influência na análise de Agamben, já havia apontado que a pobreza da experiência implica na impossibilidade de sua comunicação. Referindo-se aos combatentes da Primeira Guerra, o autor mostra como os acontecimentos extremos tornaram-lhes mais pobres em experiências comunicáveis. A consequência para esses combatentes foi o silêncio; os sobreviventes dos campos de concentração, por outro lado, assumiram o dever de testemunhar o intestemunhável.

A problematização de Benjamin (1994) e Agamben (2008) sobre as dificuldades do testemunho em situações extremas serve muito bem à nossa discussão, pois – guardadas as devidas proporções – as memórias narradas por meus entrevistados sobre a perseguição política e a estigmatização social sofridas durante o Estado Novo também se referem a uma experiência marcada pela pobreza, e pelo convívio com um cotidiano de violência, tortura e medo. O desejo de testemunhar sobre essas experiências se confrontará com a mesma dificuldade verificada nas análises de Agamben e Benjamin: a inenarrabilidade da experiência, isto é, as limitações da reconstituição do passado por meio do testemunho.

Apropriando-nos da discussão elaborada por Agamben (2008), podemos afirmar que o que *resta* da história são as memórias – individuais e coletivas –, ou seja, as múltiplas versões e apropriações dos acontecimentos registrados na memória histórica por meio de depoimentos, documentos, história oral, arquivos, fotografias, livros, e tudo mais o que for criado pelo homem e resistir à ação destruidora do tempo. A aporia de Auschwitz, é também a aporia do conhecimento histórico: “a não-coincidência entre fatos e verdade, entre constatação e compreensão” (AGAMBEN, 2008, p.20). O que *resta* ao estudioso dos fenômenos históricos, assim, é a análise da memória; o resultado deste trabalho, com seus méritos e limitações, será a versão científica da história – uma aproximação dos acontecimentos do passado.

\*\*\*

A discussão a respeito da possibilidade da história, da natureza do conhecimento histórico e da memória nos serve, principalmente, para problematizar as noções que polarizam a memória em termos de

exatidão e inexatidão, verdade e mentira. Se assumirmos que a memória e a história são devires, e que a essência do passado é incognoscível, chegamos necessariamente a duas conclusões: primeiro, que todas as memórias e documentos são ficções, e nenhuma memória pode ser totalmente exata ou “verdadeira”, pois é impossível reconstituir o passado em sua totalidade; segundo, que é impossível postular de forma absoluta o estatuto de exatidão ou inexatidão de uma memória, visto que o padrão de referência – a história, o passado vivido e “real” – é também um devir, e suas representações são construções ficcionais.

A noção de “mentira” aplicada à história oral, tal como utilizada por Amado (1995), é especialmente problemática. Como as memórias individuais e coletivas se intercambiam, e grande parte daquilo que narramos é assumido *inconscientemente* da memória coletiva e transformado em nossa própria memória, não se pode falar propriamente em mentira, isto é, em uma tentativa deliberada de recriar o passado segundo um cálculo racional que visa ludibriar o pesquisador.

É claro que Amado (1995) reconhece que seu entrevistado não “mentiu”, mas que construiu uma memória apropriando-se de elementos socialmente partilhados, reelaborando a história dos fenômenos narrados, significando-a e transformando-a em algo novo. Ainda assim, a noção de “mentira” é problemática, pois como argumenta Lima (2008), uma mentira pressupõe uma verdade:

Uma mentira é uma afirmação que se pode desmanchar a qualquer instante; uma mentira supõe uma verdade; eu não minto se não souber qual a verdade. A primeira grande distinção entre mentira e ficção consiste em que a ficção não trabalha a priori com a idéia de verdade. (LIMA, 2008, p.174).

Assim, opto neste trabalho pela noção de “inexatidão da memória” – termo utilizado por Roseman (2000) em sua análise sobre a imprecisão dos testemunhos sobre o holocausto –, em detrimento da ideia de “mentira”. Para sua utilização adequada, a noção de “inexatidão da memória” deve ser relativizada.

Como foi argumentado, a rigor nenhuma memória pode ser definida como inexata com base em uma comparação com a história – o passado vivido, os acontecimentos e experiências do passado – visto que tal comparação carece de objetividade e precisão. Todas as memórias são inexatas por definição, pois se baseiam em uma apropriação

específica e particular da história. Assim, a análise das memórias inexatas não visa desqualificá-las e apontar suas “falhas” face à história “verdadeira”, visto que a essência histórica não pode ser plenamente reconstituída.

No entanto, se assumirmos um relativismo absoluto – isto é, de que face à impossibilidade de conhecermos o passado, todos os documentos e memórias contribuem na mesma medida para a reconstituição da história, e que eles não podem ser comparados –, a análise científica da história se torna impossível. Por mais que não possamos reconstituir o passado, isto não significa abandonar a tentativa de objetificação. Como veremos a seguir, existem memórias e relatos pouquíssimo verossímeis, que indubitavelmente não podem ser corroborados historicamente. Triangular e relacionar as memórias narradas com outros documentos e fontes históricas, permite identificar quais os sentidos implicados na construção de tais memórias, e como os distintos devires operam, modificam e constroem a história e suas diferentes versões.

Entendo que toda a memória inexata é, sobretudo, uma memória ficcional, uma versão construída por meio de um devir. Ao contrário da mentira, a ficção não pressupõe a verdade. Como argumenta Lima (2008): “a função última da ficção é apresentar a verdadeira face do poder” (p.176). Portanto, analisar as memórias inexatas é demonstrar as relações de poder, os fatores sócio-históricos e os elementos simbólicos envolvidos na produção de uma memória específica.

As memórias inexatas – e seus registros por meio de depoimentos e entrevistas – são documentos, e todo documento é uma ficção. Ao analisar tais memórias, não cabe ao estudioso da história atestar a sua “veracidade” por meio de documentos escritos. Como argumentei, não se trata de tentar corrigir a memória – supostamente “falha” e “imprecisa” – por meio de documentos “verdadeiros” e fidedignos. Nas palavras de Roseman (2000, p.131): “Os registros escritos não podem ser tomados como ‘evangelho’, contra o qual o ‘falho’ depoimento oral pode ser considerado deficiente”. Contextualizar e comparar uma memória a outros documentos não é julgar a história oral pela bitola do registro escrito; relacionar documentos e as distintas versões do passado, visando compreendê-los, é o trabalho do estudioso da história.

Como argumenta Halbwachs (2003), há tantas memórias quanto forem os grupos sociais. Assim, as memórias são múltiplas e conflituosas, individuais e coletivas. As memórias são produzidas em um contexto social específico, e cada grupo social possuirá uma memória particular. Por mais que uma memória jamais possa realizar a

reconstituição exata e fidedigna da história, as memórias produzidas pelos indivíduos e grupos sociais são um produto simbólico autêntico e verdadeiro, não podendo ser consideradas “inexatas” no contexto particular do grupo social que a produziu.

A exatidão de uma memória reside na sua exemplaridade para a memória coletiva de determinado grupo social, e no caráter monumental das narrativas que se propõem a reconstituir a história, isto é, na capacidade de uma memória se transformar em um monumento para os indivíduos de determinada comunidade, que irão considerá-la uma reconstituição fidedigna e verdadeira do passado.

Poderíamos delinear a aporia da memória nestes termos: as memórias são ao mesmo tempo exatas – produto dos esquemas de percepção de um grupo social – e inexatas – um recorte parcial, uma apropriação específica da história por meio do devir.

Enfim, analisar as memórias inexatas – de um ponto de vista distanciado do positivismo –, não é buscar a verdade histórica. Analisar tais memórias é mostrar como elas foram construídas, e quais os sentidos implícitos aos agentes sociais que as produziram. Nesta perspectiva, interessam os elementos históricos fugidios se combinando, e criando uma história que funciona como verdade para os agentes sociais. Em outras palavras, explicar porque uma memória é inexata, é explicar porque ela faz todo o sentido, e está repleta de verdade.

## Quarto Capítulo

### O MITO DO “*SPECKO*”

Na primeira das entrevistas que realizei, com minha avó Irene Böelling, uma das principais questões girava em torno da possibilidade de falar alemão publicamente durante o período do Estado Novo. Quando pergunto sobre esta possibilidade, Irene nos dá a resposta abaixo, e em seguida começa a contar sua memória sobre um caso de perseguição política ocorrido com sua “avó”, Johanne Schütte:

**Lucas:** Podia falar o alemão na rua?

**Irene:** Não! Jamais, jamais falar na rua! Jamais! Só podia falar português mesmo, e era muito vigiado isso tudo né.

**Lucas:** Os caras do Exército ficavam...

**Irene:** Ficavam de olho em todo, em todo, qualquer pessoa que eles tinha alguma dúvida eles já seguiam, perseguiam aquelas pessoas. É o que a minha, minha *oma* falava. Que ela né... Às vez se obrigava a ir no mercado, num comércio, que é coisa de mulher né<sup>10</sup>, então ela ela vivia com medo, ela vivia olhando, porque nem tudo ela sabia falar, sabe. Então ela era frus... Se frustrava das coisa quando tinha alguma dúvida, porque eram perseguido.

**Lucas:** E aí tem a história que ela foi comprar...

**Irene:** Foi no comércio...

**Lucas:** ... Comprar carne de porco não era?

**Irene:** Foi, foi. Ela foi num, num comércio aqui na praça e foi fazer mais compras pra casa dela né, mas inclusive ela tinha dúvida quanto essa palavra que era o “*toucinho*”...

**Lucas:** Uhum.

**Irene:** Que ela não sabia falar né na época assim “*toucinho*”. “O que que era *toucinho*?”. Então ela pediu em casa primeiro explicação, como é que é, o que que é, se caso de dúvida. Daí chegou lá no comércio ela né foi surpreendida por esses cara, que ela viu que eles tavam perseguindo ela, então quando ela pediu esse *toucinho*, eles foram correndo no comerciante perguntar então: “o que que ela pediu, que que era essa palavra que ela

---

<sup>10</sup> Foi possível identificar nas entrevistas alguns elementos que expressam as relações de gênero vigentes no contexto das comunidades de descendentes de imigrantes alemães analisadas nesta pesquisa. Em virtude do escopo da pesquisa, este ponto não será analisado. Não nos resta dúvida, no entanto, que a perseguição política durante o Estado Novo teve impactos diferenciais em função dos papéis sociais de gênero. Para apontamentos sobre os impactos das campanhas de nacionalização sobre as relações de gênero, ver Fáveri (2002).

disse?” Né, então é... O comerciante ajudou a velhinha, ele disse assim: “Não ela queria... Ela pediu ‘*specko*’ [do alemão *speck*, toucinho]”. “E o que que é ‘*specko*?’” [pergunta dos militares]. “É esse aqui, nós vendemo isso aqui por ‘*specko*’” [resposta do comerciante].<sup>11</sup> Sabe? Então, era muito triste. A gente ter família que eram perseguido desse tipo aqui no nosso Brasil [com ênfase, batendo na mesa com as mãos].<sup>12</sup>

Em outra entrevista, realizada com Irmgard e Alfredo Barg, o casal surpreendentemente menciona um evento bastante semelhante, embora o associe a outra pessoa:

**Irmgard:** Eu sei que aquele seu Leopoldo Will ele não sabia nada falar em alemão, em português, então ele disse: “eu quero um quilo de *Wurstoch*”. “*Specko*”.

**Alfredo:** Ele, ele achava que o português é o seguinte: sempre acrescentar o “O” [risos].<sup>13</sup>

A memória sobre o evento do “*specko*” narrada pelo casal Barg está associada a Leopoldo Will, diferentemente da história narrada por minha avó. A narrativa de Irene, composta com uma maior riqueza de detalhes, é associada à sua “avó” Johanne Schütte. Considerando que também entrevistei Max Will<sup>14</sup>, filho de Leopoldo, e que em nenhum momento de sua complexa narrativa o entrevistado fez referência ao “*specko*”, ou que seu pai havia sido torturado por ter falado alemão em

---

<sup>11</sup> Esta história circula na memória da minha família há muito tempo. Eu já a ouvi várias vezes, e ela me impactou muito, especialmente na infância. Em outras versões contadas por minha avó e meu avô Granit Böelling, ao ser interpelado pelos militares o comerciante afirma que a “velhinha” havia pedido um “espeto” de carne. Por sua semelhança fonética à palavra *speck*, e por ser uma palavra conhecida da língua portuguesa, esta versão faz mais sentido, e auxilia a explicar o desfecho da história: *Frau* Schütte acabou escapando da tortura, e não foi forçada a tomar óleo por ter falado alemão.

<sup>12</sup> BÖELLING, Irene. Entrevista concedida a Lucas Voigt em 28/04/2012, Trombudo Central – SC.

<sup>13</sup> BARG, Irmgard; BARG, Alfredo. Entrevista concedida a Lucas Voigt e Ingrid Böelling em 29/04/2012, Agrolândia – SC. Alfredo Barg foi sugerido como potencial entrevistado por Ingelore Mohrmann, outra entrevistada desta pesquisa. Ingelore é vizinha da minha avó Irene. É importante destacar que todos estes entrevistados se conhecem desde longa data.

<sup>14</sup> WILL, Max. Entrevista concedida a Lucas Voigt e Ingrid Böelling em 29/04/2012, Agrolândia – SC.

um comércio, é quase certo que Irmgard e Alfredo estejam cometendo um equívoco.

O mais relevante aqui, no entanto, não é a fidedignidade das memórias, mas que elas são construídas de forma distinta em dois relatos, atribuídas a duas pessoas diferentes. A transmissão dos eventos históricos nos circuitos familiares – as famílias de Irene Böelling e de Irmgard e Alfredo Barg são amigas há décadas – gera versões diferentes e contraditórias dos eventos ocorridos no passado. A história do “*specko*” se torna uma espécie de “mito” na memória coletiva dos descendentes de imigrantes alemães. Este mito demonstra de maneira exemplar a inscrição das memórias individuais sobre as violências sofridas durante o Estado Novo por imigrantes na memória coletiva de seus descendentes, e de que forma essa memória socialmente partilhada modifica e ressignifica as narrativas individuais. Conforme argumenta Pollak (1989), a memória de grupos: “[...] pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas.” (p.11).

\*\*\*

Antes de passarmos à análise aprofundada do mito do “*specko*”, e os elementos sócio-históricos e simbólicos responsáveis pela construção da memória inexata narrada pelo casal Barg, gostaria de me deter à análise do termo “*specko*”, que representa um exercício de *devoir menor da língua*.

Encontramos na análise de Deleuze e Guattari (2003) sobre o *devoir* operado pela literatura menor de Franz Kafka, uma excelente referência para a minoração da língua portuguesa realizada por Johanne Schütte, ao “inventar” a palavra “*specko*”. Em Praga, sob o domínio do Império Austro-húngaro, Kafka – um escritor judeu tcheco – se via forçado a escrever em alemão, misturando elementos do tcheco e do ídiche. Este processo irá operar um *devoir* nas estruturas sintáticas e semânticas da língua maior, oficial e politicamente estabelecida à época – o alemão. É este processo que Deleuze e Guattari (2003) chamarão de *devoir menor da língua*.

Apesar de a análise de Deleuze e Guattari (2003) se focar numa minoração da língua em função da literatura, ela é bastante interessante para a análise do caso em questão. Trata-se, no nosso caso, de um exercício de minoração da língua em função da fala, do exercício praxiológico das estruturas gramaticais gerativas. Considerando que o

evento do “*specko*” se tornou um mito, ele de certa forma se torna literário, isto é, implica uma criação poética e ficcional de um relato histórico por parte de seus narradores. Partiremos, assim, da assunção de uma *homologia funcional* entre fala e literatura para discutir os fenômenos analisados. Compreende-se a literatura e a fala como a dimensão diacrônica do ato comunicativo, enquanto a língua é considerada a sua dimensão estrutural. Assim, quando mencionarmos “literatura menor” daqui em diante, leia-se simultaneamente “memória – narrativa menor”.

O mito do “*specko*” evoca as três características de uma literatura menor, segundo Deleuze e Guattari: “As três categorias da literatura menor são a desterritorialização da língua, a ligação do individual com o imediato político, o agenciamento coletivo de enunciação.” (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p.41).

A primeira característica de uma literatura menor é o fato de a literatura menor implicar uma desterritorialização da língua maior, isto é, um devir nas suas estruturas sintáticas e semânticas. Isto se verifica nas narrativas aqui analisadas pela adição da vogal “O” à palavra *speck*, e se explicita no comentário irônico de Alfredo: “Ele, ele achava que o português é o seguinte: sempre acrescentar o ‘O’”. A impossibilidade de falar a língua portuguesa em um contexto em que isso era absolutamente necessário, fazia com que os imigrantes utilizassem a língua da maneira que pudessem.

É importante pontuarmos que, ao contrário de Kafka – um literato e intelectual, que tinha um domínio bastante razoável da língua alemã – os alemães em Santa Catarina não possuíam um domínio suficiente da língua portuguesa ao ponto de exercerem um devir de grande abrangência nas suas estruturas sintáticas e semânticas. A afirmação de Alfredo, assim, é completamente acertada: em face ao desconhecimento da língua portuguesa, e à obrigação imperiosa de utilizá-la de maneira imediata, restava aos imigrantes alemães acrescentarem a vogal “O” ao final das palavras. O termo “*specko*”, apesar de tensionar e operar um devir na língua maior, demonstra simultaneamente a inabilidade de falar uma língua com a qual não se tinha o mínimo contato, e as fragilidades do projeto do Estado Novo que determinava a utilização da língua portuguesa por meio de decreto.

O comentário de Alfredo, bem como todo o contexto narrado no relato de Irene, lançam luz sobre o imediato político associado à tensão vivenciada em decorrência da política linguística de Vargas, por parte dos imigrantes alemães e seus descendentes. Eis a segunda característica delineada por Deleuze e Guattari (2003): o caráter político da literatura

menor, e a ligação de eventos individuais ao contexto político.

Por fim, a terceira característica da literatura menor para Deleuze e Guattari (2003) – que está diretamente relacionada à característica anterior – é seu caráter coletivo. Uma literatura é uma enunciação coletiva, é um “assunto do povo”. Trata-se de um agenciamento coletivo de enunciação, visto que para Deleuze e Guattari não existem sujeitos (fixos), mas agenciamentos (móveis) de enunciação coletiva. Tal característica se explicita nas memórias aqui analisadas, pelo fato de a história do “*specko*” ser evocada por três narradores em dois contextos distintos, sofrendo um devir em suas versões individuais e se tornando uma questão coletiva, um assunto do povo.

\*\*\*

As duas memórias sobre a história do “*specko*” – a de Irene e a de Irmgard e Alfredo – são distintas e contraditórias, o que implica que uma das narrativas realiza uma reconstituição menos fidedigna dos fatos históricos. A história do “*specko*”, inicialmente uma memória individual, passou a compor a memória coletiva, transformando-se em um mito, que adquire versões. Por mais que uma destas versões reconstitua o passado de forma menos exata e precisa do que a outra, o ponto mais relevante é que elas explicitam os contextos sociais de produção da memória, e mostram como os descendentes de imigrantes alemães lidam com o passado e com os traumas vivenciados, e de que forma buscam articulá-los na construção de seu presente e de sua identidade.

A literatura sobre a memória reconhece que os processos de construção de memórias em muitos casos implicam a produção de narrativas inexatas, em sentido histórico estrito. Amado (1995), ao estudar a Revolta do Formoso, ocorrida em Goiás nas décadas de 1950 e 1960, realizou uma entrevista que define como “sensacional”, com um entrevistado que possuía grande conhecimento sobre os eventos ocorridos e era natural da região onde ocorrera a Revolta, além de se mostrar bastante disposto a falar.

No entanto, ao dar prosseguimento à pesquisa, a autora percebeu que a maioria das informações de seu entrevistado não condizia com outras fontes históricas. De maneira semelhante ao que experienciei quando percebi que os depoimentos que colhia sobre a história do “*specko*” destoavam, Amado (1995) se sentiu decepcionada e frustrada. A pesquisadora arquivou a entrevista, e voltou a ouvi-la somente após finalizar a reconstituição histórica dos eventos da Revolta do Formoso.

Neste momento, a autora percebeu que seu entrevistado recriava a Revolta com base na história de *Dom Quixote de la Mancha* de Cervantes, misturando elementos da obra com o contexto sertanejo em que vivia<sup>15</sup>. Não se tratava, assim, de pura imaginação ou “mentira” do entrevistado.

Ao pesquisar a fundo as relações entre a Revolta do Formoso e a novela de Cervantes, Amado (1995) descobriu que, além deste ser o livro de cabeceira de seu entrevistado, boa parte da população do município de Uruaçu (onde ocorreu a Revolta) conhecia *Dom Quixote*: a história era contada em locais públicos, lida caso o contador fosse alfabetizado, ou narrada de memória caso não soubesse ler. Os ouvintes relacionavam o que era narrado com suas próprias histórias de vida. Assim, a autora pôde concluir que a associação entre cultura erudita e cultura popular, entre escrita e oralidade, foi responsável por produzir o relato de seu entrevistado. Tratava-se de uma narrativa inédita, que ao fundir *Dom Quixote* e a Revolta do Formoso, mesclava elementos como memória e imaginação, tradição e invenção, história e ficção. Portanto, ao invés de ser um “grande mentiroso”, seu entrevistado verbalizou: “eventos, imagens, símbolos, raciocínios e sentimentos profundamente enraizados na memória coletiva de sua região e grupo social de origem” (AMADO, 1995, p.130-1).

Neste sentido, a autora argumenta que depoimentos considerados “mentirosos” ou inexatos, e normalmente desprezados na análise histórica, podem conter elementos simbólicos extremamente relevantes para a compreensão dos processos de construção da memória:

---

<sup>15</sup> São muitas as referências culturais à apropriação e reinvenção de *Dom Quixote*, que aludem à ressignificação do clássico em novos contextos históricos e sociais. Lendo a pesquisa de Amado (1995), não pude deixar de lembrar o célebre conto de Borges, “Pierre Menard, autor do *Quixote*”, onde o autor argentino ficcionaliza um “Menard” que, ao escrever o “*Quixote*”, torna-se mais original que Cervantes. (BORGES, Jorge Luis. Pierre Menard, autor del Quijote. In: **Cuentos Completos**. Barcelona: Debolsillo, 2013. p.108-117).

O cantor Tom Zé, na música “Teatro (Dom Quixote)”, contida no álbum “Estudando o Pagode” (2005), também se refere à obra de Cervantes, de forma muito semelhante àquela analisada por Amado (1995): “*O teatro do ator que recria / Quixotes de Espanha / La Mancha e Bahia / E pelo arauto / No alto do palco / Onde o mito vomita uma história / Que repete a estória da história*”.

A dimensão simbólica das entrevistas não lança luz diretamente sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças e associações de lembranças; permite, portanto, compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm. (AMADO, 1995, p.135).

Vejam os mais um exemplo de inexatidão da memória, ainda mais significativo para a compreensão do mito do “*specko*”, dada a semelhança na estrutura de ambas as memórias. Roseman (2000), ao pesquisar a biografia e a memória de uma judia sobrevivente do holocausto<sup>16</sup>, Marianne Ellenbogen, percebe discrepâncias entre relatos e documentos oficiais da época, e narrativas produzidas contemporaneamente. Segundo o autor, isto implica que a memória de Marianne sobre os eventos do passado mudou com o decorrer do tempo.

Marianne narrou ao pesquisador que passou a noite com seu noivo, Ernst Krombach, quando ele e seus pais estavam detidos em um quartel, antes de serem deportados para o gueto polonês de Izbica, em abril de 1942. Segundo Marianne, ela tentou convencer Ernst a fugir. Mas, de acordo com documentos levantados por Roseman (2000), Ernst e seus pais passaram a última noite em seu apartamento, e sem a presença de Marianne.

Posteriormente, Roseman (2000) teve acesso ao relato de Hanna Aron sobre a deportação de seu namorado, em junho de 1942. No relato, Hanna descreve detalhes de como passou a noite com seu namorado no quartel Steele, na véspera de sua deportação. O relato de Marianne é extremamente idêntico ao relato de Hanna, o que sugere que ela tenha adotado a história como sua. Segundo o autor, Hanna e sua mãe moraram com a família de Marianne em março de 1943, o que explica como Marianne pode ter tido acesso à história.

Esta memória inexata construída e relatada por Marianne, e também outras analisadas por Roseman (2000), são triviais para o autor, considerando que a maior parte do relato de Marianne se sustenta quando comparado a outras fontes históricas. Nas palavras do autor:

---

<sup>16</sup> Utilizo aqui o termo “holocausto”, seguindo a terminologia empregada por Roseman (2000). Para uma crítica do termo, ver Agamben (2008, p.37).

Permanece, no entanto, o fato de que “existem” estas interessantes imprecisões em sua memória. Em nenhum momento elas ameaçam frontalmente seu depoimento. Em vez disso, mostram como a memória vagueia em torno de um núcleo incontrolável, tentando manter experiências traumáticas sob alguma espécie de controle. (ROSEMAN, 2000, p.131).

O autor procura explicar tais imprecisões com base nos sentimentos de perda e culpa vivenciados por Mariane; culpa por ter sobrevivido enquanto muitos morreram, e por ter abandonado e perdido sua família. Ao narrar que passou a noite com seu noivo, tentando convencê-lo a fugir, Marianne tenta colocar sua memória sob controle, visando lidar com os eventos traumáticos, tornando-os aceitáveis e suportáveis<sup>17</sup>.

De maneira semelhante à Amado (1995), que defende a importância da análise de memórias inexatas em função dos elementos simbólicos que evocam, Roseman (2000) também aponta a relevância de analisar tais fontes históricas:

Meu argumento é o de que, quando é possível comparar depoimentos de testemunhas com outras fontes, fazê-lo não constitui desrespeito aos sobreviventes. Fazer isso não implica um desejo ou uma expectativa de ameaçar a veracidade fundamental de seu depoimento. Ao contrário, contribui para iluminar os muitos processos da memória que procuramos compreender. (ROSEMAN, 2000, p.134).

\*\*\*

Os dois casos de inexatidão da memória descritos e analisados acima nos permitem constatar que o processo de construção de memórias é um fenômeno complexo, e que para explicá-lo é necessário identificar os fatores sociais, históricos e simbólicos envolvidos. As

---

<sup>17</sup> É notável a aproximação entre os estudos sobre a memória e a psicanálise, especialmente no tocante às memórias associadas ao trauma. A rememoração de experiências traumáticas muitas vezes opera como uma *perlaboração*, visando enquadrar e tornar o passado suportável. Sobre esse ponto, ver Seligmann-Silva (2003).

explicações podem ser diversas: transmissão geracional de uma obra de ficção e sua influência no imaginário coletivo, sentimento de culpa e perda em função de eventos traumáticos, e assim por diante. Alguns dos elementos identificados por Amado (1995) e Roseman (2000) serão verificados também na construção do mito do “*specko*”, embora cada processo de construção de memórias inexatas deva ser analisado em sua especificidade. Com o espírito de que a análise dos processos sociais de produção de memórias inexatas pode elucidar elementos simbólicos da memória coletiva e os significados que os agentes sociais atribuem às lembranças, passo agora a analisar os elementos que possibilitaram a produção de duas versões distintas sobre a história do “*specko*”.

É possível afirmar, com base nas fontes de pesquisa levantadas, que a versão da história do “*specko*” relatada por Irene – além de ser uma narrativa mais complexa e detalhada –, realiza uma reconstituição mais fidedigna dos fatos históricos, se comparada à versão do casal Barg.

Após o falecimento da minha bisavó Lina Böelling, durante o parto do meu avô Granit Böelling, em 1932, Granit passou a ser criado pela família Schütte. A família Schütte morava no que hoje é o município de Trombudo Central, enquanto a família Böelling residia em Trombudo Alto (atualmente Agrolândia). Meus bisavôs Ludwig e Lina, fundadores da genealogia dos Böelling no Brasil, eram próximos de Heinrich e Johanne Schütte. Dadas as dificuldades para um imigrante criar sozinho uma criança nas novas colônias – e considerando que minha tia-avó Hilde Hinz (nascida Böelling) possuía apenas quinze anos à época –, Johanne Nigemann (nascida Schütte) – filha de Heinrich e Johanne, e que possui o mesmo nome de sua mãe – se ofereceu para cuidar de Granit. No, entanto, Johanne vivia com seus pais e não era casada. À época, não era socialmente aceitável que uma mulher solteira criasse sozinho uma criança. Assim, o irmão de Johanne, Friedrich Schütte, e sua esposa Gertrud, passaram a criar meu avô Granit<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> As informações são de minha avó Irene, e de minha mãe Ingrid Böelling, com base nas memórias que ouviu de seu pai Granit e de membros da família Schütte.

Irene refere-se à Johanne, assim, como *oma*<sup>19</sup> Schütte. Não se trata de um parentesco sanguíneo, mas antes um parentesco de afinidade, construído socialmente. É bastante comum que os imigrantes e descendentes de alemães expressem relações de afinidade e afeto por meio dos hipocorísticos “*oma*” e “*opa*”: costuma-se chamar os mais velhos de “*oma*” e “*opa*”, independentemente se a pessoa referida é na verdade um tio, tia, sogro, sogra, ou mesmo apenas um amigo da família. Todos os descendentes de meu avô, assim, referiam-se à Johanne como “*oma*” Schütte.

Meus avôs Granit e Irene possuíam, assim, laços de proximidade muito fortes com Johanne Schütte, protagonista da versão da história do “*specko*” narrada por Irene. Como dito, eu já havia escutado esta história muitas vezes, o que demonstra a importância desta memória no contexto familiar.

Meus avôs possuíam também uma relação de amizade e proximidade bastante forte com o casal Barg, que era ainda maior no passado. Isto explica como os Barg podem ter tido acesso à história, que foi compartilhada e circulou entre as famílias. Neste ponto, vemos uma das questões levantadas por Roseman (2000), ao analisar o relato de sua entrevistada Marianne Ellenbogen: a transmissão de memórias entre famílias permite o acesso a histórias que, com o passar do tempo, podem ser modificadas e associadas a outras pessoas.

No entanto, o fato de Irene ter mais proximidade com a protagonista da sua versão da história do “*specko*”, e provavelmente ter contado a história ao casal Barg, não nos permite concluir que sua versão reconstitua os fatos históricos de maneira mais fidedigna.

A principal evidência de que o episódio de tortura e violência ocorrido com Leopoldo Will nada tenha a ver com a compra de “*specko*”, é a memória narrada por seu filho, Max Will. Indicado como entrevistado pelo casal Barg, Max me relatou o motivo da perseguição política a seu pai, que culminou com agressões físicas e com a ingestão

---

<sup>19</sup> O termo “*oma*” é uma maneira informal e afetuosa de se referir à avó. É o equivalente de “vovó” na língua portuguesa. “*Opa*” refere-se ao avô. Trata-se de um hipocorístico afetivo (do grego *hupokoristikós*, e, *ón*, “acariciante, suavizante”), isto é: “qualquer palavra criada ou prenome modificado (ou qualquer vocábulo us. antroponimicamente) com intenção de carinho, para uso no trato familiar ou amoroso (*papai*, *mamãe*, *Marcão* [por Marcos], *Fafá* [por Fátima], *Mariinha* [por Maria], *Tião* [por Sebastião] etc.).” (HIPOCORÍSTICO, 2009, p.1051). Os hipocorísticos afetivos têm por objetivo suavizar o som das palavras por meio da formação fonética, que usualmente repete sílabas.

de óleo: Leopoldo foi perseguido em virtude de uma denúncia de que havia falado alemão, encaminhada à polícia e que se fundava em motivações pessoais. A memória de Max, uma narrativa complexa, extremamente detalhada e repleta de referência espaciais, em nenhum momento faz menção a um comércio, ou à compra de “*specko*”.

Assim, o que fez com que o casal Barg associasse a história do “*specko*” a Leopoldo Will? Um dos motivos é a proximidade social e geográfica entre a família Will e a família Barg, que residem no município de Agrolândia (SC). Tal proximidade pode ter feito com que uma memória ouvida há décadas atrás fosse associada a um conterrâneo, com quem se possui um contato mais frequente. Outro motivo, ainda mais relevante e explicativo, é o fato de a família Will desempenhar um papel importante e proeminente na denúncia da violência, perseguição e tortura sofridas pelos imigrantes e descendentes de alemães. Narrar a violência sofrida pelo patriarca da família, Leopoldo Will, opera como uma espécie de “dever de memória” da família.

Este papel de destaque da família Will na produção de memórias sobre a violência de Estado sofrida pelos imigrantes e descendentes de alemães pode ser verificado, por exemplo, no fato de uma das maiores estudiosas do tema fazer menção às entrevistas com Max Will, sua irmã Irma e seu irmão Eduardo – este último, que foi torturado junto com seu pai Leopoldo (FÁVERI, 2002, p.209-10)<sup>20</sup>. As memórias sobre a violência sofrida por Leopoldo Will são também analisadas em artigos científicos, dentre os quais podemos mencionar o de Rocha (2006) – baseado no relato de Eduardo contido no trabalho de Fáveri (2002) – e o de Testoni (2007) – embasado em uma reportagem do jornalista Leandro Narloch (2006), que menciona as memórias relatadas por Max. Além da reportagem de Narloch (2006), também encontramos outras referências às memórias da família Will na imprensa, como o artigo de Leandro Junges (2003). Os trechos desta última reportagem, bem como as entrevistas realizadas por Olga Grimm e analisadas por Fáveri (2002), compõem o livro oficial sobre a história do município de Agrolândia, financiado pela Prefeitura Municipal, passando assim a integrar a memória oficial do município (ADAMI; ROSA, 2005, p.114). Foi precisamente o casal Barg que me apresentou este livro, do qual se orgulhavam muito, pois em uma das edições do livro que possuíam, havia uma dedicatória pessoal.

Considerando a proximidade social e geográfica entre as famílias Barg e Will, e o papel de destaque da família Will na denúncia da

---

<sup>20</sup> As três entrevistas foram cedidas a Olga Marcília Grimm, em março de 2000.

violência e tortura sofrida por Leopoldo, que se tornou uma história conhecida e compartilhada no município de Agrolândia, não parece difícil conceber de que forma operou o devir da memória do casal Barg: em sua memória, havia uma referência longínqua a um evento de perseguição política relacionado à compra de “*specko*”, que foi associado à história de Leopoldo Will, amplamente disseminada em seu município – não só oralmente, mas também por meio da escrita –, e evocada contemporaneamente em seus círculos sociais.

O registro escrito e oficial da história de Leopoldo é um fator importante para a produção da memória inexata do casal Barg. A descoberta de Amado (1995) serve também ao mito do “*specko*”: quando escrita e oralidade se relacionam, texto e histórias de vida se mesclam e, assim, memórias socialmente partilhadas e transmitidas entre as gerações ganham um toque de imaginação e ficção. Esta imaginação, no entanto, deve construir o passado de forma coerente, possibilitando que se estabeleça uma relação de sentido entre os distintos elementos históricos. Assim, trechos distintos são organizados de forma a comporem uma história coerente, por meio da articulação entre a história, a memória e a narrativa.

Em síntese, a inexatidão da memória de Irmgard e Alfredo – um devir entre a memória individual e a memória coletiva –, responsável pela transformação da história do “*specko*” em um mito, foi possível em função dos seguintes fatores:

- ✓ Acesso à história do “*specko*” por meio da circulação de memórias entre famílias;
- ✓ Proximidade social e geográfica das famílias envolvidas na produção do mito do “*specko*”;
- ✓ Transformação das memórias no decorrer do tempo, permitindo que sejam associadas a outras pessoas e eventos;
- ✓ Conjunção de temporalidades, que permite a associação entre memórias longínquas e eventos do presente;
- ✓ Legitimidade e reconhecimento social de alguns agentes sociais, enquanto porta-vozes “legítimos” das vítimas da perseguição política durante o Estado Novo;
- ✓ Registro “escrito” e “oficial” de memórias sobre a violência sofrida pelos imigrantes e descendentes de alemães durante o Estado Novo, e sua articulação à história oral.

## Quinto Capítulo

### “O OPA ERA NAZISTA”

As memórias narradas por minha avó Irene em entrevista se mostraram extremamente profícuas para analisar o trabalho de construção da memória. A memória de Irene é seletiva e associativa, articulando eventos e enunciando fatos que não são precisos em termos estritamente históricos, em uma narrativa que nem por isso carece de coerência ou sentido. Tal entrevista se mostrará especialmente interessante por relacionar memórias familiares ao contexto político do período do Estado Novo. As campanhas de nacionalização e a perseguição política de imigrantes alemães, associados ao estigma do nazismo, interferem e estruturam a narrativa de Irene.

A memória narrada por minha avó envolve fenômenos como o período de imigração da família Böelling para o Brasil, e a afirmação de que meu bisavô Ludwig era não apenas um simpatizante do nazismo, mas um soldado do III Reich.

Vejamus um trecho da entrevista de Irene, onde ela procura justificar o fato de meu bisavô Ludwig não ter sido perseguido durante o Estado Novo:

**Irene:** Depois quando meu sogro veio da Alemanha, já... Ele não sofreu. Essa perseguição assim, ele não teve problemas sérios.

**Lucas:** O Ludwig?

**Irene:** É, o Ludwig. Ele daí já veio assim talvez um pouquinho mais tarde, quando já...

**Lucas:** Não, mas eles vieram em 1924.

**Irene:** O Ludwig?

**Lucas:** O Ludwig.

**Irene:** Mas eles não não tiveram assim grande perseguição [gesticulando] no lado deles.

**Lucas:** Tá, tá. É, porque era bem na... Na época, assim né. Pelo menos também quando o *opa* [Granit] nasceu.

**Irene:** Nunca soube da história das famílias né, isso é tudo minha família, mas eu nunca soube da história do meu sogro, assim do *opa* Böelling [Ludwig], que “ah... eles me perseguiram” ou qualquer coisa assim. Nunca ouvi falar. Não teve esse problema ele não teve. Talvez ele morava em regiões que não atingiu isso assim sério né.

Como Ludwig e a família Böelling não sofreram diretamente a violência e perseguição das campanhas de nacionalização do Estado

Novo, Irene tenta explicar o fato por meio de duas hipóteses, sendo uma temporal e a outra espacial. Minha avó procura dar coerência à sua história afirmando que a família Böelling não foi vítima de perseguição política por ter imigrado ao Brasil após o período mais violento de perseguição – isto é, após o fim do Estado Novo em 1945 –, ou por ter se fixado em uma região onde não houve grande repressão.

A primeira hipótese não se sustenta, pois como argumento durante a entrevista, a família Böelling chegou ao Brasil em fevereiro de 1924<sup>21</sup>. Além disso, meu avô Granit nasceu no Brasil em 1932, período anterior às campanhas de nacionalização. Esta capacidade de oscilar entre temporalidades históricas e associar eventos é essencial na construção da memória de Irene, e se evidenciará mais adiante, quando analisarei a asserção de que meu bisavô Ludwig era um soldado nazista<sup>22</sup>.

Até hoje os motivos da imigração da família Böelling não são completamente conhecidos. A imigração de alemães para o Brasil é um processo complexo e de larga duração, com picos e reduções, motivado por uma variada gama de fenômenos históricos e geopolíticos. Segundo dados do IBGE<sup>23</sup>, de 1824 a 1969 cerca de 250 mil alemães imigraram ao Brasil. O período de maior concentração ocorre entre os anos de 1920 a 1929, com a imigração de aproximadamente 75 mil alemães. Este aumento no número de imigrantes alemães pode ser explicado pelo desfecho da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com a derrota do Império Alemão. Em um contexto de pós-guerra repleto de dificuldades e privações, marcado pela crise econômica e pela hiperinflação, muitos alemães decidiram tentar a vida em um novo país.

Note-se que o período de ápice da imigração alemã para o Brasil compreende a data de imigração da família Böelling. Assim, é bastante provável que os Böelling tenham imigrado ao Brasil devido às difíceis condições de vida na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial. Além deste motivo, devemos apontar ainda o “espírito aventureiro” de meu

---

<sup>21</sup> ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Certidão de Desembarque:** Ludwig Böelling. fl.1, sob a notação BR.AN.RIO.BS.RPV.ENT.16734, integrando o fundo documental SPMAF/Santos. Rio de Janeiro, 2009.

<sup>22</sup> Ver capítulo 6.

<sup>23</sup> IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Imigração alemã no Brasil.** Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2114v>>. Acesso em: 22 Fev. 2014. As informações do IBGE se baseiam na obra “Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história”, organizada por Cláudia Mauch e Naira Vasconcelos.

bisavô Ludwig que, como veremos adiante, viveu por anos em uma das colônias alemãs na África, o que demonstra sua disposição para conhecer novos países e terras exóticas. No entanto, tais explicações podem ser parciais, e não representam o conjunto de fatores que levaram à imigração da família Böelling.

Esta indefinição no tocante aos motivos da imigração dos Böelling acaba produzindo diferentes explicações para a vinda da família ao Brasil. Uma das versões que circula na memória familiar, indica que meus antepassados vieram para o Brasil fugindo dos conflitos e da devastação provocada pela Segunda Guerra Mundial. Esta versão não possui nenhum embasamento histórico, e é negada de forma veemente por Irene, que afirma que Ludwig “não era refugiado”. Tal versão se origina a partir de uma carta recebida por meu bisavô Ludwig, na qual seu sobrinho Karl Sturm narra os horrores e a desolação na Alemanha após a Segunda Guerra<sup>24</sup>. Karl lamenta na carta o fato de não ter emigrado junto com os Böelling quando teve a oportunidade. Assim, o contexto pós-Primeira Guerra, responsável pela imigração da família, é transformado no contexto da Segunda Guerra, por meio da apropriação e ressignificação da narrativa emblemática e desoladora de Karl Sturm; com isso, cria-se uma nova história, que apresenta novos motivos e contextos para a imigração dos Böelling para o Brasil.

É interessante notarmos que – apesar de afirmar que Ludwig não era um refugiado da Segunda Guerra –, Irene justifica que meu bisavô não foi perseguido por ter imigrado ao Brasil após o período de ápice da violência durante a Era Vargas. Ora, o período posterior ao apogeu da perseguição aos alemães durante o Estado Novo, é precisamente o período posterior à Segunda Guerra, a partir de 1945. Esta oscilação entre temporalidades demonstra de que forma Irene constrói sua memória, e onde residem suas imprecisões.

Após ser provocada por mim quando menciono a data de imigração da família, Irene lança mão de sua hipótese espacial, visando defender a coerência de sua narrativa. O fato é que o Alto Vale do Itajaí – especialmente Trombudo Central e os municípios vizinhos, *locus* das memórias analisadas nesta pesquisa – foi afetado pelas campanhas de nacionalização, o que a própria Irene aponta na sua entrevista, ao narrar

---

<sup>24</sup> STURM, Karl. [Carta]. 27 Abr. de 1948, Siegen, Westfalen – Alemanha [para] Ludwig Böelling, Trombudo Alto, SC – Brasil. 1f. Correspondência pessoal relativa a assuntos familiares e ao contexto da Alemanha pós-Segunda Guerra. Acervo particular da família Böelling. Para a carta no original, ver Anexo A.

eventos onde imigrantes e descendentes de alemães foram perseguidos. O evento do “*specko*”, por exemplo, ocorreu em uma “venda” próxima à sua atual residência.

A explicação para o fato de Ludwig e a família Böelling não terem sofrido diretamente qualquer violência pode ser circunstancial; a família pode ter tomado muitas precauções e evitado falar alemão publicamente, ou ainda, caso a perseguição hipoteticamente tenha ocorrido, ela pode não ter sido inscrita na memória familiar por meio de algum processo de silenciamento. Para além de tais especulações, o mais significativo é que a não perseguição de seus antepassados representa para Irene uma contradição à sua própria narrativa. Minha avó sempre atribuiu importância à disseminação da memória sobre a violência e a estigmatização sofridas pelos alemães no sul do Brasil. Perseguição que fora arbitrária e principalmente generalizada. A narrativa de Irene só é “verdadeira” se a violência denunciada for verdadeira, e caso sua autenticidade possa ser comprovada por meio da menção a eventos históricos e a vítimas de perseguição. Assim, seria incoerente um imigrante ou uma família de imigrantes – especialmente a sua, *autora* da narrativa – não terem sido perseguidos. A *autoridade* da narrativa de Irene reside na sua correspondência a eventos ocorridos com pessoas que ela conheceu e conviveu. Na perspectiva de Irene, como a perseguição perpetrada pelo Estado Novo foi “real”, abrangente e violenta, deve haver necessariamente uma explicação razoável para o fato de a família Böelling ter escapado desta violência.

A busca por coerência narrativa se evidencia nos momentos finais da entrevista. Ao concluir o roteiro, perguntei se Irene gostaria de voltar a algum ponto, ou fazer alguma consideração final. Ela retorna à questão da não perseguição da família Böelling, demonstrando sua preocupação com a autenticidade e coerência da memória que narrava:

**Irene:** Não, eu eu realmente Lucas [batendo na mesa] não tenho informação de que meu sogro sofreu perseguição. Eu nunca soube, nunca ninguém me informou, nunca ninguém falou a respeito. Se quando ele veio para o Brasil, minha sogra, o *opa* nasceu aqui, teu *opa* [Granit] nasceu aqui...

**Lucas:** Sim, claro.

**Irene:** ... Mas os outros três vieram da Alemanha.

**Lucas:** Uhum.

**Irene:** Só que não tenho informação que eles foram perseguido.

**Lucas:** Mas muitos outros foram...

**Irene:** Eles vieram até Blumenau, primeiro.

**Lucas:** Uhum, sim.

**Irene:** Vieram *nach* Santos, em São Paulo né. Como tu sabe toda a história.

**Lucas:** *Nach* Florianópolis, *nach* Blumenau...

**Irene:** Daí vieram vindo...

**Lucas:** ... Rio do Sul...

**Irene:** É...

**Irene:** Daí Agrolândia.

**Lucas:** ... *Dann* Trombudo Alto. Que era Agrolândia na época.

**Irene:** É, aham. Então, eu assim, realmente nunca ninguém me falou nada disso. Da minha família não tem o que dizer. A minha sogra ali...

**Lucas:** Mas os Schütte sofreram por exemplo?

**Irene:** Ahn?

**Lucas:** Os Schütte?

**Irene:** Os Schütte sim. Lá, aquela antiga...

**Lucas:** Aqui em Trombudo isso era? [apontando]

**Irene:** Era aqui no Trombudo, aqui no Trombudo. E até o comércio é ali onde é o Cana hoje.

\*\*\*

É possível perceber nos trechos da entrevista supracitados – e isso se mostrará ainda mais evidente – que em determinados momentos eu questiono Irene, mencionando informações que divergem da teia narrativa tecida pela entrevistada.

Eu tomei uma liberdade significativa nesta entrevista. Caso não possuísse uma relação de parentesco e de afeto com a entrevistada, provavelmente não teria sido incisivo e problematizado a memória construída por minha avó, até mesmo porque não teria *a priori* suficientes informações coletadas sobre os eventos históricos narrados – que obtive durante a pesquisa da história da minha família, por meio de entrevistas e pesquisa documental. Interpelar um entrevistado pode não trazer resultados produtivos à pesquisa, e não é a postura ideal durante uma entrevista, pois pode intimidar o entrevistado e influenciar os dados produzidos.

Não obstante, como se vê, acabei por adotar *inconscientemente* uma postura interpelativa durante a entrevista. A interação foi vivenciada por ambas as partes como algo mais do que a relação clássica entre pesquisador e sujeito de pesquisa, mas também como uma interação afetiva avó-neto, e um momento de compartilhamento da memória familiar.

A autocrítica metodológica que desenvolvo neste momento visa objetivar as narrativas produzidas durante a entrevista, que careceu de suficiente distanciamento e até mesmo neutralidade valorativa. Tal exercício, embasado em uma metodologia sociológica, auxilia a problematizar de que forma a interação pesquisador-pesquisado influenciou os dados produzidos durante a entrevista.

Minha postura interpelativa visava esclarecer os eventos narrados articulando-os a outras fontes, no intuito de compreendê-los e contextualizá-los historicamente, procedimento que teria sido executado apenas após a entrevista, caso ela não possuísse tal excepcionalidade. Felizmente, o resultado acabou se mostrando produtivo, e inquirir a entrevistada acabou estimulando-a a desenvolver ainda mais a sua narrativa e explicitou de que forma sua memória estava operando e selecionando os eventos.

Poder-se-ia supor que a postura que adotei durante a entrevista reproduz a clássica assimetria entre pesquisador e sujeito de pesquisa: um pesquisador, dotado de mais informações e de senso científico, inquire um pesquisado e ressalta as “falhas” e a falta de coerência em sua construção narrativa. No entanto, mostrar as imprecisões na memória de um entrevistado, paradoxalmente, pode dizer mais sobre o pesquisador do que sobre o sujeito de pesquisa. Minha postura durante a entrevista demonstra que estou antes me aproximando do que distanciando de Irene, pois reproduzo o mesmo procedimento característico da construção de qualquer memória: a busca por coerência, verdade e autenticidade histórica. Eu procuro salvaguardar a coerência narrativa da entrevista, pois ela é fundamental para a minha própria, para a narrativa que construo sobre a imigração da minha família, sobre a perseguição sofrida pelos teuto-brasileiros e, como se verá, sobre a associação destes com o nazismo. Interpelar a entrevistada evidência como o objeto da narrativa é significativo à minha própria memória e identidade, e como procuro controlá-las e fixá-las face ao processo de devir a que estão submetidas. Tal como minha avó, estou selecionando e articulando eventos, buscando a autoridade da narrativa em sua autenticidade histórica.

\*\*\*

Em outro momento da entrevista, eu comento com minha avó Irene a alegada associação de imigrantes alemães ao nazismo, bastante disseminada durante o Estado Novo. Temia-se que os colonos alemães pudessem simpatizar e contribuir com as pretensões expansionistas do

III Reich, influenciados pela propaganda nazista. Vejamos o desenrolar da conversa:

**Irene:** Mas eu eu não acompanhei muito, porque eu não entendo ali se realmente, o *opa* Böelling [Ludwig] escrevia cartas, os amigos dele escreviam cartas lá da Alemanha para ele aqui...

**Lucas:** Aham, aham.

**Irene:** ... Com saudação de “salve o Hitler” né (ou “*Heil Hitler*”) e e... E essas coisas assim, porque realmente [com ênfase] o *opa* Böelling era nazista.

**Lucas:** Ah é?

**Irene:** Era nazista. Porque os hinários... Ele tinha hinários, ele tinha correspondências tudo. De família “Hitler” lá. Parentesco ali, amigos dele e tudo. Era tudo em cima de Hitler.

Percebe-se que reajo com surpresa à asserção de que meu bisavô era um nazista. Como se pode imaginar, é extremamente significativo e impactante conceber a ideia de que um antepassado possa ter tomado parte do regime hitlerista. Impelido por tal assombrosa revelação, resolvo pesquisar sistematicamente a história da minha família, visando identificar as possíveis bases históricas da asserção de Irene. Esta pesquisa, embasada principalmente por documentos familiares, mostrou-se extremamente interessante e profícua à discussão que venho desenvolvendo, pois permitirá analisar o processo de construção, seletividade e associação que estrutura a memória de Irene. Desta forma, a argumentação delineada a seguir é o resultado da articulação entre um esforço pessoal de verificação de um fato significativo à minha própria memória e identidade, e um interesse teórico que se propõe a analisar cientificamente os processos de construção da memória.

As primeiras pistas para a verificação da possível associação de Ludwig Böelling ao nazismo são indicadas pela própria Irene. Ela justifica o argumento de que Ludwig era nazista pelo fato dele ter recebido cartas da Alemanha com saudações nazistas, além de possuir hinários que faziam apologia ao regime. Segundo Irene, as correspondências tinham como base a figura de Hitler. Como veremos, estes documentos históricos têm grande influência na construção e enquadramento da memória de Irene.

Minha avó se refere a um conjunto de documentos familiares apologéticos ou relacionados ao nazismo, que constitui parte do acervo documental da família Böelling. Irene foi por décadas a guardiã de tais documentos e da memória familiar associada a eles, tendo um papel deveras importante para a preservação de tais *mementos*. Assim, ter

herdado tais documentos, conjuntamente ao dever de preservá-los, é um motivo de orgulho para mim.

Um dos documentos a que minha avó Irene se refere é um hinário. Trata-se do “*Liederbuch der Nationalsozialistischen Deutschen Arbeiterpartei*” (“Livro de Canções do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães”). Editado por Hans Bajer em nome do NSDAP, o livro data de 1934<sup>25</sup>. O *Liederbuch* é composto por um conjunto de canções de apologia ao regime nazista, de forte teor ideológico.



**Imagem 1** – Capa do livreto *Liederbuch der Nationalsozialistischen Deutschen Arbeiterpartei*, 1934, 27ª edição (10,5 x 13,5 cm). O livro é impresso em tipografia gótica, e traz na capa a águia sobre a suástica, símbolo do III Reich.

---

<sup>25</sup> LIEDERBUCH der Nationalsozialistischen Deutschen Arbeiterpartei, 27ª edição, 1934. Publicado em nome do Diretório do NSDAP por Hans Bajer. P&B: 10,5 x 13,5 cm.



Imagem 2 – Páginas 2 e 3 do *Liederbuch* (19,5 x 13,5 cm). À esquerda, na página 2, vê-se a imagem de Adolf Hitler.

The image shows an open book. The left page (page 4) contains the text: "Buchschmuck von Hermann Claudig", "Nachahmung unterfagt", "Printed in Germany", and "751.—800. Tausend". The right page (page 5) features the title "Von Kampf und Freiheit" with a decorative illustration of a flag and a swastika. Below the title is the song "Das Horst Wessel-Lied". The text on the right page includes: "Abdruck mit Genehmigung der Horst Wessel'schen Erben", the lyrics "1. Die Fahne hoch! die Reihen dicht geschlossen! O. A. marschieren mit ruhigem Schritt. Kameraden, die Hakenkreuz- und Reichsflaggen erheben, marschieren im Schritt in unsern Reihen mit", and the number "5" at the bottom right.

Imagem 3 – Páginas 4 e 5 do *Liederbuch* (19,5 x 13,5 cm). A página 5 traz a primeira canção, “*Das Horst Wessel-Lied*” (também conhecida como “*Die Fahne hoch*”), de autoria de Horst Wessel, hino do NSDAP. O livreto apresenta as canções estruturadas em partitura e letra, além de imagens e símbolos relacionados ao nazismo.

\*\*\*

Minha avó Irene se refere também a cartas trocadas entre Ludwig e familiares que moravam na Alemanha. Irei analisar a partir de agora a mais interessante destas correspondências, permeada por uma série de referências históricas e políticas, e que estabelece um retrato da Alemanha nazista no início de seu apogeu, em 1938<sup>26</sup>. Na extensa carta, traduzida<sup>27</sup> e apresentada a seguir, articulam-se acontecimentos cotidianos a eventos históricos importantes, em uma narrativa marcada pela euforia ideológica e pelo encanto em relação ao nacional-socialismo e às “façanhas” alcançadas pelo III Reich.

Kassel<sup>28</sup>, 9 de abril de 1938.  
Na data do grande *Reich* alemão.

Querido compatriota do exterior!

Eu abri a sua carta endereçada ao meu filho Wolfgang, visto que nosso filho já deixou a casa dos pais. Sua carta provocou grande alegria e grande interesse em mim e em minha esposa. O senhor já pode perceber isso pelo fato de eu escrever a sua resposta imediatamente.

---

<sup>26</sup> AUTOR desconhecido. [**Carta**]. 9 Abr. de 1938, Kassel, Hessen – Alemanha [para] Ludwig Böelling, Trombudo Alto, SC – Brasil. 2f. Correspondência pessoal relativa a assuntos familiares e questões diversas relacionadas à Alemanha. Acervo particular da família Böelling. Para a carta no original, ver Anexo B.

<sup>27</sup> A carta foi traduzida por mim em uma versão preliminar. A senhora Anneliese Pikart, e seu marido, Pastor Rolf Pikart, elaboraram uma segunda tradução (a quem agradeço pela valiosa colaboração). A versão final da carta traduzida foi elaborada por mim, combinando as duas versões preliminares, e valendo-me de pesquisas históricas sobre os elementos mencionados no decorrer do texto. A tradução pode apresentar algumas limitações, se comparada às técnicas utilizadas por tradutores profissionais e estudiosos do campo; no entanto, para os fins a que me proponho nessa pesquisa, a tradução cumpre seu papel de maneira satisfatória, e até mesmo se torna mais robusta à medida que as informações relatadas na carta são problematizadas em profundidade, e relacionadas ao contexto familiar e histórico pertinentes.

<sup>28</sup> Cidade independente (“*kreisfreie Stadt*”) localizada no estado (“*Land*” ou “*Bundesland*”) de Hessen, às margens do rio Fulda, região onde morava a família Böelling antes de imigrar ao Brasil.

No início do mês de março meu filho prestou o *Abitur*<sup>29</sup> junto ao Ginásio Hermann Göring. Nesta semana, na terça-feira, ele já entrou no *Arbeitsdienst*<sup>30</sup>. Ele foi enviado a Rhön, para a *Arbeitsdienstabteilung*<sup>31</sup> 1/224, na cidade de Poppenhausen<sup>32</sup>. Ele é o nosso único filho, e desde então nossa casa ficou solitária. Mas nós o entregamos com alegria como soldado para o grande trabalho do nosso *Führer*. Eram milhares de jovens que partiram com ele naquele dia, todos de Kassel e dos arredores. 16 grandes vagões de passageiros compunham o trem, jovens barulhentos, povo feliz. A banda do *Arbeitsdienstes* estava a postos na plataforma de embarque e tocou marchinhas animadas. Quando o trem se colocou em movimento, a banda entoou, “*Muss i denn, muss i denn zum Städtelein hinaus*”<sup>33</sup>. Estes certamente não serão sons desconhecidos a vocês velhos africanos!<sup>34</sup> Ele está gostando. Os jovens foram enviados a Rhön para trabalhar com construção. Eles removem as pedras das grandes pastagens [ou “planícies”] de Rhön. Muitos milhares de morgos<sup>35</sup> desta forma já foram tornados úteis para a criação de gado, e nos auxiliam a alcançar a independência no abastecimento alimentar. Em seguida constroem estradas, canalizam os riachos, drenam os pastos e as terras cultiváveis. Em resumo, são trabalhos que não devem ser desconhecidos a você, como agricultor. Assim quase 300 000 jovens alemães estão em serviço com pás, ajudando a

---

<sup>29</sup> Trata-se do exame final do ensino secundário na Alemanha.

<sup>30</sup> Uma tradução aproximada seria “Serviço de trabalho”. É uma instituição do III Reich, que será discutida com mais detalhes adiante.

<sup>31</sup> Tradução: “Divisão de serviço de trabalho”.

<sup>32</sup> Trata-se de uma *Gemeinde* (“comunidade”, equivalente a um município), localizada no distrito (“*Kreis*”) de Fulda, no estado de Hessen. Situa-se na região dos complexos montanhosos de Rhön.

<sup>33</sup> Tradução aproximada: “Eu devo então, devo então, ir cidade afora...”. É um trecho de uma canção folclórica (“*Volkslied*”), de melodia desconhecida e movimento de Friedrich Silcher, datado de 1827. As segunda e terceira estrofes são de autoria de Heinrich Wagner. (MUSS..., 2011). A canção ficou popular fora da Alemanha após ser cantada por Elvis Presley no filme “*G.I. Blues*” de 1960, em uma versão em inglês intitulada “*Wooden Heart*”.

<sup>34</sup> Aqui provavelmente há uma referência ao serviço militar prestado por Ludwig na Namíbia, conhecida à época por como Deutsch-Südwestafrika (“Sudoeste Africano-Alemão”). Este ponto será discutido detalhadamente mais adiante.

<sup>35</sup> Do alemão *Morgen*, trata-se de uma unidade de medida de área, que varia conforme a região na Alemanha. Segundo o Michaelis (MORGO, 1998, p.1413), é uma unidade de medida agrária utilizada na região de Santa Catarina, que equivale a 2.500m<sup>2</sup>, ou 0,25 hectares.

devolver a produtividade aos últimos pedaços de terras cultiváveis do chão alemão. Ricos e pobres estão unidos no trabalho comum, aprendem a conhecer o trabalho braçal, aprendem o valor do trabalho comum, aprendem a se entender e se estimar mutuamente. Sim, está completamente diferente a nossa pátria. É como um conto de fadas o que nos sobreveio. Nenhum estrangeiro irá reconhecer a Alemanha, tão bela está nossa pátria depois de anos difíceis de humilhação e necessidade. O *Führer* convidou seu antigo professor de Linz<sup>36</sup> para uma visita de oito dias. O velho senhor suportou apenas quatro dias em Berlin, tantas foram as impressões que lhe arremeteram.

Há pouco ajustamos nosso rádio para Viena. A grande celebração da votação de dias atrás será transmitida. O que tem ocorrido desde 12 de março<sup>37</sup>, não se pode capturar em palavras<sup>38</sup>. Nós temos vivido entre risos e lágrimas. E então esse orgulho, esse sentimento de absoluta certeza. Eu já estava deitado na cama naquela duvidosa noite de sexta-feira, quando nosso filho retornou depois da meia-noite da sua festa de despedida da escola. “Pai, levante-se, nossas tropas estão marchando sobre a fronteira – e você dorme!”. Aí meu velho coração de soldado não me deixou mais dormir. Eu sou *Weltkriegskämpfer*<sup>39</sup>, voltei para casa com uma perna, e há muito tempo havia deixado para trás todo o significado desse sacrifício. Mas agora nada é em vão, nenhum sacrifício, nenhum sofrimento. O vencedor da guerra mundial se tornou aquele a quem a vitória pertence após suas façanhas, seus sacrifícios e seus esforços. Eu lhe envio como recordação do 13 de março esse cartão-postal<sup>40</sup>, que foi lançado recentemente. Guarde bem esse pequeno símbolo de memória, mais tarde ele terá grande valor. Agora nos tornamos um povo de 75 milhões. E quem vê a

---

<sup>36</sup> Cidade localizada na Áustria, onde Hitler passou boa parte de sua infância e juventude, e realizou seu *Realschule* (modalidade de ensino secundário).

<sup>37</sup> A partir deste momento, o autor da carta fará várias referências à *Anschluss*, processo de anexação da Áustria ao III Reich. Tal evento será discutido mais à frente.

<sup>38</sup> Esta frase ressalta a inenarrabilidade da experiência, que discutimos anteriormente. É válido destacar que não apenas a “pobreza da experiência” produz uma dificuldade de comunicação (BENJAMIN, 1994), mas que até mesmo uma experiência “rica” não pode ser reconstituída por meio da linguagem e da memória.

<sup>39</sup> Tradução: “combatente da guerra mundial”. O autor da carta se refere a seus tempos de soldado na Primeira Guerra Mundial.

<sup>40</sup> Ver Imagem 4, na p.78.

nossa orgulhosa *Wehrmacht*<sup>41</sup> sabe, ninguém mais que nos atacar ficará impune. Isto eles todos também sabem, senão certamente já teriam deixado suas más intenções correrem livremente. Nós não desejamos à França os maus tempos que nós tivemos no passado. Mas desilusão suficiente nos veio de lá, e parece que na fronteira oeste o bom senso ainda não chegou.

Agora o *Führer* está falando em Viena. Faltam poucos minutos para as 12 horas. Pontualmente às 12 horas todas as bandeiras serão repentinamente hasteadas. Mas toda Kassel já está decorada. Cada loja preparou a vitrine festivamente. São verdadeiras obras-primas. Hoje à noite todas as cidades ostentam uma iluminação festiva. Há pouco o *Ortsgruppenleiter* me contou, que 15 000 pequenas lâmpadas são solicitadas apenas para as poucas ruas do *Ortsgruppe*<sup>42</sup>. Eu posso bem imaginar que sentimentos devem inspirar nos nossos alemães estrangeiros, quando só de longe podem acompanhar os acontecimentos na pátria mãe. Acontecimentos que serão retratados falsamente por uma imprensa mentirosa e rancorosa. Mas como os alemães estrangeiros já devem ter aprendido, todas as mentiras derivam da inveja que os rancorosos estrangeiros têm do milagre incomparável que foi e ainda continua sendo executado na Alemanha. Esteja certo que o seu Sudoeste<sup>43</sup> também retornará ao *Reich* alemão. Nós obteremos nossas colônias de volta, nós teremos ainda muito mais. O que ocorreu a partir do ódio cego e da violação não pode ser mantido para sempre.

Há pouco eu também hasteei a nossa bandeira com a suástica. Nestas linhas agita-se o júbilo e o barulho de Viena, vibra o trovão do nosso esquadrão de voo, apitam as sirenes. E eu lhe envio a primeira saudação da grande Alemanha.

Não fique irritado por eu até agora não ter perguntado sobre você. É tão grandioso o que está ocorrendo ao nosso redor, que se esquece de si mesmo completamente. Nós nos solidarizamos com o seu difícil destino, que lhe levou subitamente a sua

---

<sup>41</sup> As forças armadas alemãs durante o III Reich.

<sup>42</sup> O *Ortsgruppe* (“grupo local”) era uma das subdivisões do NSDAP. O partido nazista era organizado a partir de um *Reichsleitung* (“diretório”), que dividia o país em *Gau* (“comarca” ou “distrito regional”), que se subdividiam em *Kreis* (“círculo”, ou “distrito municipal”), que se estruturavam em *Ortsgruppen*. Estes últimos subdividiam-se em *Zelle* (“célula”), e então em *Block* (“bloco”). O responsável pelo *Orstgruppe* era o *Ortsgruppenleiter* (“líder do grupo local”). (DALMÁZ, 2002, p.99; DIETRICH, 2007, p.87).

<sup>43</sup> Mais uma referência à colônia alemã na Namíbia.

esposa<sup>44</sup>. Nós sabemos o que uma esposa significa para um agricultor alemão aí fora. Mas a sua esposa lhe deixou cinco filhos maravilhosos. É uma alegria poder vê-los. Nós o agradecemos pela fotografia, eu logo a enviarei para o Wolfgang.

Na próxima semana eu lhe envio alguns jornais. Com eles você poderá igualmente tomar conhecimento dos detalhes do dia da votação. Fiquem com saúde você e seus filhos no distante Brasil. Eu conheço bem Witzenhausen<sup>45</sup>. Eu ainda há pouco contei aos meus alunos sobre os *Wichtelmännern*<sup>46</sup> na *Burgberg*<sup>47</sup> de Ermschwerd. Nos alegraria muito, se você tiver tempo para ocasionalmente nos escrever mais uma vez.

Saudações calorosas também da minha esposa, para você e seus filhos e para todos os irmãos alemães em Blumenau<sup>48</sup>!

E

*Heil Hitler!*

Seu

[Assinatura escrita à mão, ilegível]<sup>49</sup>

<sup>44</sup> Referência ao falecimento de Lina Böelling, esposa de Ludwig, durante o parto de meu avô Granit em 1932.

<sup>45</sup> Pequena cidade (“*Kleinstadt*”) localizada no distrito de Werra-Meißner, no estado de Hessen. Meus antepassados eram provenientes do vilarejo (“*Dorf*”) de Ermschwerd, que a partir de 1974 foi incorporado a Witzenhausen.

<sup>46</sup> “*Die Wichtelmänner*” pode ser traduzido como “homens gnomos” ou “homens duendes”. As traduções inglesas se referem mais comumente a “elfos”, e as portuguesas a “anões”. Trata-se também de três contos de autoria dos Irmãos Grimm, contidos na obra *Kinder- und Hausmärchen* (KHM), publicada originalmente em 1812. Os contos em questão ocupam a posição 39 (KHM 39) do primeiro volume da obra. O primeiro e principal dos três contos narra a história de um pobre sapateiro, que à noite passa a receber a visita de hábeis gnomos, que fabricam sapatos e lhe auxiliam a prosperar. (Ver o conto em: GRIMM; GRIMM, 2013). É curioso que em certas localidades de Santa Catarina, descendentes de imigrantes alemães mantiveram a tradição de colocar gnomos de gesso nos jardins. Estas criaturas mágicas auxiliariam nos serviços de jardinagem à noite, de maneira semelhante ao que ocorre no conto dos Irmãos Grimm.

<sup>47</sup> *Burgberg* (literalmente “castelo da montanha”) é uma montanha localizada no norte de Hessen, que passa por várias localidades, incluindo Ermschwerd. Segundo o folclore, era um local onde habitavam gnomos.

<sup>48</sup> Ludwig e a família Böelling não moravam em Blumenau. Jogando com os termos de Anderson (2005), pode-se dizer que a carta se refere à cidade catarinense como uma espécie de “colônia nacional imaginada”, onde todos os alemães estrangeiros supostamente estariam vivendo.

<sup>49</sup> A autoria da carta é desconhecida. Sabe-se apenas que é uma resposta escrita pelo pai de “Wolfgang”, a uma carta enviada anteriormente por Ludwig.

Como se vê, a carta faz referência a uma série de questões históricas interessantes, relacionadas à geopolítica da Europa, a instituições do III Reich e ao engajamento ideológico com o regime nazista. Em uma narrativa vibrante, com tons de ufanismo e patriotismo, sente-se o êxtase e a alegria do autor da carta em relação à Alemanha de Hitler: “Nestas linhas agita-se o júbilo e o barulho de Viena, vibra o trovão do nosso esquadrão de voo, apitam as sirenes”.

O autor tenta reconstituir ao “*Volksbruder aus dem Ausland*” – isto é, aos compatriotas emigrados no Brasil que, mesmo não vivendo mais na pátria mãe, ainda eram considerados parte da Alemanha – a magnífica experiência que vivenciava. Para tanto, narra por exemplo as grandes obras conduzidas em Rhön, a imponência da Wehrmacht, a marcha das tropas alemãs sobre a fronteira da Áustria, o discurso de Hitler transmitido pelo rádio, etc.. Ao mesmo tempo, o autor da carta reconhece as limitações de seu empreendimento, visto que as “maravilhas” da Alemanha são inenarráveis, um verdadeiro “conto de fadas” quase inacreditável a quem o vive, e certamente inconcebível a um alemão que há anos deixou a pátria natal. Para os alemães vivendo do outro lado do Atlântico, a Alemanha seria irreconhecível.

Um dos principais fatores para a euforia do autor da carta é a celebração da *Anschluss* (ou *Anschluß*, na ortografia antiga), descrita em detalhes por meio de uma narrativa envolvente, e evocada durante toda a carta. A *Anschluss* (do alemão “união”, “adesão”) é o nome do processo de anexação da Áustria ao Terceiro Reich em março de 1938, influenciado pela ideologia pangermanista. O evento representou um rompimento de acordos internacionais fixados após a Primeira Guerra por parte da Alemanha.

Já em 1934, houve uma tentativa de golpe de Estado perpetrada por nazistas austríacos, apoiados por Berlin. Após um acordo firmado em fevereiro de 1938 por pressão de Hitler, o chanceler austríaco Kurt von Schuschnigg retaliou os alemães convocando um referendo visando manter a independência da Áustria, para 9 de março. Mediante uma série de pressões políticas e ameaças militares da Alemanha, Schuschnigg é forçado a renunciar em 11 de março. Como o autor da carta descreve, em 12 de março as tropas alemãs marcham sobre a Áustria, e em 13 de março é promulgada a Lei para a Reanexação da Áustria ao Reich Alemão<sup>50</sup>. (FELDMAN, 2006, p.34-5).

---

<sup>50</sup> Como se pode perceber, a *Anschluss* não foi de todo um processo harmônico e festivo – ao menos para os austríacos – como o autor da carta faz acreditar.

Não se pode ter certeza a respeito da “votação” referida na carta (parágrafos 3 e 7), visto que o referendo de Schuschnigg de 9 de março foi cancelado, e o referendo organizado – e controlado – pelos alemães para confirmar a anexação da Áustria ocorreu somente em 10 de abril, um dia depois da escrita da carta.

No segundo parágrafo, vemos uma referência a uma importante instituição da Alemanha à época, o Reichsarbeitsdienst (RAD), ou “Serviço de Trabalho do Reich”, subdivisão do Deutsche Arbeitsfront (DAF), ou “Frente de Trabalho da Alemanha”. Tratava-se de um serviço compulsório para todos os alemães entre os 18 e 25 anos.

As origens do RAD remontam a 1931, quando a Alemanha instituiu uma organização de trabalho voluntário, visando combater as consequências da Grande Depressão, em especial o desemprego. Em 1935, a organização passa a se chamar Reichsarbeitsdienst e o serviço se torna compulsório. Usualmente, o serviço no RAD era considerado uma etapa preparatória para o serviço militar. (PATEL, 2006, p. 372-3). Um dos objetivos centrais do RAD era a formação ideológica no regime nazista. Como a carta evidencia, o RAD tinha por objetivo agregar jovens de diferentes classes sociais, visando estimular o valor do trabalho e a importância do serviço comunitário.

O RAD constituía um grande corpo de trabalhadores sem a necessidade de pagamento. Estes trabalhadores eram designados a projetos que demandavam trabalho físico intenso. (LEPAGE, 2008, p.112). A narrativa sobre a participação de Wolfgang em trabalhos de construção na região de Rhön, visando preparar terras para a agricultura, é um exemplo do tipo de trabalho desenvolvido pelo RAD.

O Reichsarbeitsdienst faz parte do processo de envolvimento de civis com o conflito militar, que se intensificará até o final da Segunda Guerra Mundial, ao ponto de caracterizá-la como uma *guerra total*. Segundo Hobsbawm (1995), a guerra total se define pelo envolvimento de toda a população em um conflito militar:

Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria; é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos. (HOBSBAWM, 1995, p.51).

Apesar de não ser exclusiva ao século XX, a guerra moderna era uma excepcionalidade nos séculos anteriores (HOBSBAWM, 1995). A *guerra moderna* é uma guerra em massa, que consequentemente irá exigir uma produção em massa, baseada em uma economia industrializada de alta produtividade. Face aos grandes contingentes populacionais que ingressam nas forças armadas dos diversos países, o restante da população – os setores civis não combatentes – deve de se engajar no trabalho industrializado visando à produção de armamentos, vestuário militar, equipamentos de guerra, além de produtos básicos para o sustento da população. Como evidência da guerra total, Hobsbawm (1995) aponta a revolução do trabalho feminino fora do lar, iniciada na Primeira Guerra, e tornada permanente a partir da Segunda Guerra.

Assim, além de evidenciar que a Alemanha se preparava para uma *guerra total* – por meio do envolvimento dos setores civis em trabalhos estratégicos à nação e à economia de guerra –, o Reichsarbeitsdienst manifesta as características que irão definir a Segunda Guerra como uma *guerra moderna*. Os trabalhos desempenhados pelo RAD – como as obras realizadas em Rhön, das quais Wolfgang participa – visam à autossuficiência no abastecimento alimentar da Alemanha, por meio da alta produtividade e da produção de alimentos em larga escala. Como o próprio autor da carta coloca, o RAD está “ajudando a devolver a produtividade aos últimos pedaços de terras cultiváveis do chão alemão”.

É importante ressaltar que além do engajamento “concreto” e “material” com o Reich, há também o engajamento ideológico, ainda mais abrangente e disseminado. O caso de Wolfgang, que se envolve diretamente nas obras realizadas pelo RAD, demonstra de forma exemplar o engajamento civil na indústria da guerra. Além disso, é bastante provável que Wolfgang tenha se tornado um soldado após seu tempo de serviço no RAD. Seu pai, por outro lado, mesmo não se envolvendo de maneira “concreta” com a indústria da guerra, expressa um engajamento ideológico intenso com o regime nazista. O pai de Wolfgang dá-se ao trabalho de elaborar uma extensa carta, praticamente um panfleto ideológico, de forma voluntária e espontânea – lembremos que Ludwig enviou uma carta a Wolfgang, não a seu pai. Em face à oportunidade de disseminar a ideologia nazista a um alemão-estrangeiro e engajar-se no esforço de guerra alemão, o pai de Wolfgang resolve responder a carta enviada a seu filho, elaborando uma propaganda ideológica que descreve as “maravilhas” do Terceiro Reich.

A rigor, não se pode falar propriamente de “guerra” em 1938, visto que a Segunda Guerra se inicia oficialmente em setembro de 1939. Não obstante, na carta analisada já se pode verificar as características de um Estado-nação que se prepara e se direciona para a guerra, e que já exhibe traços bem desenvolvidos de uma sociedade engajada em uma guerra total e moderna. Desta forma, o envolvimento de civis com serviços de trabalho de interesse do Reich, o esforço produtivista do RAD, e o engajamento ideológico com o regime nazista – fenômenos que antecedem a deflagração da Segunda Guerra Mundial –, evidenciam o contexto de tensão geopolítica e militar que se engendrava na Europa.

Tal contexto de tensão se explicita nas ameaças disseminadas pelo autor da carta. A carta constrói uma imagem de uma sociedade engajada com os interesses do regime, e suas aspirações belicistas. O próprio autor toma parte da guerra, engajando-se nas tensões geopolíticas enfrentadas por seu país. Em trechos da carta percebe-se um tom vingativo, e um desejo de reparação histórica: a França é ameaçada; a colônia do Sudoeste Africano será recuperada; a vileza da imprensa internacional é denunciada.

Além das referências a questões geopolíticas e às instituições nazistas, a carta nos subsidia com elementos para discutir o que se convencionou chamar de “regimes totalitários”. Segundo Arendt (1989), os regimes totalitários são experiências históricas singulares, que visam o domínio total da população. Desenvolvem-se no contexto de uma sociedade de massas, que corrobora e valida a ideologia do regime, sob forte influência de propaganda ideológica.

O autor da carta enaltece o valor do sacrifício pessoal: além de ter sido combatente na Primeira Guerra, ele cede seu filho com “alegria” para a realização da obra nazista. Ao final da carta, o autor afirma ainda que face às grandes realizações da nação, o indivíduo acaba esquecendo-se de si mesmo. Esta narrativa evidencia uma característica dos regimes totalitários, isto é, a proeminência absoluta do plano coletivo em detrimento da individualidade, e o sacrifício pessoal realizado em prol do “bem comum e maior”. Para o autor da carta, os sacrifícios pessoais e

os esforços coletivos seriam a razão das proezas realizadas pela Alemanha<sup>51</sup>.

A carta enaltece também o “sentimento de absoluta certeza” em relação ao regime nazista e ao futuro da Alemanha. É característica dos regimes totalitários se orientarem por um ideal teleológico, que atribui ao regime político a tarefa de realizar a história (ARENDDT, 1989). Daí decorre a eficácia ideológica destes sistemas políticos, que engajam e mobilizam as massas através da crença compartilhada sobre a grandeza e a importância histórica do projeto a ser realizado pelo regime. Além disso, por conhecerem o sentido da história, e serem portadores do progresso e do “futuro”, os regimes totalitários são caracteristicamente expansionistas, visando disseminar seu projeto a toda humanidade.

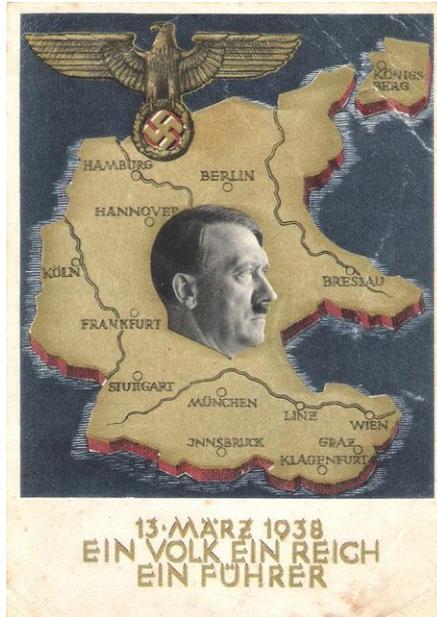
Nos regimes totalitários, a figura do líder – o *Führer* no nazismo – adquire centralidade, sendo objeto de um “culto à personalidade”. A ideologia do regime se encarna na figura do líder, constantemente engrandecida por meio da propaganda ideológica. O culto à personalidade pode ser observado no cartão-postal reproduzido abaixo<sup>52</sup>, enviado a meu bisavô Ludwig pelo autor da carta que estamos analisando<sup>53</sup>:

---

<sup>51</sup> “Entre enfrentar a crescente decadência, com a sua anarquia e total arbitrariedade, e curvar-se ante a coerência mais rígida e fantásticamente fictícia de uma ideologia, as massas provavelmente escolherão este último caminho, dispostas a pagar por isso com sacrifícios individuais – não porque sejam estúpidas ou perversas, mas porque, no desastre geral, essa fuga lhes permite manter um mínimo de respeito próprio.” (ARENDDT, 1989, p.402).

<sup>52</sup> POSTKARTE Deutsches Reich: 13 März 1938 / Ein Volk Ein Reich Ein Führer. München, 1938. 1 cartão postal: color.; 10,3 x 14,6 cm.

<sup>53</sup> Ao mencionar o cartão-postal na carta, o autor afirma: “Guarde bem esse pequeno símbolo de memória, mais tarde ele terá grande valor”. Apesar de o “valor” referido pelo autor da carta à preservação do documento – não apenas histórico, mas também ideológico – certamente não ser o mesmo atribuído pela família Böelling, é fato que o cartão-postal é peça importante da memorabilia familiar, e que possui grande relevância enquanto documento histórico.



**Imagem 4 – Cartão-postal comemorativo da *Anschluss* (10,3 x 14,6 cm). O cartão traz inscrito um dos lemas mais repetidos do III Reich: “*Ein Volk, ein Reich, ein Führer*” (“Um povo, um reino, um líder”).**

Como se vê, o cartão-postal representa iconograficamente a centralidade de Hitler para a Alemanha nazista, e faz apologia a ideais pangermanistas por meio do lema “*Ein Volk, ein Reich, ein Führer*”. Além disso, o cartão-postal faz referência aos territórios recém-incorporados pelo III Reich por meio de suas políticas expansionistas: as cidades austríacas de Viena, Linz, Graz, Klagenfurt e Innsbruck são representadas como parte do território alemão. É curioso que, ao contextualizá-lo no presente, o cartão também retrata o encolhimento do território alemão após a Segunda Guerra Mundial, quando a Alemanha perdeu os territórios de Breslau (atualmente pertencente à Polônia) e Königsberg (atualmente Kaliningrado, pertencente à Rússia).

## Sexto Capítulo

### O SOLDADO DE HITLER

As fontes discutidas até o momento aparentemente corroboram a assertiva de Irene, e indicam que meu bisavô Ludwig era mesmo um nazista. No entanto, passaremos agora à análise de mais algumas fontes, que irão tensionar a linha narrativa de Irene e revelar algumas de suas imprecisões. Isto acabará por complexificar a nossa discussão, pois teremos que identificar os elementos históricos, políticos e simbólicos que influenciaram a construção da memória de minha avó.

Um dos fenômenos que mais contribuiu para que a memória de Irene construísse a imagem de Ludwig como um nazista é o fato de meu bisavô ter sido soldado:

**Irene:** É como, como tanto foi... O *opa* Böelling lá, ele foi guarda na África pra Alemanha. Ele foi de guarda pro... Não lembro assim pra que, guarda do governo, né, sabe assim... Ele foi, ele era um soldado do Hitler. Era soldado do Hitler!

**Lucas:** Mas assim é... Ele veio pro Brasil em 1924.

**Irene:** Uhum.

**Lucas:** E ele foi para a África antes disso.

**Irene:** Sim.

**Lucas:** E o Hitler ele só chega no poder em 1933.

**Irene:** Aham.

**Lucas:** Então por mais que ele tivesse essa simpatia possível com o nazismo, ele não foi do Exército nazista. Porque não existia isso na época.

**Irene:** Não! Ele foi como soldado né!

[...]

**Irene:** Mas assim, ele já foi [com ênfase]. É como vim um cara aqui vai servir o exército. Ele, ele vai ser fiel ao país dele, ele vai continuar sendo um patriota de verdade [batendo na mesa].

**Lucas:** Uhum, uhum.

**Irene:** Sabe. Então essa família toda foi assim bem dedicado a obedecer as leis, ao governo, eles foi...

Neste trecho da entrevista, percebe-se que questiono os fatos narrados por minha avó Irene. Como já discutido, eu procuro integrar a narrativa de Irene à minha própria construção histórica e memórica sobre a família Böelling, em busca de coerência. Neste momento, em especial, procuro refutar a possibilidade de meu bisavô ter sido um soldado nazista, pelas óbvias consequências que a associação direta de

um antepassado com tal regime político teria na imagem que construí sobre a minha família e identidade.

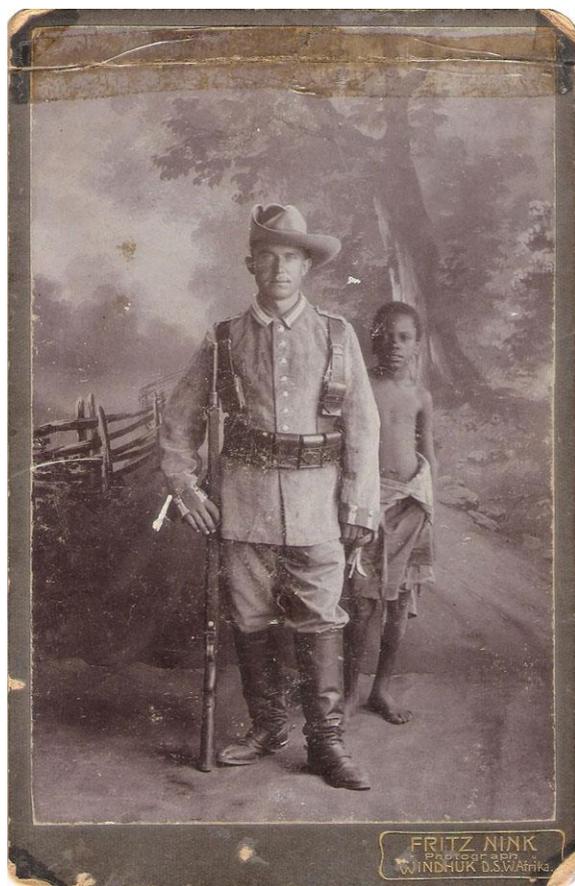
Como argumento durante a entrevista, a assunção de que Ludwig pudesse ter sido soldado da Wehrmacht ou lutado na Segunda Guerra Mundial é implausível, visto que a família Böelling imigrou para o Brasil em 1924. Os Böelling imigraram quase uma década antes da ascensão do nazismo ao poder; assim, pode-se afirmar com bastante certeza que ele não foi um “soldado do Hitler”.

No entanto, é fato que Ludwig tenha exercido serviço militar na África, informação que circula na memória familiar. Não apenas Irene, mas minha tia-avó Hilde Hinz, filha de Ludwig, também narra esse evento<sup>54</sup>. Além disso, Irene era a guardiã de uma foto histórica de Ludwig fardado, durante seus tempos de campanha no continente africano. Esta foto, reproduzida a seguir<sup>55</sup>, teve grande influência na construção da memória de Irene.

---

<sup>54</sup> HINZ, Hilde. Entrevista concedida a Ingrid Böelling e Lucas Voigt em 17/01/2009, Braço do Trombudo – SC. O objetivo central dessa entrevista, realizada antes da concepção desta pesquisa, foi obter informações a propósito da história da família Böelling e da sua imigração para o Brasil, e foi motivada por interesses na obtenção da minha dupla cidadania. Hilde, à época com 92 anos e hoje falecida, era o último membro da família nascido na Alemanha e que vivenciou a imigração para o Brasil. Durante toda sua vida, falou alemão e aprendeu muito pouco do português. Portanto, a entrevista foi conduzida em alemão por minha mãe, e posteriormente traduzida por ela e por mim.

<sup>55</sup> NINK, Fritz. **Windhuk D.S.W. Afrika**. [Entre 1907 e 1914]. 1 foto: P&B, 10,5 x 16,5 cm.



**Fotografia 5 – Ludwig Böelling em Windoek, no Deutsch-Südwestafrika, com farda militar (10,5 x 16,5 cm). A foto foi produzida entre 1907 e 1914, pelo fotógrafo Fritz Nink.**

O que salta aos olhos inicialmente são os elementos iconográficos da foto. A fotografia conjuga elementos inerentes aos processos de colonização, com forte teor eurocêntrico. A imagem articula pares de oposição em torno de um colonizador, branco e europeu, e um colonizado, negro e africano. O colonizador se situa em primeiro plano, como protagonista da narrativa fotográfica, enquanto o menino africano é ofuscado e minimizado; o personagem colonizado, relegado ao fundo da composição, é apenas um elemento da paisagem e exerce um papel

homólogo ao do cenário<sup>56</sup>. A fotografia representa a força e a virilidade do soldado, e a fraqueza e o desamparo do menino; opõe o domínio da técnica, o rifle e a vestimenta impecável do militar, ao jovem vestindo trapos e descalço. Oposições entre metrópole e colônia, civilização e barbárie, riqueza e pobreza, são representadas na imagem sob o viés do colonizador, e se materializam através dos dois personagens.

Percebe-se também – e isso é o mais significativo à nossa discussão – que o uniforme de Ludwig não tem as características dos uniformes da Wehrmacht, nem os emblemas e símbolos que representavam o nazismo. Além disso, o rifle ostentado na foto<sup>57</sup> é muito menos sofisticado, tecnicamente falando, se comparado às metralhadoras automáticas utilizadas pelos soldados alemães na Segunda Guerra Mundial.

Se Ludwig não integrou as fileiras das forças armadas do III Reich, de qual unidade militar ele fez parte? E qual o contexto histórico representado na fotografia? Os créditos da foto ofereceram as primeiras pistas para responder tais questões. Eles mostram a autoria da foto – “Fritz Nink, *Photograph*” –, além de registrarem o local onde a foto foi produzida – “Windhuk, D.S.W. Afrika”.

D.S.W. Afrika é a sigla para Deutsch-Südwestafrika (“Sudoeste Africano-Alemão”). Tratava-se de uma colônia do Império Alemão no sudoeste africano, território hoje correspondente à Namíbia. A influência alemã na região começou em 1840, com uma missão religiosa. Em 1884, o território se tornou protetorado alemão. Sua capital é Windhoek (ou “Windhuk”, na grafia antiga, como apresentado na foto). Em 1915, durante a Primeira Guerra, a colônia foi ocupada pela África do Sul. Como resultado da Primeira Guerra, a Alemanha

---

<sup>56</sup> A utilização de cenários, colocados ao fundo da composição e utilizados especialmente em retratos de corpo inteiro, foi uma técnica bastante disseminada no século XIX e início do século XX. Os fotógrafos intentavam recriar a realidade por meio do retrato. (Ver GRANGEIRO, 1998). Na composição, o menino ocupa quase a mesma hierarquia do cenário, servindo como um elemento da “paisagem” da colônia africana. Sua função é de um fundo contextual ao retrato do protagonista da narrativa fotográfica e colonizadora.

<sup>57</sup> Não se pode ter certeza a partir da fotografia, mas provavelmente o rifle é um *Mauser Infanteriegewehr 98*, um dos armamentos utilizados nas colônias alemãs na África.

perdeu todas as suas colônias<sup>58</sup>. Assim, a partir de 1920, os sul-africanos passaram a administrar o território. Desde 1968, o território é denominado Namíbia, por deliberação da ONU. (NAMÍBIA, 1995, p.8000-2).

O Império Alemão possuía quatro colônias na África: o Deutsch-Ostafrika (“Leste Africano-Alemão”, região correspondente hoje à Tanzânia), o Togoland (atualmente Togo), o Kamerun (Camarões), e o Deutsch-Südwestafrika. As colônias eram tuteladas pela Schutztruppe (ou “Schußtruppe”, na ortografia antiga, que pode ser traduzido como “Força de Proteção”), as forças armadas do Império Alemão na África colonial. Apenas o Togoland não possuía propriamente uma Schutztruppe, sendo defendido por uma organização policial paramilitar. (BECK, s.d.).

A farda utilizada por Ludwig na fotografia tem as mesmas características do uniforme da Schutztruppe. Destaca-se especialmente o chapéu, com a aba presa no lado direito. Embora não seja possível verificar na foto, a aba do chapéu era presa por um cocar (insígnia) que representava o Império Alemão.

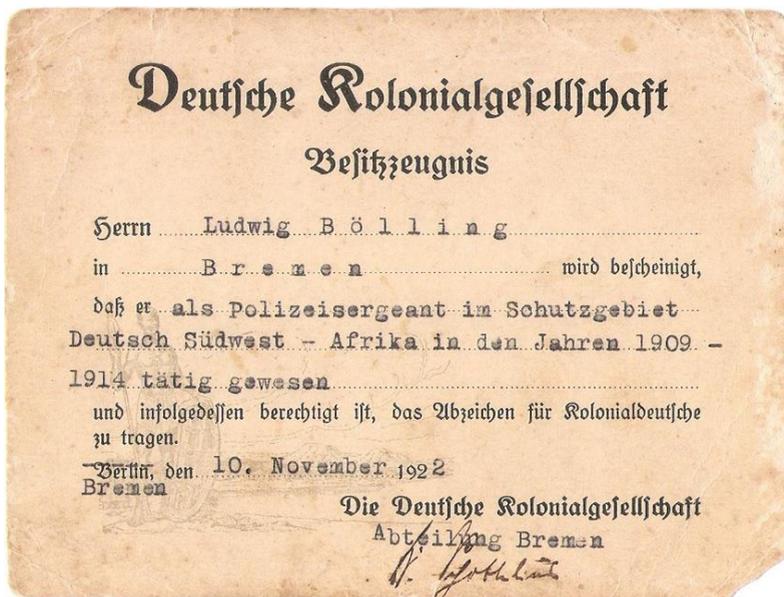
Por meio de pesquisas, foi possível localizar outra fotografia histórica produzida por Fritz Nink, que retrata um militar com farda semelhante à utilizada por Ludwig, e que traz nos créditos o mesmo marcador espacial: “Windhuk, D.S.W. Afrika”. (SOUTH WEST..., s.d.). Assim, é provável que durante o período de colonização alemã na África, o fotógrafo Fritz Nink tenha produzido diversos retratos de militares em serviço no Deutsch-Südwestafrika.

Além de tais indícios, o documento reproduzido abaixo, emitido pela *Deutsche Kolonialgesellschaft* – “Sociedade colonial alemã”, organização responsável pela promoção do colonialismo alemão –<sup>59</sup>, confirma que Ludwig Böelling esteve em serviço no Protetorado (“Schutzgebiet”) Alemão no Sudoeste Africano, entre os anos de 1909 e 1914. O *Besitzzeugnis* (“certificado de posse”) intitula a Ludwig a “insígnia” (“*Abzeichen*”) da Alemanha Colonial.

---

<sup>58</sup> Este fato é o fundamento de uma das ameaças veiculadas na carta analisada anteriormente: “Esteja certo que o seu Sudoeste também retornará ao *Reich* alemão. Nós obteremos nossas colônias de volta, nós teremos ainda muito mais”. (AUTOR desconhecido. 09/04/1938. Carta citada).

<sup>59</sup> DEUTSCHE KOLONIALGESELLSCHAFT. **Besitzzeugnis (Ludwig Bölling)**. Bremen – Alemanha, 10 Nov. de 1922. Acervo particular da família Böelling.



**Imagem 5 – *Besitzzeugnis* (“certificado de posse”) de Ludwig Böelling<sup>60</sup>, que atesta seu serviço como sargento no Deutsch-Südwestafrika de 1909 a 1914. Emitido pela *Deutsche Kolonialgesellschaft*, em 1922.**

Em outro documento, um *Führungszeugnis* (“certificado de conduta”) que avalia o serviço desempenhado por meu bisavô Ludwig

<sup>60</sup> Como se vê na Imagem 5, o sobrenome de Ludwig é grafado “Bölling”. São várias as possibilidades de grafia do sobrenome “Böelling”, e elas variam de documento para documento. A maioria dos documentos emitidos na Alemanha – como o “*Besitzzeugnis*” que atesta o serviço militar desempenhado por Ludwig – grafam “Bölling”. Quanto aos documentos de meu avô Granit, seus familiares e descendentes diretos – documentos emitidos no Brasil –, a grafia mais comum é “Böelling”. Já os documentos de meu tio-avô Kurt (ou Curt) e seus familiares, trazem mais comumente a grafia “Belling”. Os documentos extraídos da lista de passageiros dos registros do navio que transportou os imigrantes da família, e os documentos de desembarque no porto de Santos (SP), normalmente grafam “Boelling”. As variações de grafia se explicam em função de erros de registro de escritvães. Neste trabalho, utilizarei sempre a grafia “Böelling”, por ser a mais comum e familiar, tanto para mim como para os sujeitos analisados de maneira mais direta nesta pesquisa.

junto à “*Kaiserlichen Schutztruppe für Südwestafrika*”<sup>61</sup>, vemos que seu serviço militar compreende o período de julho de 1907 a janeiro de 1909. Dois anos e meio era o tempo usual de serviço na Schutztruppe. Considerando que Ludwig recebeu uma avaliação muito boa (“*sehr gut*”), e que não constava nenhuma punição disciplinar em seu histórico, meu bisavô deve ter obtido a oportunidade de continuar na tropa, o que fez com que permanecesse no Deutsch-Südwestafrika por mais cinco anos (1909-1914). Portanto, Ludwig permaneceu na colônia alemã por um longo período, superior a sete anos (1907-1914). A avaliação positiva contida no *Führungszeugnis*, provavelmente contribuiu para que Ludwig fosse promovido na hierarquia militar – no *Besitzzeugnis*, vimos que Ludwig é referido como um “sargento”.

A Schutztruppe era composta majoritariamente por alemães. Possuía oficiais, suboficiais e soldados, alistados nos regimentos imperiais e que se voluntariavam para integrar a tropa. Havia ainda nativos alistados localmente, os *askari*, especialmente no Deutsch-Ostafrika. Integrar a Schutztruppe tinha bastante apelo entre os militares alemães, pois além de oferecer um pagamento razoável, a Schutztruppe possibilitava a experiência de conhecer terras exóticas. (BECK, s.d.; CURSON, 2012).

A Schutztruppe do Deutsch-Südwestafrika foi criada em 1890 (TONCHI; LINDEKE; GROTPETER, 2012, p.382). Segundo Curson (2012), o contingente militar da Schutztruppe no Deutsch-Südwestafrika chegou a aproximadamente 16.000 homens, entre os anos de 1905 e 1906, período de apogeu dos conflitos e tensões com os nativos. Como coloca Beck (s.d.), em tempos de crise a Schutztruppe recebia reforços da marinha e do exército do Império Alemão.

Apesar do interesse dos militares alemães em integrar a Schutztruppe, esta não era uma tarefa fácil. Como mostra Curson (2012), a tropa se envolvia constantemente em conflitos com os nativos das colônias ocupadas. A Schutztruppe enfrentava um oponente em constante movimento, em um território pouco familiar e com um clima inóspito. Estatísticas apontam que 1.750 alemães morreram no Deutsch-Südwestafrika, entre 1904 e 1907. A maioria destes eram membros da

---

<sup>61</sup> FÜHRUNGSZEUGNIS (Ludwig Bölling). Windhuk – Deutsch-Südwestafrika (atualmente Namíbia), 31 Jan. de 1909. 2f. Acervo particular da família Böelling. Ver o documento no Anexo C. Este documento foi impresso em tipografia gótica, e possui trechos preenchidos à mão, de difícil compreensão. O auxílio do Pastor Rolf Pikart, novamente, foi indispensável para a compreensão do documento.

Schutztruppe. Aproximadamente a metade morreu em combate, e a outra metade de doenças como disenteria, febre tifoide, malária, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras. Os dados oficiais do registro alemão apontam 1.365 mortes, excluindo os civis e 76 soldados considerados “desaparecidos”. (CURSON, 2012, p.86-9).

Um dos conflitos mais significativos em que a Schutztruppe esteve envolvida foi a chamada Revolta dos Herero. Insatisfeita com as condições da colonização, a nação dos Herero iniciou uma revolta em janeiro de 1904, matando cerca de 100 fazendeiros e colonos, e sitiando Windhoek. A Schutztruppe conseguiu retomar a cidade, mas não foi capaz de suprimir a revolta, tendo que aguardar por reforços. O comando da tropa foi designado ao General Lothar von Trotha, que chegou ao Deutsch-Südwestafrika em junho. O general era descrito como um homem cruel e com pouco entendimento sobre os nativos. Em junho de 1904, ele possuía sob seu comando 10.000 homens, e trinta e duas peças de artilharia. (BECK, s.d.).

A batalha final entre a Schutztruppe e os Herero teve início em 11 de agosto. Os Herero estavam localizados nas montanhas de Waterburg e foram cercados pela Schutztruppe, sofrendo um intenso bombardeio. O ataque atingiu muitos não combatentes (mulheres e crianças). Sem poder resistir ao ataque, os Herero fugiram para o deserto, onde a maioria acabou morrendo de sede ou fome. A nação continuou a ser perseguida até 1905. (BECK, s.d.; TONCHI; LINDEKE; GROTPETER, 2012).

A maior parte da literatura define a reação alemã à Revolta dos Herero como um genocídio, talvez o primeiro do século XX. Para Schaller (2008, p.304), as ações da Schutztruppe sob o comando de von Trotha podem ser caracterizadas como genocídio, pois a campanha militar foi dirigida tanto a segmentos combatentes como não combatentes. O empreendimento militar de von Trotha não intentava apenas suprimir a revolta, mas visava também a aniquilação do povo Herero. Tais características, argumenta Schaller (2008), vão de encontro à definição de genocídio estipulada pela ONU.

Além disso, os membros da nação dos Herero capturados durante a revolta foram enviados a um campo de concentração em Lüderitz, cidade que faz parte do território denominado atualmente de Namíbia. O *Konzentrationslager auf der Haijischinsel vor Lüderitzbucht*, era localizado na *Shark Island* (“*Haijischinsel*”), ilha adjacente à área costeira de “Angra Pequena” (“*Lüderitzbucht*”), na cidade de Lüderitz. Considerando o campo de concentração e a experiência de genocídio praticada pelos alemães no Deutsch-Südwestafrika, alguns autores

propõem que as raízes do nazismo podem ser encontradas no “holocausto” levado a cabo pelo Kaiser Wilhelm II na colônia africana. (OLUSOGA; ERICHSEN, 2010).

Não há consenso a respeito do número de mortos entre os Herero. Segundo Weiser (2008), o principal motivo é a falta de precisão quanto ao número de pessoas que compunham a nação dos Herero no período anterior ao massacre. A maioria dos estudiosos acorda sobre um número estimado de 80.000 Hereros em 1904, do qual Weiser (2008) irá descontar 10.000, supostamente mortos em virtude de uma epidemia de febre tifoide ocorrida entre 1897 e 1898. Os dados de 1911, produzidos anos após o massacre e amplamente aceitos, mostram que restavam na região um número ligeiramente superior a 15.000 Hereros. Assim, assumindo que havia 70.000 Hereros no período anterior ao massacre, conclui-se que a população da nação Herero sofreu uma redução de quase 80% em menos de uma década. (WEISER, 2008, p.32-33).

A Revolta dos Herero é um dos episódios mais significativos na história das guerras coloniais do Império Alemão, mas não se trata de um fenômeno isolado. A Schutztruppe esteve constantemente envolvida em conflitos com os nativos das colônias ocupadas. No tocante ao Deutsch-Südwestafrika, pode-se mencionar ainda a Revolta dos Nama, iniciada em outubro de 1904. A revolta também foi violentamente reprimida, embora o número de mortos seja bastante inferior em comparação à Revolta dos Herero, na casa de 10.000 nativos. (WEISER, 2008, p.33).

A carta reproduzida abaixo<sup>62</sup> evidencia o clima de tensão e conflito vigente nas colônias. Datada de 1910, foi enviada por um pastor do vilarejo de Ermschwerd ao Comando da Schutztruppe, solicitando informações sobre o possível ferimento de Ludwig Böelling, em virtude de um atentado a uma estação policial no Deutsch-Südwestafrika.

---

<sup>62</sup> PFARRER KOCH. [Carta]. 21 Jan. de 1910. Ermschwerd, Hessen – Alemanha [para] Reichs-Konialamt / Kommando der Schußtruppen, Berlin – Alemanha. If. Solicitação de informações sobre o possível ferimento de Ludwig Böelling. Acervo particular da família Böelling. A tradução é minha, revisada e incorporando sugestões de minha mãe Ingrid. Para a carta no original, ver Anexo D.

Órgão de administração colonial do Império.  
 Comando da Schußtruppen.  
Nr. M. 375/10. Kb. [Registro do documento]  
 2663. [Registro do documento]

Berlin W. 8, 21 de janeiro de 1910  
 Mauerstraße 45/46. [Endereço]

Sobre o pedido de informação de 14 d. Mts.  
 -----00-----

Vosso reverendo compartilha respeitosamente com o Comando, que da parte da Schutztruppe do sudoeste africano graves acidentes foram aqui imediatamente relatados via telegrama. Com o recebimento de tais notícias os familiares daqui foram imediatamente informados. Mas sobre a suposta destruição da estação policial e sobre o ferimento de Ludwig Bölling não recebemos nenhuma informação, o que pode um ser motivo para preocupação a respeito desse mencionado acima.

Pelo  
 Senhor Pastor Koch  
 Reverendo  
Ermschwerd.

[Assinatura escrita à mão]

Como vimos, Ludwig integrou a Schutztruppe no Deutsch-Südwestafrika entre os anos de 1907 e 1914, período posterior ao ápice dos conflitos na colônia e à escalada de violência em relação aos nativos, durante os anos de 1904 a 1906. Assim, no período em que Ludwig esteve na colônia, os conflitos tiveram menor frequência e intensidade. Não obstante, apesar da paz relativa estabelecida na colônia, podemos constatar a partir da carta que o clima de hostilidade e tensão entre nativos e colonizadores não havia acabado. Mesmo após realizar o extermínio em massa dos Herero e dos Nama, os alemães continuavam vulneráveis às ações dos nativos. A destruição da estação policial – ou sua “suposta destruição”<sup>63</sup>, o que não afeta o cerne do

---

<sup>63</sup> Não foi possível localizar referências a respeito do suposto ataque à estação policial mencionado na carta. Também não há nenhuma menção a um possível ferimento de Ludwig Böelling durante seu serviço militar na colônia africana no contexto da memória familiar.

argumento – relatada na carta, demonstra a fragilidade típica dos projetos de ocupação de um território por uma nação estrangeira, que acabará por enfrentar insubordinação e resistência.

O período de serviço militar de Ludwig no Deutsch-Südwestafrika é peculiar em termos históricos. Além de ter chegado à colônia após o auge dos conflitos com os nativos, seu tempo de serviço militar se encerrou em 1914, quando as hostilidades com as forças sul-africanas invasoras estavam iniciando, no contexto da Primeira Guerra Mundial. As forças do Império Alemão renderam-se em 1915, o que fez com que a União da África do Sul passasse a ocupar e controlar o território. Assim, pode-se afirmar que Ludwig não integrou a Schutztruppe durante os dois períodos mais hostis e violentos da colonização alemã no Deutsch-Südwestafrika, quando a força esteve envolvida constantemente em combates e campanhas militares. Tal fato despertou minha curiosidade sobre quais possam ter sido as principais atribuições e funções exercidas por Ludwig durante seu serviço militar junto à Schutztruppe.

Minha tia-avó Hilde Hinz aponta uma hipótese<sup>64</sup>. Ao comentar sobre o serviço militar de Ludwig na África, ela afirma que seu pai trabalhou na segurança de uma mina de diamantes. Como se pode imaginar, à primeira vista a informação me soou fantasiosa e pouco verossímil. No entanto, ao pesquisar a história da Namíbia, pude constatar que a exportação de diamantes é uma das principais atividades econômicas do país, e que o mineral é seu principal recurso extrativista. O interesse no território aumentou a partir de 1908 em virtude da descoberta de diamantes. (NAMÍBIA, 1995, p.8000). Isto estimulou a imigração de europeus, o que explica o fato de a Namíbia ter sido a única ex-colônia alemã a receber um significativo fluxo imigratório de alemães, interessados na extração e comercialização do recurso. A versão de Hilde, assim, é ao menos verossímil e plausível<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> HINZ, Hilde. Entrevista citada.

<sup>65</sup> A precisão das informações fornecidas por Hilde impressiona. Com seus 92 anos à época, e tendo imigrado ao Brasil quando ainda era criança – aos seis anos segundo os registros incorretos do navio, ou aos sete como ela própria afirma –, Hilde prestou informações exatas e essenciais para a pesquisa sobre a história familiar. Apesar de, obviamente, sua memória ter sido modificada ao longo do tempo e apresentar lapsos e imprecisões, como qualquer outra construção memorialística, Hilde falou com exatidão sobre vários aspectos da vida da família Böelling na Alemanha e sua imigração para o Brasil. Dentre outras informações, Hilde soube precisar: o local exato de residência da família Böelling na Alemanha, o vilarejo (“*Dorf*”) de Ermschwerd, em Hessen,

Mesmo assumindo que Ludwig não tenha participado intensamente de combates, e se envolvido de maneira direta no massacre das populações nativas, o fato de meu bisavô ter integrado uma unidade militar responsável por tais atrocidades é um tanto incômodo à imagem que produzi sobre a história da família. Mas, independentemente de quais tenham sido as atividades executadas por Ludwig enquanto integrou a Schutztruppe, deve-se sublinhar novamente que ele não teve qualquer associação militar com o nazismo. Tal associação seria certamente ainda mais importuna à minha imagem sobre a história familiar. No entanto, a negação da possibilidade dele ter sido um soldado nazista não foi acompanhada por um alívio irrestrito sobre o passado militar de meu bisavô.

Não se trata aqui de culpabilização; a rigor, não se pode culpar Ludwig, pois os empreendimentos colonialistas – não só o alemão – ocorreram em larga escala na história moderna, marcados pela violência e crueldade frente aos nativos, e executados com base em uma justificativa de “legitimidade”. Pode-se culpar, menos ainda, qualquer de seus descendentes. Tal culpabilização seria até mesmo um anacronismo histórico. Ainda assim, não posso negar que o serviço militar de Ludwig junto à Schutztruppe é uma descoberta um tanto perturbadora, e que não é um dos pontos áureos do panteão das memórias da família. Contudo, esta é principalmente uma questão psicológica, de ordem pessoal e familiar. À nossa análise, sociológica e histórica, não cabe avançar mais neste ponto. Meu objetivo primordial neste capítulo foi demonstrar as imprecisões da memória familiar sobre o passado militar de Ludwig, que o associa ao nazismo. Em seguida, me proponho a explicar as raízes de tais imprecisões, analisando a dimensão simbólica e o contexto sócio-histórico em que foram produzidas.

---

apontando inclusive elementos geográficos sobre o local, situado próximo à intersecção dos rios Werra e Fulda, que a partir daquele ponto formavam um rio maior, o Wesser, que desembocava em Bremen; a transferência da família de Ermschwerd para Bremen, pouco antes da imigração; o trabalho exercido por Ludwig em uma fábrica de cigarros; o período de partida da Alemanha, durante o inverno de 1923, e o mês de chegada – fevereiro de 1924 – no porto de Santos em São Paulo; o nome da agência naval que transportou a família para o Brasil, a *Norddeutscher Lloyd*; a idade de seus irmãos Hans (quatro anos) e Kurt (três anos) quando imigraram; e os nomes de familiares que permaneceram na Alemanha, especialmente os irmãos e irmãs de seus pais. Todas as informações foram mencionadas sem consulta a qualquer documento ou anotações.

## **Sétimo Capítulo**

### **A INCORPORAÇÃO E A REJEIÇÃO DO ESTIGMA**

As fontes discutidas acima, e em especial a foto de Ludwig com farda militar, nos mostram de forma exemplar os processos por meio dos quais a memória é construída, inventando um passado que passa a existir apenas no presente. Em devir, presente e passado são significados e transformados.

Ao reinterpretar o passado com base nas tensões do presente, a memória se transforma em um veículo de construção identitária. No caso da memória construída por minha avó Irene, está em jogo a definição de uma identidade para a família no presente, a ser transmitida para as próximas gerações por meio de seus descendentes. Assim, a memória narrada estabelece uma identidade familiar a ser projetada no futuro.

Em virtude disso, a narrativa de Irene opera um enquadramento da memória, especialmente no tocante a um ponto tão delicado como a associação da família ao nazismo. A transmissão geracional do passado familiar ocorre por meio de um enquadramento da memória, que irá evocar certos eventos e apagar outros. Para tanto, a narrativa de Irene irá articular as três chaves características da construção da memória: lembrança, silêncio e esquecimento.

Como mostra Pollak (1989, p.9), tal trabalho de enquadramento não pode ser arbitrário, devendo se basear no material fornecido pela história, a ser interpretado e combinado a outras referências associadas. No caso da memória construída por Irene, as referências ao serviço militar de Ludwig, os documentos familiares associados ao nazismo e o contexto histórico do Estado Novo serão combinados em uma narrativa que interpreta as relações do patriarca da família com o regime e a ideologia nazistas.

Proponho-me neste momento a analisar o trabalho de enquadramento da memória de Irene. Como argumenta Pollak (1989, p.12), analisar o enquadramento realizado pelas memórias individuais permite identificar os “[...] limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais”. (POLLAK, 1989, p.12).

Para que meu bisavô Ludwig seja transformado em um soldado nazista, opera na memória de Irene um processo de esquecimento. Ludwig só passa a integrar a Wehrmacht, à medida que se apagam as referências à força militar da qual ele realmente fez parte, a Schutztruppe. O nazismo é uma referência muito mais tangível para Irene, considerando que a geração dos seus pais sofreu diretamente a violência simbólica e física perpetrada pelo Estado Novo contra os imigrantes e descendentes de alemães, estigmatizados como “nazistas”. A própria Irene sempre atribuiu grande importância em preservar e transmitir a memória sobre a violência sofrida. A memória sobre tais eventos é importante para a construção da identidade dos descendentes de alemães. Por outro lado, as referências a acontecimentos vivenciados pelos antepassados antes de imigrarem para o Brasil são longínquas e esparsas. Neste contexto, a memória de Irene “apaga” as referências à Schutztruppe quando evoca o passado militar de Ludwig e, em busca de coerência narrativa, associa este passado ao nazismo – referência histórica tangível e reiterada na memória familiar.

Em sua análise de um grupo de imigrantes aportados no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XIX – período bastante anterior à imigração das famílias alemãs aqui analisadas – Woortmann (2000) aponta o silêncio e o esquecimento operados sobre o passado na Alemanha, e o pouco conhecimento dos descendentes a respeito de seus ancestrais alemães. De maneira semelhante ao que verificamos em nossa análise, a autora aponta que a memória genealógica não atravessa o Atlântico, não alcançando os ancestrais da Alemanha: “O que existia antes da imigração é esquecido”. (WOORTMANN, 2000, p.215). A memória dos descendentes alcança apenas a geração de imigrantes, responsáveis por fundar a genealogia familiar no Brasil, privilegiando os antepassados patrilineares. No contexto analisado pela autora, o silêncio operado sobre o passado na Alemanha se justifica pela tentativa de esquecimento de uma época marcada pela privação e pela miséria. Além disso, o esquecimento era condição necessária para uma nova vida, para a construção da nova identidade no novo mundo.

Também se verifica um relativo esquecimento sobre o passado na Alemanha no contexto da memória da família Böelling, embora em menor grau, visto que o período de imigração da família é bem mais recente se comparado àquele analisado por Woortmann (2000). Além disso, tive a oportunidade de entrevistar minha tia-avó Hilde Hinz, que viveu na Alemanha e experienciou a imigração, o que me permitiu uma aproximação do passado na Alemanha por meio da história oral. Ainda assim, boa parte das informações levantadas sobre a história da família

antes da imigração ao Brasil – como é o caso das referências à Schutztruppe – provém de fontes documentais, e não circulam na memória familiar. Neste sentido, os documentos escritos, aliados à história oral, têm um papel importante para a reconstrução do passado esquecido:

É o esforço de historiadores, sociólogos e genealogistas que reconstróem o passado, substituindo o silêncio da tradição oral pelos dados de documentos escritos. Através de registros de bordo, relatórios de autoridades, documentos administrativos, os hoje descendentes urbanizados desses imigrantes reconstróem os laços com a Europa. (WOORTMANN, 2000, p.223).

\*\*\*

No entanto, por que nunca circulou na memória familiar a versão de que meu bisavô era um soldado nazista, fato desconhecido por mim ou qualquer outro membro da família até o momento da entrevista com minha avó Irene? Qual a razão desse silêncio? E por que tal versão só surge recentemente?

Há vários anos eu tenho conhecimento dos documentos familiares relacionados ao nazismo, mas desconhecia a assertiva de que Ludwig *era um nazista*. Tal fato nunca foi verbalizado. Minha tese é de que tal versão foi silenciada, em virtude da estigmatização sofrida pelos imigrantes e descendentes de alemães por sua suposta associação ao nazismo. A violência simbólica e física sofrida durante o Estado Novo traumatizou muitos descendentes de alemães, e até hoje estimula o medo de perseguição por parte de Irene. Para minha avó, qualquer menção aos documentos familiares relacionados à ideologia nazista é um tabu. A associação ao nazismo seria, assim, uma memória traumática e vergonhosa, que acaba sendo silenciada.

A entonação e a estrutura da afirmação de Irene, proferida com certo incômodo, indicam que a afirmação de que Ludwig era um nazista se trata de uma espécie de confissão. Uma confissão necessária, dada por meio de um depoimento a um investigador que se propõe a reconstituir a história da família com base em uma pesquisa sistemática, e que iniciava a relacionar eventos e esboçar conclusões. Frente às revelações a serem encontradas – Ludwig possuía imagens de Hitler,

hinários e foi soldado do nazismo! –, parece melhor confessar seu envolvimento de uma vez por todas, o que permite um enquadramento dessa memória, ao invés de deixar que o pesquisador descubra tais eventos devastadores por si só, e então os enquadre livremente.

De que forma se dá tal enquadramento da memória de Irene? Ele opera por meio da afirmação do caráter de Ludwig *a despeito de* ele ser um nazista:

**Lucas:** Mas assim é... Por mais que ele [Ludwig] era simpatizante do nazismo como a *oma* disse, ele nunca fez nada...

**Irene:** Não!

**Lucas:** ... Nunca se organizou, nunca panfletou nada?

**Irene:** Meeeu! Pelo contrário. Foi uma pessoa e meu [com ênfase]... *Maravilhosa*.

**Lucas:** Só para registrar isso, isso é importante.

**Irene:** Ele seguia, ele obedecia o trabalho. Ele era fiel ao trabalho. Isso era de repente o trabalho dele. Era que nem o *opa* [Granit]. Cresceu... Nasceu, cresceu ali dentro da firma, meu, óia, ele não tinha hora pra nada. Então hoje em dia a gente vai dizer: “Puxa, porque que eu não cortei isso dele ou qualquer coisa...” Não! Ele era fiel ao trabalho dele, esse era o trabalho dele. Ele não tinha hora. Se eles pediam lá os Schütte: “Ó, vem amanhã cedo, domingo de manhã, vem me ajudar a dar uma mão, nois queria fazer uma coisa aqui”, ah, ele madrugava pra ir lá fazer. Sabe, então, tudo vai vir um dia. Um dia teus filhos vão dizer: “Puxa, o que que era isso aquela vez?”. Assim a gente hoje critica lá a guerra na Alemanha e vai saber agora tudo, sabe. Só que daí vinham pra cá, e complicar aqui as coisas.

Podemos perceber nitidamente o engrandecimento da imagem de Ludwig, uma pessoa “maravilhosa”, disciplinada, e que reconhecia o valor do trabalho. Ter sido um soldado de Hitler seria a função de Ludwig, e a obediência ao trabalho era uma obrigação moral. Sua função era apenas militar, logo Ludwig não se envolveu em organizações políticas ou na disseminação da ideologia nazista<sup>66</sup>. Irene também argumenta que a crítica à “guerra na Alemanha” ocorre de um

---

<sup>66</sup> Note-se a semelhança desta formulação com a célebre ideia de banalidade do mal elaborada por Hannah Arendt. (ARENDR, 2008). Ludwig apenas cumpria suas funções e obedecia a ordens, não possuindo propriamente convicções nazistas. Nesta lógica, a obrigação moral com o trabalho suplantaria a necessidade de julgamento moral do indivíduo.

ponto de vista contemporâneo, e que no futuro os regimes políticos atuais também poderão ser criticados e condenados.

No trecho da entrevista, verificamos que a memória de Irene enquadra o nazismo com base em uma ótica maniqueísta. Ludwig possui um bom caráter, a despeito de seu envolvimento com o nazismo, uma forma de encarnação do mal e, portanto, corruptora do caráter e da moral humana. O estigma do nazismo como encarnação do mal não afeta Ludwig, pois ele não teve um engajamento ideológico e organizativo, e não se envolveu em atividades de disseminação da ideologia. Ludwig permanece sendo, assim, uma pessoa “maravilhosa” e fiel à ética do trabalho.

O que vemos na narrativa de Irene é uma curiosa inversão da máxima latina *memoria praeteritorum bonorum* (“o passado é lembrado para ser bom”, ou “a memória torna o passado bom”)<sup>67</sup>. Apesar de a narrativa representar um ponto de vista e uma forma específica de construção do passado, ele não é melhorado, ao contrário, é associado ao “mal”, ao nazismo. A narrativa de Irene não invalida a fórmula latina, mas a adapta: apesar do inegável esforço de engrandecimento de Ludwig – uma rememoração que visa o melhoramento da imagem do antepassado –, ainda assim ele foi transformado em um nazista, a encarnação da maldade e da crueldade. Assim, a memória – que caracteristicamente melhora o passado e suaviza as suas tensões –, quando evoca um passado de estigmatização e violência, e se transforma em uma memória traumática, pode acabar diminuindo a “grandeza” dos personagens históricos e tornando os eventos do passado “piores”.

Devemos sublinhar as limitações do maniqueísmo para a análise teórica do fenômeno do nazismo. Sem questionar e desmerecer as necessárias e pertinentes críticas ao nazismo, deve-se considerar que a “demonização” de tal regime dificulta sua compreensão adequada. Avaliar um regime político sob um prisma maniqueísta acaba por comprometer qualquer análise que se pretenda científica. A tendência de

---

<sup>67</sup> A frase é atribuída originalmente a São Tomás de Aquino. No segundo ato da célebre peça de Samuel Beckett, *Esperando Godot*, o personagem Pozzo, então cego, rememora os tempos em que possuía visão. O personagem Vladimir percebe e comenta ao personagem Estragon: “Não está vendo que está se lembrando de quando era feliz? (*Pausa*) *Memoria praeteritorum bonorum* – deve ser doloroso”. De forma sagaz, Beckett demonstra que além de trazer um componente de nostalgia e felicidade, lembrar o passado pode ser uma experiência difícil e dolorosa. (BECKETT, Samuel. **Esperando Godot**. São Paulo: Cosac Naify, 2005. p.178).

banalização do nazismo como o “mal”, abstrato e atemporal, impede a compreensão de sua especificidade histórica, e enfraquece a capacidade explicativa sobre o período.

No entanto, oposições maniqueístas enquanto categorias nativas podem ser úteis para analisarmos de que modo os agentes sociais dão significado ao nazismo e o integram às suas memórias. Neste sentido, percebemos como a demonização do nazismo – fruto não apenas das políticas de perseguição a imigrantes durante o Estado Novo, mas de um quadro amplamente disseminado no debate político após o fim da Segunda Guerra Mundial – contribuiu para que Irene o transformasse em um tabu. Em virtude do medo de perseguição e das lembranças traumáticas sobre a violência e tortura sofridas durante o Estado Novo, evita-se mencionar a possível associação de um antepassado ao nazismo. O estigma do nazismo é, em suma, a principal razão do silêncio de Irene.

\*\*\*

É importante ressaltarmos que Ludwig *não era um nazista*, pelo menos em nenhum dos sentidos formulados por Irene. Como foi demonstrado sobejamente, a família Böelling imigrou para o Brasil antes da ascensão do nazismo ao poder, e Ludwig integrou a Schutztruppe, e não a Wehrmacht. Além de não ter se engajado militarmente com o nazismo, as cartas e os materiais apologéticos recebidos por Ludwig não permitem inferir que ele tenha sido um nazista. A posse de documentos apologéticos não comprova que alguém possua inclinações ou convicções nazistas; no caso de Ludwig, ela se explica pela tentativa de compartilhamento e disseminação da ideologia por parte de familiares que residiam na Alemanha. Além disso, é difícil determinar se Ludwig possuía inclinações nazistas, pois só temos acesso às cartas recebidas por ele, e não às enviadas.

Poderíamos especular que Ludwig possa ter tido relativa simpatia em relação ao nazismo. Para um alemão-estrangeiro, provavelmente tal ideologia não se distinguia completamente dos sentimentos de patriotismo e de nostalgia da terra natal, retratada de forma eufórica por pessoas com grande capacidade de influência e persuasão para Ludwig, isto é, seus familiares. Mas assim como a indiscutível maioria dos imigrantes e descendentes de alemães, Ludwig nunca se envolveu em atividades políticas ou teve uma relação direta com a ideologia e com o regime nazista. A sua relação era no máximo de simpatia, bastante

distanciada já que não possuía contato direto com sua pátria natal há muitos anos.

Gertz (1987) estabelece uma importante distinção entre simpatia e organização partidária. O autor mostra as diferenças entre a reação dos teuto-brasileiros à tomada de poder pelos nazistas na Alemanha, e a reação à atividade partidária nazista no Brasil. O posicionamento dos teuto-brasileiros quanto à ideologia e à política nacional-socialista na Alemanha foi bastante favorável, o que não se converteu em apoio ou organização partidária no Brasil. Gertz (1987) aponta, inclusive, que houve oposição a tal organização, e menciona vários exemplos de combate às atividades dos “partidários” nazistas no Brasil por parte de teuto-brasileiros.

Assim, o que faz com que Irene afirme categoricamente que Ludwig era um nazista? O que faz com que uma foto de um soldado das forças coloniais do Império Alemão se transforme na imagem de um soldado da Wehrmacht nazista? Quais são as raízes simbólicas e sócio-históricas que sedimentam este devir da memória?

Uma possível explicação é de que a associação de Ludwig ao nazismo ocorra de maneira deliberada, tratando-se de uma busca por um passado glorioso, motivo de orgulho para os seus descendentes e negligenciado pela história. Como vimos, a carta recebida por Ludwig em 1938<sup>68</sup> representa a edificação de um povo e de uma nação, a reconstrução da autoestima e do orgulho dos alemães. Seguindo esta linha de raciocínio, a associação de um antepassado ao nazismo seria algo desejável, uma busca por uma raiz comum em um passado marcado pelo triunfo e pelas conquistas da Alemanha.

No entanto, percebe-se facilmente a fragilidade desta linha explicativa para as memórias aqui analisadas. Para os imigrantes alemães e seus descendentes estudados no contexto desta pesquisa – vítimas de políticas de perseguição e estigmatização durante o Estado Novo – o nazismo é um tabu e uma representação do mal, e qualquer associação seria um motivo de medo e de vergonha, não de orgulho. Basta mencionarmos o medo de Irene sobre uma possível perseguição à família, em virtude da utilização de documentos familiares relacionados ao nazismo nesta pesquisa.

Além disso, a imagem de um passado glorioso e de conquistas descrito com euforia na carta recebida por Ludwig em 1938, entra em crise ao ser contrastada com outra carta recebida por meu bisavô, dez anos depois. A carta, escrita por Karl Sturm – sobrinho e afilhado de

---

<sup>68</sup> AUTOR desconhecido. 09/04/1938. Carta citada.

Ludwig –, narra os horrores da guerra e a desolação instaurada na Alemanha no período pós-guerra<sup>69</sup>. O sobrinho de Ludwig lutou por seis anos na Segunda Guerra, e foi mantido em cativeiro por mais um. Karl morava na cidade de Siegen, no estado conhecido hoje como Nordrhein-Westfalen, região ocupada à época pelos britânicos. Ele narra que praticamente toda a cidade de Siegen foi destruída pelos bombardeamentos. O enaltecimento do “grande Reich alemão” em 1938 opõe-se à miséria e à falta de alimentos e de vestuário vigente em 1948. O trecho da carta traduzido<sup>70</sup> e reproduzido abaixo, retrata as dramáticas condições de vida na Alemanha após a Segunda Guerra:

Esperamos que a vida aqui fique melhor em breve. Porque não se pode mais aguentar isso por muito tempo. Você tem que andar vários quilômetros para conseguir o necessário para viver.

[...]

Também não é absolutamente do meu tipo pedir esmola, mas a necessidade atual me força a isso. Porque a vestimenta está certamente tão mal quanto a alimentação. Não temos recebido nenhum auxílio o ano inteiro, as crianças têm crescido muito. É muito terrível. Por isso eu gostaria de te pedir, se você, seus parentes ou conhecidos tiverem algumas roupas, calçados ou outros, que estejam desgastados e sobrando, e puderem me enviar. Eu e minha família nos alegraríamos com cada pequena coisa. Minha esposa, que sabe costurar muito bem, irá costurar algo utilizável com os pedaços velhos.

Qualquer encanto ou idealização com uma Alemanha nazista gloriosa, que possa ter sido gestado com base na carta de 1938 – e suposto fundamento para uma busca pelo passado nazista e para um orgulho na associação ao nazismo na memória familiar – é arruinado por meio da carta de Karl, que descreve o trágico desfecho do regime nazista. Se na carta de 1938 o autor afirma que os emigrantes radicados no Brasil não reconheceriam a pátria natal – estando excluídos das façanhas e do progresso alcançados pela Alemanha –, a carta de 1948 inverte esse cenário, visto que as condições de vida na Alemanha estavam precárias ao ponto de um alemão solicitar que um teuto-brasileiro lhe envie produtos básicos à subsistência. A carta de Karl é marcada pelo arrependimento de não ter emigrado ao Brasil quando teve

---

<sup>69</sup> STURM, Karl. 27/04/1948. Carta citada.

<sup>70</sup> Tradução minha, revisada e incorporando comentários de minha mãe Ingrid Böelling.

a oportunidade, o que é mencionado textualmente: “Eu com certeza estaria melhor agora, se naquela vez eu tivesse emigrado com você”.

\*\*\*

Ora, se a memória associada à Alemanha nazista é marcada pela desolação e pela miséria – estando muito distante de atributos como glória e orgulho –, e se a memória sobre o nazismo no contexto brasileiro se caracteriza pelo medo, pelo estigma e pela vergonha, por que então Irene associa Ludwig ao nazismo?

Minha tese é de que estamos frente a um processo de *incorporação do estigma*, em um contexto de assimetria de poder. A violência simbólica e física perpetrada durante o Estado Novo foi responsável pela perseguição generalizada e indiscriminada de imigrantes e descendentes de alemães, estigmatizados como “nazistas”. Em virtude dessa perseguição, e da reiteração constante da suposta associação dos teuto-brasileiros com o regime e a ideologia nazistas, Irene acabou por incorporar tal estigma, e passou a acreditar que Ludwig fosse de fato um nazista.

Note-se que as políticas de estigmatização e perseguição de alemães levadas a cabo pelo Estado Novo, que conforme demonstramos anteriormente, explicam as razões do silêncio e do medo de Irene, são a gênese da própria associação que a entrevistada estabelece entre Ludwig e o nazismo. Tais políticas são responsáveis pela criação de uma memória marcada pelo silêncio que, a rigor, é infundado, visto que Ludwig não era um nazista. Em outras palavras, o estigma disseminado durante o Estado Novo cria não apenas o silêncio e o medo de perseguição em virtude da associação de um familiar com o nazismo, mas, por meio do processo de incorporação de um estigma opressor, é responsável pela construção de tal associação *per se*.

A obra de Elias e Scotson (2000) oferece subsídios para a análise do processo de incorporação do estigma por um grupo estigmatizado. A partir do estudo de uma pequena comunidade da Inglaterra no século XX, os autores esboçam uma análise sobre as relações de poder e de estigmatização estabelecidas entre dois grupos sociais. O grupo que residia há mais tempo no local – os estabelecidos – estigmatizava os indivíduos recém-chegados – os *outsiders*. O grupo *outsider* era uma “ameaça anômica” às fontes de poder, à posição social, ao carisma coletivo, e às normas grupais dos estabelecidos.

Os *outsiders* eram considerados pessoas de menor valor humano, e a autoimagem de superioridade do grupo estabelecido assegurava seu

diferencial de poder. A coesão social do grupo estabelecido era a base para a estigmatização e o controle social. Devido à profunda assimetria de poder entre os dois grupos, a inferioridade social dos *outsiders* acabava se tornando uma inferioridade humana.

Elias e Scotson (2000) mostram como os estigmatizados podem acabar assumindo o estigma a que são associados. No caso das relações de poder e estigmatização entre japoneses e os *burakumin*, os japoneses afirmavam que o grupo minoritário era composto por indivíduos sujos, ruins, inferiores e de menor valor humano. O fato mais interessante é que os *burakumin* assumiam o estigma definido pelo grupo estabelecido. Nas palavras dos autores:

[...] quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição de outsiders avaliam-se pela bitola de seus opressores. Em termos das normas de seus opressores, eles se consideram deficientes, se vêem como tendo menor valor. [...] Dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.28; p.30)

A estigmatização muitas vezes associa-se a um “tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.35). No caso mencionado acima, os japoneses afirmavam que os *burakumin* possuíam um sinal físico hereditário, uma mancha azulada embaixo da axila, o que objetificava e materializava o estigma. No nosso caso, essa “fantasia coletiva” se expressa na associação de todo o imigrante e descendente de alemão ao nazismo<sup>71</sup>. Os teuto-brasileiros “nazistas” seriam maus e desumanos por definição, visto que o nazismo e seu líder Adolf Hitler eram a encarnação da maldade e da crueldade.

O estudo de Elias e Scotson (2000) nos auxilia a explicar as relações de poder e de estigmatização estabelecidas entre, de um lado as autoridades brasileiras do Estado Novo e a população “brasileira” em geral, e do outro os imigrantes e descendentes de alemães. No entanto, algumas ponderações são necessárias. Em primeiro lugar, deve-se

---

<sup>71</sup> No caso da influência do nazismo em algumas publicações e jornais editados por teuto-brasileiros, Seyferth (2000) já apontava que qualquer generalização de tal associação é infundada. Conforme verificamos no trabalho de Gertz (1987), a suposta associação ampla e generalizada entre imigrantes e descendentes de alemães e o nazismo não se comprova historicamente.

pontuar que o estudo mencionado se baseia na análise de uma pequena comunidade, enquanto as relações de estigmatização que analisamos perpassaram todo o território nacional, especialmente onde ocorreram fluxos de imigração mais intensos. Além disso, na análise de Elias e Scotson (2000) o grupo estabelecido é homogêneo, o que não se verifica no nosso caso. Em segundo lugar, mesmo que os imigrantes não sejam “nativos”, se comparados ao restante da população que habitava o Brasil, muitos deles não eram “recém-chegados”, vivendo no país há algumas décadas. Além do mais, por várias décadas as autoridades brasileiras estimularam a imigração de europeus, com uma visão muito positiva da influência “embranquecedora” destes imigrantes<sup>72</sup>, além de possuírem relativa simpatia com o Eixo no início da Segunda Guerra. Durante o Estado Novo, tais imigrantes foram estigmatizados e considerados indesejáveis, em um contexto de combate generalizado ao nazismo<sup>73</sup>. Por fim, em sua análise, Elias e Scotson (2000) apontam que não há nenhuma diferença significativa entre os estabelecidos e os *outsiders* – em termos de nacionalidade, etnia, tipo de ocupação, nível de educação, religiosidade –, o que não se verifica no nosso caso.

Apesar das diferenças entre o objeto analisado por Elias e Scotson (2000) e a memória em análise nesta pesquisa, uma característica perpassa os dois fenômenos: estamos diante de um processo de incorporação e reprodução do estigma por parte de um membro do grupo estigmatizado. Irene só pôde construir a versão de que

---

<sup>72</sup> Barbosa (2009) destaca o caráter eurocêntrico e eugenista das ideologias que afirmavam os efeitos benéficos da imigração de europeus para o Brasil: “[...] é a crença eugênica em uma única raça nacional biologicamente possível o que fornecia uma construção ideológica conveniente para o apoio das elites às políticas que visavam o ingresso de imigrantes ‘desejáveis’, ou seja, aqueles que viriam ‘embranquecer’ o país”. (p.18).

<sup>73</sup> O filme *Tempos de Paz* (direção de Daniel Filho, 2009) retrata a oscilação das autoridades brasileiras no tocante à imigração. Ambientado pouco antes do final da Segunda Guerra, o filme conta a história de um imigrante polonês, refugiado do nazismo, que ao tentar entrar no Brasil é confundido com um nazista pelos agentes da alfândega. Ao ser questionado sobre o que veio fazer no Brasil, o imigrante responde: “O Brasil precisa de braços para a lavoura”. De forma irônica, e evocando de forma sutil uma das razões que explicam a oscilação do apoio brasileiro entre as potências do Eixo e os países Aliados, o agente alfandegário declara: “O Brasil sempre precisa de alguma coisa! Uma hora precisa plantar, outra hora precisa temperar o aço! Outra hora o Brasil precisa de nós, outra hora não precisa mais de nós!”.

Ludwig era um nazista por meio da incorporação do estigma associado aos teuto-brasileiros durante o Estado Novo.

É verdade que sem a posse dos documentos familiares relacionados ao nazismo tal associação não teria sido possível. Como veremos adiante, outros entrevistados negam veemente o estigma do nazismo. A negação da associação dos antepassados ao nazismo provavelmente também teria se verificado na memória construída por Irene, caso os documentos familiares associados ao nazismo não existissem. Mas o que tornou possível o esquecimento do passado militar de Ludwig junto à Schutztruppe – já que os documentos sobre esse passado militar também eram de posse de Irene – e a sua transformação em um soldado da Wehrmacht, é a incorporação do estigma. Após ouvir reiteradamente que os alemães foram perseguidos por serem nazistas – uma “quinta coluna” infiltrada no Brasil, que representava uma ameaça à pátria e aos interesses nacionais –, e associar tal memória a documentos familiares, Irene transforma Ludwig em um nazista, e evidencia um processo de reprodução do estigma no interior do grupo estigmatizado.

\*\*\*

Como é amplamente exposto pela literatura que analisa o Estado Novo e suas campanhas de nacionalização contra os núcleos de colonização, até o fim do governo Vargas mobilizou-se uma intensa política de assimilação de imigrantes. Comunidades de imigrantes alemães, italianos e japoneses – chamadas pejorativamente de “quistos étnicos” –, eram consideradas um obstáculo à consolidação da “identidade nacional brasileira” em virtude do seu isolamento e resistência à assimilação, por meio da preservação da língua e dos costumes da pátria natal<sup>74</sup>.

A partir de 1942, com a declaração de apoio do governo brasileiro aos Aliados no contexto da Segunda Guerra, a preocupação com os imigrantes se acentua no governo Vargas. Os imigrantes são transformados em inimigos da pátria, e os núcleos de colonização

---

<sup>74</sup> Há uma extensa bibliografia sobre o tema. Ver, por exemplo, Geraldo (2009), Fáveri (2002), Campos (2002) e Gertz (1987, 2008). Meu objetivo aqui não é esgotar a análise deste complexo processo histórico, mas apontar algumas das suas principais características, em virtude do impacto de tais campanhas de nacionalização na memória dos descendentes de imigrantes de alemães, e sua influência central ao processo de “incorporação do estigma nazista” que estou analisando.

passam a ser considerados possíveis centros de ação dos países inimigos no território nacional<sup>75</sup>. Com a declaração de guerra ao Eixo em 1942, se profbe também a utilização de línguas estrangeiras no Brasil. Neste contexto, os imigrantes alemães são alvo de práticas de estigmatização social, perseguição política e até mesmo tortura. Vargas, e no contexto catarinense o interventor Nereu Ramos – inimigo histórico dos Konder, que representavam a influência dos teuto-brasileiros na política local<sup>76</sup> – perpetraram um esforço violento de nacionalização e de rompimento ao isolamento das comunidades de imigrantes alemães, temendo que elas pudessem ser afetadas pela propaganda nazista. (GERALDO, 2009; CAMPOS, 2002).

As campanhas de nacionalização, estigmatização e perseguição de imigrantes envolveram uma série de medidas, tais como: políticas que limitavam a participação de imigrantes nas empresas; proibição do ensino e da imprensa em idioma estrangeiro; proibição da utilização de nomes estrangeiros em locais públicos; confisco de livros e documentos familiares; confisco de armamentos sob a posse de imigrantes<sup>77</sup>; dentre outras. (GERALDO, 2009; FÁVERI, 2002). Em Santa Catarina, a punição mais comum aos teuto-brasileiros que fossem flagrados falando alemão – além de agressões físicas e espancamentos –, era a ingestão forçada de óleo de rícino ou diesel.

Fáveri (2002) utiliza, acertadamente, a expressão “uma (outra) guerra” para definir a perseguição e a violência das autoridades do Estado Novo em relação aos teuto-brasileiros. A expressão compõe o título de sua tese, um dos primeiros estudos sistemáticos sobre a violência de Estado sofrida por imigrantes alemães durante o Estado Novo no contexto de Santa Catarina. A autora aponta que o medo, a violência e a criminalização jurídica passam a constituir o cotidiano dos

---

<sup>75</sup> “[...] não há indícios consistentes de que a Alemanha nazista tenha elaborado planos para uma estratégia político-militar no Sul do Brasil”. (GERTZ, 1987, p. 108).

<sup>76</sup> Como demonstra Fáveri (2002), vários teuto-brasileiros foram denunciados às autoridades por “atividades nazistas” em virtude de desavenças pessoais. Assim, inimizades pessoais no contexto das comunidades onde viviam imigrantes, muitas vezes acabaram se transformando em questões de segurança nacional.

<sup>77</sup> A maior parte do acervo de armamentos do Museu Major Lara Ribas em Florianópolis, administrado pela Polícia Militar, consiste em armas confiscadas de teuto-brasileiros pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) durante o Estado Novo. Segundo informações do próprio Museu, as armas foram confiscadas pelo Major Ribas, que esteve à frente do DOPS entre 1938 e 1945, quando estava “combatendo o nazismo no estado de Santa Catarina”.

teuto-brasileiros. Além dos episódios de tortura e criminalização jurídica<sup>78</sup> – a violência de Estado em sua dimensão “física” e concreta –, verificou-se também uma *violência simbólica* executada com base na estigmatização social. Tratava-se de uma forma de poder visando à destruição de uma forma de mundo; em outras palavras, era a imposição de uma “identidade nacional brasileira” à custa da eliminação da etnicidade teuto-brasileira.

Para a execução de tal violência simbólica, a proibição da utilização do idioma alemão tem um papel crucial: “[...] quebrar a unidade linguística significava solapar as bases de uma unidade cultural, de um elo de união muito forte que mantinha os grupos: significava tirar dos grupos possibilidades de se autogerirem”. (CAMPOS, 2006, p.120 apud GERALDO, 2009, p.185). Além disso, atacar a língua é enfraquecer os laços com uma “comunidade nacional imaginada” (ANDERSON, 2005); ao serem impedidos de utilizar o mesmo vernáculo, os teuto-brasileiros paulatinamente se afastam da Alemanha, e forçadamente se nacionalizam.

É interessante notar que as campanhas de nacionalização, que em tese visavam romper o isolamento dos “quistos étnicos”, acabaram provocando ainda mais isolamento para um segmento significativo dos grupos de imigrantes. Na impossibilidade de utilizar o idioma alemão publicamente – e face ao desconhecimento da língua portuguesa –, muitos imigrantes e descendentes de alemães acabavam por evitar a circulação em espaços públicos. Muitos depoimentos mencionam o receio de sair de casa para realizar até mesmo atividades básicas, como ir ao mercado para a compra de mantimentos<sup>79</sup>. Termos como “medo”, “insegurança”, “perseguição” e “trauma” são frequentemente evocados

---

<sup>78</sup> Alguns dos teuto-brasileiros criminalizados juridicamente foram enviados à Penitenciária Agrícola da Trindade, em Florianópolis, campo de concentração para presos políticos do Estado Novo. (Ver FÁVERI, 2002, p.153 *et seq.*).

<sup>79</sup> Esta realidade, mencionada nas entrevistas que realizei, é relatada também no documentário *Sem Palavras* (Kátia Klock, 2009), um rico registro de memórias de teuto-brasileiros sobre as campanhas de nacionalização perpetradas pelo Estado Novo. O título do documentário, por si só, traz uma interessante ambivalência de significado: “sem palavras”, pela impossibilidade de falar alemão na sociedade brasileira da época, o que implicava na impossibilidade de falar *per se* e, portanto, no silêncio; “sem palavras”, pela impossibilidade de relatar experiências traumáticas marcadas pela violência, remetendo às dificuldades do testemunho e à inenarrabilidade da experiência, conforme discutimos anteriormente com base nas formulações de Agamben (2008) e Benjamin (1994).

nas memórias de imigrantes e descendentes de alemães sobre o período do Estado Novo.

A associação ao nazismo foi a principal justificativa para a estigmatização e perseguição de imigrantes e descendentes de alemães no Brasil durante o Estado Novo. Os imigrantes foram transformados em “súditos do Eixo”, e todo e qualquer elemento que remetesse à etnicidade teuto-brasileira foi arbitrariamente associado ao nazismo. Geraldo (2009) argumenta que:

As pesquisas em torno da imigração de origem alemã têm enfatizado a violência da repressão empreendida pelos órgãos do Estado Novo durante a campanha de nacionalização. Os autores de *Tempos de Capanema*, por exemplo, afirmam que “as medidas repressivas e as perseguições com acusações de pertencem ao nazismo foram absolutamente arbitrárias e indiferenciadas”, pois essas denúncias – independente de o nazismo chegar a ter uma grande influência entre esses imigrantes ou não – teriam imprimido legitimidade à política de repressão institucionalizada do governo de Vargas. (GERALDO, 2009, p.184-5).

No entanto, a estigmatização aos teuto-brasileiros – tanto no plano discursivo, como nas práticas “concretas” no contexto das regiões onde se verificou fluxos de imigração – não é um fenômeno restrito ao Estado Novo, e já se verificava nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, por meio das formulações de Silvio Romero sobre o “perigo alemão”, uma ameaça à unidade do Estado-nação brasileiro em um contexto histórico de disseminação do pangermanismo durante a Primeira Guerra (SEYFERTH, 2000, p.184). Não apenas a fantasia da associação de todos os imigrantes alemães ao nazismo era justificativa para a estigmatização e perseguição política, mas a “identidade alemã” em si era considerada uma ameaça aos valores e interesses políticos que tentavam consolidar uma “identidade nacional brasileira”, de base lusitana e miscigenada.

Analisando a concepção de nação no trabalho de Gilberto Freyre – pensador de grande proeminência e que influenciou o ideário dos discursos nacionalistas e antigermanistas nas décadas de 1930 e 1940 –, Seyferth (2000) argumenta que a “identidade nacional” delineada no trabalho de Freyre era na verdade a construção de uma regionalidade

que representava a nação. Seus textos com temáticas regionalistas narravam a “nação”, partindo do pressuposto de que o Nordeste era a região legitimamente mais brasileira. O pensamento de Freyre é marcado pelo mito fundacional da nação, isto é, a aceção de que o Brasil é um país de formação histórica de raiz portuguesa, onde ocorreu a mistura das três raças. Apesar de reconhecer uma brasilidade em qualquer lugar do Brasil, o pluralismo cultural na obra de Freyre paradoxalmente está subordinado à assimilação. Neste sentido, há uma crítica às diferenças étnicas, especialmente quando utilizadas para marcar fronteiras grupais.

Como demonstra Seyferth (2000), o conflito entre a etnicidade teuto-brasileira e o nacionalismo se deu essencialmente em termos de raça e língua. Em outras palavras, o Brasil – país miscigenado e de formação portuguesa – aceita todas as culturas, desde que se submetam à assimilação e se tornem “brasileiras”. Tornar-se brasileiro implicava falar o idioma português, e manter a tradição herdada do passado colonial, baseado na mestiçagem e na mistura racial (SEYFERTH, 2000, p.183). Assim, não é difícil compreender o estranhamento de Freyre às colônias alemãs no sul do Brasil, marcadas pelo isolamento social, a utilização da língua alemã, e a prática de casamentos entre indivíduos da mesma origem étnica – esta prática, inclusive, é uma das bases para a alegada associação dos teuto-brasileiros ao nazismo, ideologia que combatia a mistura das raças em virtude da suposta superioridade racial ariana.

Assim, podemos constatar uma grande similitude entre os discursos antigermanistas das primeiras décadas do século XX – especialmente no contexto da Primeira Guerra –, e as justificativas que sustentaram as campanhas de nacionalização durante o Estado Novo – no contexto da Segunda Guerra. Em ambos os casos, tais discursos nacionalistas apontavam a ameaça representada pelos teuto-brasileiros à identidade nacional “legitimamente” brasileira, além da ameaça separatista representada pelos núcleos de colonização em contextos de expansão militar e imperialista da Alemanha. A especificidade das políticas de estigmatização e assimilação do Estado Novo – especialmente no tocante aos imigrantes e descendentes de alemães – reside no fato de que elas se legitimam pela criação e materialização de um estigma: o teuto-brasileiro nazista. A criação do estigma do nazismo – a encarnação da maldade e da crueldade – legitima práticas violentas de assimilação. O estigma do nazismo oferece uma justificativa moral para as arbitrariedades, a perseguição e a tortura praticadas durante o Estado Novo. As políticas do Estado Novo criam e materializam um

estigma, que como tal, tem uma capacidade de disseminação muito mais abrangente do que a mera denúncia das ameaças da etnicidade germânica à “identidade nacional”. Como estigma, a fantasia do teuto-brasileiro nazista é reproduzida e reiterada historicamente, e até hoje os teuto-brasileiros não estão completamente isentos de tal associação arbitrária:

**Carl:** [...] Chica [apelido de Ingrid] tu sabe até bem, tem gente hoje ainda...

**Ingrid:** Ainda...

**Carl:** ... Tem raiva dos alemão ainda sabe como é Lucas...

**Ingrid:** Com certeza.

**Carl:** Puxa isso é...

**Ingelore:** Quantas vezes eu já fui no médico com ele [com Carl] e o médico perguntava: “E daí, como é que foi lá com o Hitler? Como assim?”.

**Lucas:** Nossa! Isso ainda hoje?

**Ingelore:** Isso ainda hoje [com indignação].<sup>80</sup>

Como argumenta Geraldo (2009), o contexto geopolítico da Segunda Guerra é central para explicar as campanhas de nacionalização do Estado Novo. De fato, o contexto geopolítico do período teve um impacto muito maior nas políticas de assimilação de imigrantes do que a questão racial – os discursos sobre a ameaça à identidade nacional “legitimamente” brasileira – pôde alcançar até então. Como se sabe, em grande medida a imigração de brancos europeus era considerada desejável pelas elites políticas e intelectuais brasileiras, em virtude de seu potencial “embranquecedor” na população. Tal potencial, no entanto, não é suficiente para evitar que os teuto-brasileiros sejam perseguidos em face de um perigo muito maior do que a reprodução de um povo mestiço: o nazismo e suas aspirações imperialistas. (GERALDO, 2009).

Desta forma, o contexto geopolítico da Segunda Guerra é responsável pelo fortalecimento de outra tendência do debate público brasileiro, menos otimista quanto à contribuição “embranquecedora” dos imigrantes europeus, e mais preocupada com os perigos que o “enquistamento étnico” representava à “identidade nacional”, de base lusitana e miscigenada. Face ao contexto geopolítico e à ameaça da

---

<sup>80</sup> MOHRMANN, Ingelore Hoeltgebaum; MOHRMANN, Carl Heinz. Entrevista concedida a Lucas Voigt e Ingrid Böelling em 28/04/2012, Trombudo Central – SC.

Alemanha nazista, tais discursos nacionalistas ganham proeminência, articulando-se e contribuindo para a legitimação das políticas de assimilação dos núcleos de colonização executadas durante o Estado Novo, e para a criação do estigma do teuto-brasileiro nazista. Em outras palavras, podemos verificar uma articulação entre o contexto geopolítico da Segunda Guerra e os discursos nacionalistas focados na questão racial, que possibilitaram as bases para a formação do estigma do teuto-brasileiro nazista e legitimaram a sua perseguição violenta.

\*\*\*

A incorporação do estigma do nazismo por minha avó Irene é uma demonstração emblemática da disseminação e da intensidade do estigma associado aos alemães durante o Estado Novo, chegando ao ponto de ser reproduzido por um membro do grupo estigmatizado. No entanto, a memória construída por Irene é peculiar; caso inexistissem os documentos familiares com menções ao regime nazista, dificilmente minha avó teria associado Ludwig ao nazismo.

Outros entrevistados, como Max Will e Carl Mohrmann, negam de forma veemente a associação de seus antepassados ao nazismo. Para ambos os entrevistados, os teuto-brasileiros não podem ser culpados em função das ações do regime nazista na Alemanha, e são vítimas de uma perseguição injusta levada a cabo pelas autoridades brasileiras.

Ao discorrer sobre a perseguição política durante o Estado Novo, e o estigma do teuto-brasileiro nazista, Carl Mohrmann formula uma pergunta repetida muitas vezes nas entrevistas que realizei, problematizando as possibilidades de culpabilização dos imigrantes alemães em função das ações do regime nazista:

**Carl:** Falar a verdade Lucas, sabe o que que é, eu acho, puta vida!, se não fosse os alemão, que que tinha aqui, né? Porque, então quer dizer, eu acho também, acho interessante sabe o que é Lucas pra falar memo, óia como é que eu vou dizer, o que que eu tenho culpa, o que que, o que que nós temos culpa se o Hitler fez tanta besteira assim? Poxa vida, nós, nós, nós também vamo dizer, quem sabe se a gente ia abrir a boca então ele ia matar nois também sabe como é, então óia.

No caso de Max Will, narrar as violentas e injustas agressões sofridas por seu pai é considerado um “dever de memória”<sup>81</sup>. Em sua narrativa, o entrevistado formula o mesmo questionamento elaborado por Carl:

**Max:** E depois se os alemões lá vão brigar, que culpa nós temo aqui no Brasil? Nós tamo defendendo a pátria [brasileira]. Nós trabalhemo, nós... Sem os alemães aí, os os... [...] Que que tem o Brasil. Isso eles pensaram, e trabalharam aqui, levantaram, abriram as estrada.

A construção de uma memória é determinada pela posição social e histórica ocupada pelos indivíduos e pelas famílias. Se o passado é apropriado para a construção da identidade no presente, a memória também insere no passado ideias e valores partilhados no presente. As memórias sobre os antepassados alemães e as origens familiares implicam um exercício de enraizamento social. Ao criar esta raiz social, os indivíduos se inserem no interior de uma história social, e na história de uma nação e de um povo. Desta forma, por meio da memória os indivíduos e as famílias constroem uma *origem social*.

A origem social construída pelos descendentes de alemães que entrevistei remete a um passado e a uma história na Alemanha. Este ponto é central para compreendermos os sentidos das memórias aqui analisadas. Nas memórias destes descendentes está implícita a ideia de um “povo”, de um *Deutschtum* – um germanismo que pertence a todos os indivíduos que possuam uma origem e uma etnicidade alemã.

A reivindicação deste *Deutschtum* é especialmente significativa para os descendentes de alemães. Os imigrantes possuem uma relação direta com a Alemanha, sua pátria natal; os descendentes devem estabelecer seus laços com a história e o passado na Alemanha, em busca de origens sociais e dos sentidos que definem sua identidade pessoal e familiar. No caso das memórias analisadas por Woortmann (2000) – que, como dito, relacionam-se à imigração de alemães em um período bastante anterior ao que analisamos –, há uma tentativa de apagamento das origens sociais relacionadas à colonização e ao passado

---

<sup>81</sup> Como argumentei, há tantas memórias quanto forem os grupos sociais (HALBWACHS, 2003). O “dever de memória” da família Will explicita as diferenças e tensões entre uma memória coletiva – a dos descendentes de imigrantes alemães, reproduzida nas entrevistas que realizei – e a memória histórica oficial.

rural dos antepassados imigrantes. Os descendentes urbanizados destes imigrantes – que eram colonos e agricultores – buscam suas raízes e origens diretamente na Alemanha. Segundo Woortmann (2000), a inserção em uma origem social alemã – e o apagamento do passado relacionado à colonização e à agricultura – visa à legitimação de uma posição de classe, visto que os descendentes de alemães ocupam hoje uma posição de proeminência social<sup>82</sup>.

A busca por uma origem social alemã nos auxilia a compreender a centralidade da questão do nazismo para a memória e a identidade dos descendentes de alemães analisados nesta pesquisa. Como vimos, o nazismo é considerado uma encarnação da maldade e da crueldade, e qualquer associação a tal regime aviltaria a origem social idealizada pelos descendentes de alemães. A rejeição do estigma do nazismo é central para os entrevistados, e implica a apropriação seletiva do *Deutschtum*, selecionando certos aspectos históricos e negligenciando outros. Como demonstrou Woortmann (2000), a idealização de uma origem social opera por meio de uma seletividade. Assim, a origem social idealizada pelos entrevistados define uma imagem específica do *Deutschtum* e da história da Alemanha, distanciada do passado nazista. Neste sentido, podemos compreender a rejeição do estigma do nazismo por Max Will e Carl Mohrmann, e até mesmo a incorporação do estigma por Irene, que apesar de “confessar” a suposta associação de meu bisavô Ludwig ao nazismo, manteve um silêncio sobre esta versão por várias décadas.

Portanto, o nazismo é uma questão central para a definição das origens sociais que os descendentes de alemães buscam estabelecer. Qualquer associação ao nazismo é rejeitada, e as referências ao nazismo nas memórias dos descendentes de alemães limitam-se à denúncia da perseguição injusta e violenta, justificada por meio do estigma arbitrário e infundado do teuto-brasileiro nazista. Neste sentido, podemos explicar em parte a proliferação de estudos analisando a perseguição política e a violência sofridas pelos imigrantes e descendentes de alemães, conduzidos em grande medida por pesquisadores que possuem ascendência alemã.

---

<sup>82</sup> Woortmann (2000) argumenta que a ideia de um *Deutschtum* não fazia sentido aos imigrantes camponeses do início do século XIX, mas apenas a alguns poucos imigrantes urbanizados. Estes camponeses eram provenientes de diversos países e possuíam distintas origens étnicas, o que minava as possibilidades de identificação com um *Deutschtum*.

\*\*\*

Se na busca por uma origem social alemã o nazismo é rejeitado, outros elementos são utilizados para reivindicar o pertencimento ao *Deutschtum* e à história comum do povo alemão. A partir deste momento, passo a analisar alguns dos elementos mobilizados pelos descendentes de imigrantes alemães para reivindicar sua origem social alemã.

A reivindicação desta origem social se explicita na narrativa de Alois Kopelke. Ao questionar se ele se considerava um alemão, ele apresenta a seguinte resposta:

**Alois:** Meu nome, meu nome é Alois. O Alois é um nome do Norditalien. Do Norditalien. Mas eu tenho hoje ainda pelo meu nome...

**Otília:** O sobrenome.

**Alois:** Pelo sobrenome, 144 Kopelkes registrados em telefone na Alemanha. Na Alemanha não, na Polônia.

**Otília:** Da onde surgiu o nome Kopelke? Isso era uma montanha que lá na Alemanha se chamava Kopelberg.

**Alois:** Dali veio o meu nome. No ano mil, mil duzentos e trinta e dois, já tenho registros lá da Alemanha em nome Kopelke, Kopelberg!

**Otília:** Ele tem primos morando lá na Alemanha também...

Vemos que Alois busca sua origem social por meio da história do seu nome e sobrenome. A menção às raízes do nome da família é bastante comum na tentativa dos descendentes de alemães em reconstituir seus laços com a pátria de origem, e a narrativa de Alois é exemplar neste sentido. Para fundamentar sua narrativa, ele apresenta dados e datas históricas, visando comprovar a autenticidade de seus argumentos. Ao ser questionado se era alemão, Alois aponta suas origens sociais relacionadas a países europeus como Itália, Polônia e Alemanha. Acaba optando pela origem alemã, visto que seu nome é uma referência a uma montanha localizada na Alemanha, além de possuir vínculos com familiares que residem neste país. O mais significativo, no entanto, é que em nenhum momento Alois cogita a possibilidade de não possuir uma origem social *distinta* da brasileira. Em outras palavras, ele precisa justificar e especificar sua origem *européia*, mas toma como dado o fato de possuir uma origem social que não se restringe à sua identidade brasileira.

A esposa de Alois menciona as relações de parentesco com familiares que residem na Alemanha, tentando reconstruir os laços de uma identidade nacional por meio dos laços familiares. Neste sentido, medalhas, fotos, documentos e outros *mementos* relacionados ao passado da família – e espalhados pelas paredes da casa de Alois – são importantes para comprovar o vínculo a uma família de origem alemã<sup>83</sup>. Assim, a pertença a uma família alemã serve à reivindicação de uma origem social e de uma identidade relacionadas à Alemanha.

Outro elemento mobilizado na reconstituição dos laços com a Alemanha é a menção ao pioneirismo dos antepassados alemães. Assim, diferentemente dos descendentes analisados por Woortmann (2000) – que procuram apagar as referências aos tempos da colonização e ao trabalho na agricultura –, é central à memória e à identidade dos meus entrevistados a reivindicação de um passado relacionado à fundação das cidades e à colonização. Note-se que nos trechos das entrevistas de Max Will e Carl Mohrmann supracitados, a negação do estigma do nazismo vem diretamente associada à afirmação da importância dos alemães para o desenvolvimento das colônias no Brasil<sup>84</sup>. No caso de Alois Kopelke, como argumentei<sup>85</sup>, a sua legitimidade enquanto porta-voz se fundamenta na herança privilegiada do protagonismo histórico de seu avô durante os tempos da colonização.

Nas memórias que analisei, a imagem do pioneirismo e da contribuição dos alemães para a fundação das cidades é constantemente evocada. As narrativas dos descendentes de alemães enaltecem o trabalho – na agricultura e na indústria – e o progresso trazido pelos imigrantes. Assim, vemos uma apropriação de determinadas características definidores do *Deutschtum*, por meio da idealização de uma imagem específica do alemão, notadamente ascético e orientado pela ética do trabalho.

Ao mencionar o papel dos imigrantes alemães para a fundação das colônias e para o progresso brasileiro, os entrevistados reivindicam um passado e uma origem social. Foram alemães – portadores de um *Deutschtum* ascético e trabalhador – os responsáveis pela fundação e pelo desenvolvimento de várias cidades brasileiras. Os descendentes de

---

<sup>83</sup> Neste sentido, explica-se também o resgate de brasões familiares pelos descendentes de alemães, como uma tentativa de enobrecimento das origens sociais. (WOORTMANN, 2000).

<sup>84</sup> “[...] se não fosse os alemão, que que tinha aqui, né?”. (MOHRMANN, Carl. Entrevista citada).

<sup>85</sup> Ver p. 24.

alemães continuaram os esforços e realizações de seus antepassados, por meio da execução de uma ética do trabalho herdada desses antepassados imigrantes. Assim, além de servir à reivindicação e apropriação do *Deutschtum*, o enaltecimento do pioneirismo e da colonização nos serve para identificar uma espécie de ritual de passagem entre a Alemanha e o Brasil. O progresso e o trabalho árduo foram introduzidos nas colônias pelos imigrantes alemães, mas foram seus descendentes – brasileiros, mas também alemães – que deram prosseguimento e concretizaram os esforços de seus antepassados.

Portanto, o enaltecimento do trabalho dos imigrantes – e sua continuidade por parte dos descendentes – opera uma articulação entre as identidades brasileira e alemã, permitindo uma negociação da ambivalência da “identidade teuto-brasileira”. É muito importante termos em mente que a busca por uma origem social alemã não implica uma negação da “brasilidade” destes descendentes de imigrantes.

Vejam o trecho da entrevista de Max Will, quando o entrevistado atestava a inocência dos alemães no Brasil em relação ao regime nazista:

**Max:** E aí depois surgiu a guerra, e nós aqui no Brasil somo inocente. Nós... O pai fez o juramento da bandeira, né. Ele era nacionalizado aqui no Brasil. Ele não era alemão. Ele trabalhou aqui, ele deu o pão pra muitos, ele era industrial.

Esta narrativa expressa a interessante ambivalência entre “ser brasileiro” e “ser alemão”. A identidade construída pelos descendentes de alemães não é estática ou unívoca. Ao narrar suas memórias sobre a colonização, os entrevistados definem-se como membros de uma comunidade de descendentes de alemães, reivindicando uma identidade e uma origem social alemã. Os “alemães”, na memória coletiva construída pelos descendentes de imigrantes, adquirem um sentido de “nós”. Por outro lado, os entrevistados também se identificam como brasileiros: viveram e trabalharam no Brasil, e contribuíram para a consolidação das primeiras cidades, da agricultura e da indústria. Apesar de muitas vezes referirem-se – no contexto das memórias aqui narradas – aos brasileiros como “eles”, é visível que os entrevistados reivindicam também esta identidade.

Na entrevista com Max Will, por exemplo, ele chega ao ponto de afirmar que seu pai não era alemão, já que havia feito o juramento da bandeira; depois, irá comentar a dificuldade de seguir uma lei que proibia falar alemão, já que os moradores de Agrolândia à época eram

todos “alemães”. Sua identidade é, assim, dupla, ambivalente, e definida em função do lugar de enunciação em que se situa e do contexto da história narrada. Por meio de um devir, brasilidade e germanismo operam como dois polos de uma zona de vizinhança e de co-presença, que se tornam indiscerníveis e contribuem para a construção de uma identidade teuto-brasileira que é constantemente transformada e ressignificada.

## POSFÁCIO

Este posfácio tem por objetivo apresentar algumas ponderações finais, retomando e problematizando algumas das ideias desenvolvidas no decorrer do trabalho. Irei expor aqui as principais críticas arguidas ao trabalho durante a banca de defesa<sup>86</sup>, procurando respondê-las e problematizá-las, no intuito de refinar algumas das ideias e análises desenvolvidas nesta pesquisa. Assim, este posfácio irá indicar algumas lacunas da pesquisa a serem preenchidas e contempladas no futuro, além de tópicos pertinentes para o desenvolvimento de novos estudos.

Uma das principais problematizações efetuadas a este trabalho girou em torno da utilização da noção deleuziana de devir. Como foi argumentado pela banca, a memória é uma unidade da experiência humana que envolve necessariamente as noções de tempo e de verdade; os agentes sociais, em busca de coerência e de autenticidade histórica, produzem narrativas que operam reconstituições parciais e específicas da história, determinadas pela experiência humana no tempo. Neste sentido, o devir é necessariamente um apanágio da memória. A sua utilização como categoria central de análise pode acabar ofuscando outros conceitos importantes, como a noção de “acontecimento”. Além disso, a concepção deleuziana de história não estabelece claramente as fronteiras entre a experiência histórica (a “história ontológica”) e a disciplina científica (a “história epistemológica”). Esta limitação teórica reflete-se neste trabalho em determinados momentos.

Esta pesquisa não mobilizou de forma abrangente uma bibliografia relacionada especificamente à questão da memória. Durante a graduação, não tive a oportunidade de fazer uma discussão sistemática de uma bibliografia sobre a memória, tema pouco estudado e debatido no curso de ciências sociais da UFSC. Teria sido proveitosa, especialmente, uma discussão com os trabalhos de Paul Ricoeur sobre a memória<sup>87</sup>, além da incorporação das categorias de tempo e narrativa formuladas pelo autor, que poderiam ser perfeitamente articuladas à discussão sobre o devir. Neste sentido, explica-se em parte a recorrência

---

<sup>86</sup> Cabe agradecer, novamente, à professora Letícia Borges Nedel e ao professor Jacques Mick, pela leitura acurada deste trabalho e pelas críticas valiosas apresentadas, que serão objeto de escrutínio daqui em diante. A maior parte das ideias aqui esboçadas é de autoria destes professores, sendo complementadas e estendidas por mim.

<sup>87</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

a autores da filosofia – como Deleuze, Santo Agostinho e Kant – para a fundamentação teórica do trabalho. Considero o diálogo com a filosofia um mérito do trabalho, especialmente por colocar em interlocução autores da tradição e autores pós-estruturalistas – muitas vezes negligenciados e mal vistos pela academia, como é o caso de Deleuze. Este diálogo produtivo entre filosofia, sociologia e história não exime, no entanto, a necessidade de uma imersão mais profunda no campo de estudos sobre a memória.

Apesar das críticas apresentadas, considero um ponto positivo do trabalho a utilização da noção deleuziana de devir para a análise do fenômeno da memória. Ao mobilizar a filosofia deleuziana para a análise de fontes de pesquisa, foi possível constatar a influência das mediações sociais no processo do devir. Em outras palavras, verificou-se que o devir se ajusta à experiência e às estruturantes sociais. Esta reflexão, no entanto, é esboçada apenas no início do texto, e suas implicações acabam não sendo completamente exploradas. Assim, seria pertinente analisar como o devir – e suas expressões teórico-filosóficas – ajustam-se às dinâmicas e às mediações sociais, o que tornaria mais robusto o empreendimento de sociologização de Deleuze proposto pela pesquisa.

Uma das prerrogativas deste trabalho foi superar as separações ontologizadas que marcam a análise sociológica e histórica, como as polarizações entre presente e passado, memória e história, indivíduo e sociedade, agência e estrutura, etc. Apesar de todo o esforço dispendido, deve-se reconhecer que tais polarizações – ainda que problematizadas e rejeitadas – estão presentes na análise e na terminologia empregada. A própria noção de inexatidão da memória – mesmo sendo relativizada, definida como uma das dimensões da “aporia da memória” –, não é de todo adequada por carregar inerentemente uma carga positivista, polarizando a memória em termos de fato e ficção. Assim, resta aos futuros trabalhos a tarefa desafiadora de formular uma terminologia mais adequada e sofisticada, que possibilite a análise dos processos da memória superando as polarizações entre inexatidão e verdade, fato e ficção, e memória e história.

Para a continuidade da pesquisa, será muito válida uma problematização sobre a noção de “dever de memória”. O termo, de origem francesa, tem uma gênese recente que remonta ao final dos anos 90, em um contexto de juridicalização da memória. A noção de dever

de memória envolve uma obrigação e um desejo de reparação histórica<sup>88</sup> por parte dos agentes sociais. Articulado a esta discussão, seria oportuno ainda um olhar sobre a política catarinense, especialmente nos anos 50, período que marca a ascensão de teuto-brasileiros a cargos políticos no estado. Neste sentido, cabe uma reflexão cuidadosa sobre a tensão local entre as famílias Konder e Ramos – ponto mencionado brevemente neste trabalho (p.103), e que explica em parte os motivos da perseguição mais violenta aos teuto-brasileiros ocorrida em Santa Catarina, se comparada ao Rio Grande do Sul –, e sobre o sistema de delações que transformava inimizades pessoais e divergências políticas em questões de segurança nacional. A partir dos anos 50, o tema das campanhas de nacionalização é colocado em pauta no debate público catarinense por parte dos teuto-brasileiros. As políticas de perseguição do Estado Novo que vitimizaram os imigrantes e descendentes de alemães são consideradas despropositas e injustas, e acabaram ferindo a “honra do imigrante” – o discurso e a autoimagem do imigrante como um agente civilizador e introdutor do progresso nas colônias<sup>89</sup>. Neste sentido, a memória sobre as campanhas de nacionalização é motivada por um *dever de memória*, que envolve o desejo de reparação histórica por parte dos imigrantes e descendentes de alemães no estado.

Deve-se pontuar que, ao contrário do que expus na introdução, não trabalhei propriamente com a metodologia de histórias de vida na pesquisa. As primeiras entrevistas datadas de 2012 são, sobretudo, entrevistas temáticas, focadas nos temas da perseguição e da estigmatização social e nos impactos das campanhas de nacionalização nas comunidades de imigrantes e descendentes de alemães – visto que, à

---

<sup>88</sup> A questão da reparação em função da perseguição e das violências sofridas durante o Estado Novo, já havia sido apontada como um tema interessante e um possível objeto de pesquisa pela professora Letícia Nedel à época da qualificação do meu projeto de pesquisa.

<sup>89</sup> Esta imagem do imigrante como um agente civilizador está necessariamente associada às representações sobre o pioneirismo dos imigrantes alemães nas colônias. Neste sentido, explica-se um dos momentos da entrevista com Alois Kopelke. O entrevistado relatava que seu avô foi um dos primeiros homens a chegar ao bairro da Bela Aliança, em Rio do Sul. Neste momento, eu questiono se o local não era habitado previamente por indígenas. A pergunta se mostrou inesperada e até mesmo estranha, fora da lógica argumentativa habitual do entrevistado. Em sequência, a menção aos índios resumiu-se apenas a algumas anedotas que demonstravam a desimportância dos nativos para a história da localidade.

época, este era o objeto de análise do trabalho<sup>90</sup>. Isto implicou em um levantamento limitado de informações sobre as histórias de vida dos entrevistados e dos personagens evocados nas suas memórias. A entrevista mais próxima da utilização da metodologia de histórias de vida foi a de Irene, pois a lacuna de informações da entrevista foi compensada com base em dados biográficos – de membros da família e, principalmente, de seu fundador Ludwig Böelling. Isto foi possível, basicamente, pela possibilidade de acesso a esses dados, que compõem a história da minha própria família. No tocante aos demais entrevistados, não foi possível preencher esta lacuna biográfica, o que implica em uma assimetria na enunciação de certos entrevistados se comparada à enunciação dos personagens da família. Assim, será imperioso nas futuras entrevistas levantar um maior volume de informações sobre a trajetória dos entrevistados e dos personagens que evocam em suas memórias.

A entrevista com Alois Kopelke – realizada em 2013 e, portanto, mais recente –, embora ainda não contemple de forma satisfatória a história de vida do entrevistado, é enunciada por meio de uma narrativa etnográfica mais sofisticada, se comparada à enunciação das demais entrevistas. Assim, teria sido adequado enriquecer a narrativa etnográfica na apresentação de todos os entrevistados, tal como foi realizado com Alois. Na entrevista com Alois, as informações mais relevantes foram fornecidas pelo entrevistado em um momento anterior à entrevista “formal”, durante a chegada e introdução à sua residência, o que explica a narrativa etnográfica mais bem elaborada. As ações de Alois são ritualizadas – quando se senta na cadeira que seu avô sentava, quando comenta sobre os pássaros de seu avô – e possivelmente foram repetidas muitas vezes a outros ouvintes. Assim, um passo complementar à narrativa etnográfica de Alois seria a problematização sobre a leitura que o entrevistado faz do entrevistador – se me vê como um sociólogo, um descendente de alemão, um mediador das memórias, um mensageiro, um agente oficial, etc. Em outras palavras, além de analisar os entrevistados, teria sido interessante refletir sobre como os sujeitos de pesquisa interpretaram o pesquisador, que se propunha a levar suas memórias – pessoais, familiares e coletivas – para o espaço consagrado da universidade. Isto seria relevante, especialmente, pois a

---

<sup>90</sup> Assim, explica-se também a ausência de uma problematização sobre de que forma a questão do nazismo e das campanhas de nacionalização do Estado Novo são evocadas nas entrevistas, visto que elas *eram* o foco das entrevistas.

imagem associada ao pesquisador varia de entrevistado para entrevistado, e acaba influenciando a construção das memórias.

A transmissão de documentos familiares é outro fenômeno ritualizado. Identificar os elementos simbólicos envolvidos na transmissão dos documentos que recebi de minha avó Irene, possibilitaria uma problematização sobre o duplo lugar do pesquisador, lançando luz sobre as imbricações entre o papel de pesquisador – a quem se concede acesso a um acervo pessoal – e o papel de nativo – um membro da família a quem se atribui a tarefa e o fardo<sup>91</sup> de preservar o acervo e a memória da família<sup>92</sup>.

A tese da incorporação do estigma foi bastante criticada durante a defesa do trabalho. Os membros da banca têm razão ao apontar que a perseguição política aos teuto-brasileiros – que feriu a “honra do imigrante”, e que fundamenta o discurso de vitimização e o dever de memória no tocante às campanhas de nacionalização – é um fator mais relevante e explicativo no contexto geral dos descendentes de imigrantes do que o estigma do nazismo. Deve-se sublinhar que minha tese da incorporação do estigma serve para explicar apenas *uma memória específica*, a de minha avó Irene. É por isto que o sétimo capítulo deste trabalho irá demonstrar também a rejeição do estigma do nazismo por parte de outros entrevistados – como Max Will e Carl Mohrmann –, questão crucial para a busca de uma origem social alemã específica (ver p.108 *et seq.*).

Além disso, a banca tem razão ao apontar que o discurso dos teuto-brasileiros – que evoca elementos como a “ética do trabalho” e a “honra do imigrante” – é um discurso estabelecido, e não *outsider*. No entanto, é inegável que no contexto do Estado Novo os imigrantes foram estigmatizados, relegados a uma posição de inferioridade social. Neste sentido, ainda que o discurso dos descendentes de alemães seja “estabelecido”, e ainda que estes ocupem atualmente posições de proeminência na hierarquia social, a utilização da figuração estabelecidos-*outsiders* é bastante pertinente, desde que relativizada e

---

<sup>91</sup> Pode-se falar perfeitamente em “fardo da memória”, especialmente se considerarmos que a memória familiar envolve temas tão delicados, como a questão nazismo.

<sup>92</sup> No tocante aos documentos da família Böelling, uma discussão sobre cultura material e acervos se mostra muito oportuna.

problematizada<sup>93</sup>. Mais relevante para o trabalho, no entanto, do que definir se e quando os alemães são estabelecidos ou *outsiders*, é a valiosa ideia da incorporação do estigma formulada por Elias e Scotson (2000).

Eu continuo defendendo a ideia de que minha avó Irene incorporou uma imagem associada ao imigrante alemão no período, a do teuto-brasileiro nazista. O fato de ela possuir os documentos relacionados ao passado militar de Ludwig junto à Schutztruppe, e ainda assim afirmar que ele foi um soldado nazista, atesta um processo de introjeção de estruturas e discursos disseminados durante o período do Estado Novo.

Minha tese da incorporação do estigma parte, obviamente, da ideia de que o nazismo é um estigma. A banca questionou, de forma pertinente, se o nazismo é considerado um *estigma* por parte dos sujeitos de pesquisa. Apesar de Irene ter incorporado estruturas sociais e discursivas, talvez a imagem do teuto-brasileiro nazista não seja um estigma para minha avó. Um dos referências importantes da pesquisa é a ideia da inenarrabilidade de experiências extremas. No entanto, a suposta associação de Ludwig ao nazismo é narrada por Irene, e acaba sendo mobilizada em sua narrativa. Assim, é possível que o nazismo não seja um estigma ou uma fonte de vergonha para a entrevistada.

A crítica da banca tem fundamento ao afirmar que talvez a ideia de que o nazismo seja um estigma envolva a *minha* concepção de nazismo, e não a dos entrevistados. Assim, o que defino como nazismo não seria necessariamente o mesmo que minha avó entende por nazismo, e a transformação de meu bisavô Ludwig em um nazista por Irene possivelmente possui um sentido diferente para ela e para mim. Desta forma, seria pertinente explorar os sentidos associados ao termo “nazismo”, e problematizar as distintas definições do que se entende por “ser nazista”<sup>94</sup>. Como foi argumentado pela banca, ao problematizar os

---

<sup>93</sup> A relativização e problematização sobre a apropriação da figuração estabelecidos-*outsiders*, e as oscilações dos teuto-brasileiros entre os polos estabelecido e *outsider*, estão esboçadas nas p.100-1.

<sup>94</sup> No capítulo 7, eu discuto brevemente dois sentidos distintos de envolvimento com o nazismo, com base nas ideias de René Gertz (1987). O autor distingue a simpatia ideológica do apoio político concreto. Segundo o autor, apesar de ter havido um fascínio com o nazismo por parte dos teuto-brasileiros, isso não se transformou em apoio/organização partidária (ver p.97). Deve-se pontuar ainda que a “simpatia” com o nazismo não se limitou aos teuto-brasileiros, mas influenciou políticos e instituições brasileiras à época.

diferentes sentidos associados ao nazismo, é possível até mesmo chegar à conclusão de que – apesar de ter imigrado para o Brasil em 1924 e ter servido na Schutztruppe, e não na Wehrmacht – meu bisavô possa ter sido um nazista, especialmente se considerarmos as eventuais influências que os materiais apologéticos e a narrativa fantástica e perturbadora da carta de 1938 podem ter exercido sobre Ludwig (ver capítulo 5)<sup>95</sup>.

A questão do nazismo não foi suficientemente abordada nas entrevistas, o que limita as possibilidades de discussão sobre as formas de representação deste regime político-ideológico e histórico por parte dos entrevistados. Se a ficção – isto é, a memória ficcional – é uma narrativa, seria interessante ter explorado de que forma os entrevistados mobilizam o nazismo em suas memórias, buscando identificar o que eles têm a dizer sobre o tema. No caso de Irene – a quem se direciona a tese da incorporação do “estigma” –, em determinados momentos a entrevistada relativiza o estigma associado ao nazismo, questionando a ideia de que esta ideologia seja a encarnação pura da “maldade” e da “crueldade”. Estas questões, no entanto, acabaram não sendo exploradas neste trabalho.

Como foi exposto na introdução, este trabalho paulatinamente distanciou-se da discussão sobre a questão da identidade, optando por uma discussão sobre a memória, que se mostrou mais profícua em função das fontes de pesquisa produzidas. No entanto, como argumentei, tais categorias são indissociáveis. Neste sentido, em certos momentos procura-se explorar uma discussão sobre a “identidade alemã” construída pelos agentes sociais. Este é um tema deveras interessante, que deve ser expandido e explorado nos estudos subsequentes. Além disso, incorporar a discussão a respeito dos discursos sobre a nacionalidade brasileira pode ser produtivo, visando elucidar os impactos das imagens sobre a “brasilidade” nas memórias construídas pelos teuto-brasileiros. Poucos estudos a respeito dos discursos da “identidade nacional brasileira” envolvem uma discussão sobre a questão da memória, o que pode representar uma intersecção interessante e profícua.

A construção desta “identidade teuto-brasileira” envolve processos de celebração e renovação do pertencimento a tal identidade, que visam à reconstituição dos laços com uma Alemanha e um passado nostálgicos. As diversas festas étnicas em Santa Catarina são um

---

<sup>95</sup> Nesta linha argumentativa, “ser nazista” é ter simpatizado com o regime em um contexto histórico específico, o que eu particularmente discordo.

exemplo deste processo. Mais interessante, ainda, é a questão do futebol. Recentemente, observamos em Santa Catarina a celebração da vitória da Seleção Alemã de Futebol na Copa do Mundo do Brasil. O futebol, este símbolo nacional de “brasilidade” – uma exaltação do corpo, em oposição à exaltação do espírito, que representaria o germanismo – é um elemento reivindicado na construção da identidade teuto-brasileira. Os descendentes de alemães torcem primeiramente para a seleção brasileira, mas também para a seleção alemã, o que explicita os processos de negociação dessa identidade ambivalente <sup>96</sup>. Representações sobre a questão do futebol no contexto das comunidades de imigrantes e descendentes de alemães podem ser verificadas no cinema <sup>97</sup>, e são frequentemente evocadas pelos teuto-brasileiros. O futebol é uma questão muito interessante e pouco estudada no contexto dos teuto-brasileiros, e um tema pertinente para o desenvolvimento de novos estudos.

---

<sup>96</sup> No documentário *Walachai*, de Rejane Zilles, um dos personagens afirma que, quando o Brasil enfrenta a Alemanha em uma partida de futebol, ele torce pela seleção brasileira.

<sup>97</sup> Como no clássico *Aleluia, Gretchen*, de Sylvio Back, que em uma cena emblemática e poética, ficcionaliza membros de uma juventude hitlerista brasileira jogando futebol nus em meio à natureza dos trópicos.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA

ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. **Agrolândia: de Trombudo Alto aos nossos tempos**. 2. ed. Itajaí: S&T Editores / Prefeitura Municipal de Agrolândia, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGOSTINHO, Santo. O Homem e o Tempo. In: \_\_\_\_\_. **Confissões**. 9. ed. São Paulo: Apostolado da Imprensa, 1977. p.291-321.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, v.14, 1995, p.125-136.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Ed.70, 2005.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BARBOSA, Márcia Fagundes. **Imagens nacionais e relações de poder nas narrativas da imigração alemã em Santa Catarina**. 2009. 224f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura. Florianópolis, SC.

BECK, Paul. The Colonial Wars of Imperial Germany. **Savage and Soldier**, v. XXII, n.1, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.savageandsoldier.com/articles/africa/GermanWars.html>>. Acesso em: 04 Abr. 2014.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAMPOS, Cynthia Machado. Falar alemão, falar português. **Esboços**, Florianópolis, v.10, n.10, 2002, p.63-81. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/388/985> >.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Pesquisa *em* versus pesquisa *com* seres humanos. In: VÍCTORA, C.; et. al. (Orgs.). **Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004. p.33-44.

CURSON, Peter. **Border Conflicts in a German African Colony: Jakob Morengo and the Untold Tragedy of Edward Presgrave**. Suffolk – Inglaterra: Arena Books, 2012.

DALMÁZ, Mateus. **A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. In: \_\_\_\_\_. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34, 1997. p.11-16.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: Para uma literatura menor**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997. v.4.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DIETRICH, Ana Maria. **Caça às suásticas: O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Fapesp, 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v.1.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra:** cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina. 2002. 392f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC.

FELDMAN, Matt. The Anschluss. In: BLAMIRE, Cyprian P.; JACKSON, Paul (Edts.). **World Fascism:** a historical encyclopedia. ABC-CLIO: California – EUA, 2006. v.1, p.34-5.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. **Locus:** revista de história, Juiz de Fora, v.15, n.1, 2009, p.171-187.

GERTZ, René Ernaini. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. **Textos de História,** Brasília, v.16, n.2, 2008, p.119-149. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/946/613>>.

\_\_\_\_\_. **O fascismo no sul do Brasil:** germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GRANGEIRO, Cândido Domingues. As Artes de um Negócio: no Mundo da Técnica Fotográfica do Século XIX. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v.18, n.35, 1998, p.185-205. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000100008>>.

GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. **Saemtliche Werke von Brüder Grimm**. Delphi Classics: eBook, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HIPOCORÍSTICO. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p.1051.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence O. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JUNGES, Leandro S. Histórias de torturas e humilhações: Tratados como “quinta-coluna”, descendentes de europeus eram obrigados a beber óleo no Alto Vale. **Jornal A Notícia**, Joinville, 15 Set. 2003. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2003/set/15/0ger.htm>>. Acesso em: 22 Set. 2013.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p.525-541.

LEPAGE, Jean-Denis. **Hitler Youth, 1922-1945: an illustrated history**. McFarland: North Carolina – EUA, 2008.

LIMA, Luiz Costa. História. Ficção. Literatura. **Revista Eutomia**, a.1, n.1, Jul. 2008, p.167-176. Disponível em: <[http://www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano1-Volume1/especial-destaques/Historia-Ficcao-Literatura\\_Luiz-Costa-Lima.pdf](http://www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano1-Volume1/especial-destaques/Historia-Ficcao-Literatura_Luiz-Costa-Lima.pdf)>.

LIMA, Marcos Eduardo Rocha. **Três Esquizos Literários: Antonin Artaud, Raymond Roussel e Jean-Pierre Brisset**. Porto Alegre: Sulina / Editora da UFRGS, 2010.

MARQUES, Davina. Devir em “Meu tio o Iauaretê”: um diálogo Deleuze-Rosa. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL – COLE, 16., 2007, Campinas, SP – Faculdade de Educação (Unicamp). **Anais eletrônicos...** Campinas, SP: ALB, 2007. Disponível em: <[http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais16/sem14pdf/sm14ss04\\_07.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem14pdf/sm14ss04_07.pdf)>. Acesso em: 20 Ago. 2013.

MORGO. In: MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia melhoramentos, 1998. p.1413.

MUSS i denn, muss i denn zum Städtele naus. Edition A: Friedrich Silcher 1827. 2011. In: POPULÄRE und traditionelle Lieder. Historisch-kritisches Liederlexikon. Für das Deutsche Volksliedarchiv. Disponível em: <[http://www.liederlexikon.de/lieder/muss\\_i\\_denn\\_zum\\_staedele\\_hinaus/editiona/?searchterm=muss%20i%20den](http://www.liederlexikon.de/lieder/muss_i_denn_zum_staedele_hinaus/editiona/?searchterm=muss%20i%20den)>. Acesso em: 06 Mar. de 2014.

NAMÍBIA. In: ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1995. v.15, p.8000-2.

NARLOCH, Leandro. Nazismo: Eles estão entre nós. **Revista Aventuras na História:** Para Aventuras no Tempo, 1 Mar. 2006. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/nazismo-eles-estao-nos-434592.shtml>>. Acesso em: 20 Set. 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História** (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP), São Paulo, n.10, Dez. 1993, p.7-28. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>.

OLUSOGA, David; ERICHSEN, Casper W. **The Kaiser’s Holocaust: Germany’s Forgotten Genocide and the Colonial Roots of Nazism.** London – Inglaterra: Faber & Faber, 2010.

PATEL, Kiran. The Labor Service. In: BLAMIRE, Cyprian P.; JACKSON, Paul (Edts.). **World Fascism: a historical encyclopedia**. ABC-CLIO: California – EUA, 2006. v.1, p.372-3.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p. 200-212.

ROCHA, Simone. O Poder da Linguagem na Era Vargas: O Abrasileiramento do Imigrante. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL – CELSUL, 6., 2006, Florianópolis, SC – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). MIOTO, Carlos et. al. (Orgs.). **Anais eletrônicos...** Florianópolis, SC: Celsul, 2006. Disponível em: <<http://www.celsul.org.br/Encontros/06/Individuais/124.pdf>>. Acesso em: 20 Set. 2013.

ROSEMAN, Mark. Memória sobrevivente: verdade e inexatidão nos depoimentos sobre o holocausto. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getulio Vargas, 2000. p.123-134.

SCHALLER, Dominik J.. From Conquest to Genocide: Colonial Rule in German Southwest Africa and German East Africa. In: MOSES, A. Dirk (Org.). **Empire, Colony, Genocide: Conquest, Occupation, and Subaltern Resistance in World History**. New York – EUA: Berghahn Books, 2008. p.296-324.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a história, a memória, e o esquecimento. IN: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, Memória, Literatura: O Testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: Editora UNICAMP, 2003. p.59-88.

SEYFERTH, Giralda. O Regionalismo da Tradição na Perspectiva Nacionalista: a Identidade Regional Segundo Gilberto Freyre. In: QUINTAS, Fátima (Org.). **Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos**, 2000, Recife. **Anais...** Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000. p.180-186.

SOUTH WEST African Landespolizei Sergeant. [s.d.]. Disponível em: <<http://s400910952.websitehome.co.uk/germancolonialuniforms/uniformphotos%20dswa%20LP%20bursig.htm>>. Acesso em: 25 Nov. 2013.

TESTONI, Alberto. Presos Políticos do Estado Novo e o Direito à Anistia e à Reparação pelos Danos Sofridos. **Revista Persona**, Argentina, n. 62, Fev. 2007. Disponível em: <[http://www.revistapersona.com.ar/Persona62/62Testoni.htm#\\_ftn1](http://www.revistapersona.com.ar/Persona62/62Testoni.htm#_ftn1)>.

TONCHI, Victor L.; LINDEKE, William A.; GROTPETER, John J.. German Rule in South West Africa; Schutztruppen. In: \_\_\_\_\_. **Historical Dictionary of Namibia**. 2. ed. Maryland – EUA: ScareCrow Press, 2012. p.141-4; 382-3.

VASCONCELLOS, Jorge. A ontologia do devir de Gilles Deleuze. **Kalagatos**, Fortaleza, v.2, n.4, 2005, p. 137-167. Disponível em: <<http://www.uece.br/kalagatos/dmdocuments/V2N4-A-ontologia-do-devir-de-Gilles-Deleuze.pdf>>.

VOIGT, Lucas. “Um voo sobre o ninho dos cucos”: uma análise da loucura considerando suas dimensões psicológica, social e política. **Mosaico Social**, Florianópolis, a.6, n.6, 2012, p.255-270.

WEBER, Max. A Objetividade do Conhecimento nas Ciências e Política Sociais. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Centauro, 2003. p.1-74.

WEISER, Martin. **The Herero War: The First Genocide of the 20th Century?**. Norderstedt – Alemanha: BoD – Books on Demand / GRIN Verlag, 2008.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v.6, n.14, Nov. 2000, p.205-238. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832000001400009&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400009&lang=pt)>.

## ENTREVISTAS

BARG, Irmgard; BARG, Alfredo. [2012]. Entrevista concedida a Lucas Voigt e Ingrid Böelling. Agrolândia – SC, 29 abr. 2012. 2 arquivos .MPG (13 min.).

BÖELLING, Irene. [2012]. Entrevista concedida a Lucas Voigt. Trombudo Central – SC, 28 abr. 2012. 1 arquivo .MPG (22 min.).

HINZ, Hilde. **Imigração e memória da família Böelling**. [2009]. Entrevista concedida a Ingrid Böelling e Lucas Voigt. Braço do Trombudo – SC, 17 jan. 2009. 2 arquivos .MPG (15 min.).

KOPELKE, Alois. [2013]. Entrevista concedida a Lucas Voigt e Ingrid Böelling. Bela Aliança, Rio do Sul – SC, 10 jan. 2013. 3 arquivos .MOV (48 min.).

MOHRMANN, Ingelore Hoeltgebaum; MOHRMANN, Carl Heinz. [2012]. Entrevista concedida a Lucas Voigt e Ingrid Böelling. Trombudo Central – SC, 28 abr. 2012. 1 arquivo .MPG (25 min.).

WILL, Max. [2012]. Entrevista concedida a Lucas Voigt e Ingrid Böelling. Agrolândia – SC, 29 abr. 2012. 1 arquivo .MPG (30 min.).

## DOCUMENTOS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Certidão de Desembarque:** Ludwig Böelling. fl.1, sob a notação BR.AN.RIO.BS.RPV.ENT.16734, integrando o fundo documental SPMAF/Santos. Rio de Janeiro, 2009.

AUTOR desconhecido. [**Carta**]. 9 Abr. de 1938, Kassel, Hessen – Alemanha [para] Ludwig Böelling, Trombudo Alto, SC – Brasil. 2f. Correspondência pessoal relativa a assuntos familiares e questões diversas relacionadas à Alemanha. Acervo particular da família Böelling.

DEUTSCHE KOLONIALGESELLSCHAFT. **Besitzzeugnis (Ludwig Bölling)**. Bremen – Alemanha, 10 Nov. de 1922. Acervo particular da família Böelling.

FÜHRUNGSZEUGNIS (Ludwig Bölling). Windhuk – Deutsch-Südwestafrika (atualmente Namíbia), 31 Jan. de 1909. 2f. Acervo particular da família Böelling.

LIEDERBUCH der Nationalsozialistischen Deutschen Arbeiterpartei, 27ª edição, 1934. Publicado em nome do Diretório do NSDAP por Hans Bajer. P&B: 10,5 x 13,5 cm.

NINK, Fritz. **Windhuk D.S.W. Afrika**. [Entre 1907 e 1914]. 1 foto: P&B, 10,5 x 16,5 cm. Acervo particular da família Böelling.

PFARRER KOCH. [**Carta**]. 21 Jan. de 1910. Ermschwerd, Hessen – Alemanha [para] Reichs-Konialamt / Kommando der Schußtruppen, Berlin – Alemanha. 1f. Solicitação de informações sobre o possível ferimento de Ludwig Böelling. Acervo particular da família Böelling.

POSTKARTE Deutsches Reich: 13 März 1938 / Ein Volk Ein Reich Ein Führer. München, 1938. 1 cartão postal: color.; 10,3 x 14,6 cm.

STURM, Karl. [**Carta**]. 27 Abr. de 1948, Siegen, Westfalen – Alemanha [para] Ludwig Böelling, Trombudo Alto, SC – Brasil. 1f. Correspondência pessoal relativa a assuntos familiares e ao contexto da Alemanha pós-Segunda Guerra. Acervo particular da família Böelling.

## ANEXO A

STURM, Karl. [Carta]. 27 Abr. de 1948, Siegen, Westfalen – Alemanha [para] Ludwig Böelling, Trombudo Alto, SC – Brasil. 1f. Correspondência pessoal relativa a assuntos familiares e ao contexto da Alemanha pós-Segunda Guerra. Acervo particular da família Böelling.

Siegen, den 27. April 1948

Lieber Pate Ludwig !

Du wirst ersteunt sein, wenn Du von mir auch einmal etwas hörst. Ich war kürzlich in Ermschwerd und habe Deine Adresse dort erfahren und will Dir nun ein Lebenszeichen von mir und meiner Familie zukommen lassen.

Es ginge mir bestimmt auch jetzt besser, wenn ich damals mit Dir ausgewandert wäre. So war ich 6 Jahre Soldat und noch 1 Jahr in Gefangenschaft. Meine Frau und 3 Kinder mussten sich in dieser Zeit so schlecht und recht durchs Leben schlagen. - Ich habe 1925 geheiratet. In 2 Jahren habe ich schon Silberhochzeit. Meine Älteste Tochter ist verheiratet und im vorigen Jahr bin ich schon Grossvater geworden.

Hoffentlich wird das Leben hier bald besser. Denn lange kann man dies nicht mehr so mitmachen. Man muss Kilometerweit fahren um sich das Nötige zum Leben zusammen hamstern. Dadurch komme ich jetzt auch öfters alsmal nach Ermschwerd.

Ich wohne in Siegen, wo die Bomben zum grössten Teil auch alles zerstört haben. Hier bin ich in einem kleinen Betrieb als Meister tätig. Daß Mutter 1931 schon gestorben ist, wirst Du ja inzwischen von den Ermschwerder erfahren haben. Vater ist ja auch schon alt, aber es geht ihm gesundheitlich noch ganz gut.

Gerne will ich hoffen, dass es Dir und den Deinendort auch gut geht und Du noch gesund und rüstig bist. Deine Kinder sind doch schon alle gross und verheiratet, was machen die alle ? - Lieber Onkel Ludwig, ich wäre sehr froh, wenn ich von Dir auch einmal etwas hören würde, was Du noch machst. Auch liegt es durchaus nicht in meiner Art zu betteln, aber die heutige Not zwingt einem bestimmt dazu. Denn mit der Bekleidung ist es genau so schlimm wie mit den Lebensmitteln. Man hat die ganzen Jahre nichts hinzubekommen, die Kinder sind aus allem raus gewachsen. Es ist ganz furchtbar. Deswegen möchte ich Dich bitten, wenn Du, Deine Verwandten oder Bekannten einmal etwas abgetragene Kleidung, Schuhwerk oder sonstiges übrig habt, mir doch einmal etwas zu schicken. Ich und meine Familie wüssten nicht, wie wir uns über jede Kleinigkeit freuen sollten. Meine Frau, die sich in Nöhen sehr gut helfen kann, würde auch aus dem ältesten Stück noch etwas Brauchbares zusammen nähen.

In der Hoffnung, recht bald einmal etwas von Dir und den Deinen zu hören, grüsst Dich recht herzlich aus der Heimat

*Karl Sturm*

Karl Sturm, Siegen/Westfalen, Biedenkopf Strasse 3  
Britische Besatzungszone

## ANEXO B

AUTOR desconhecido. [Carta]. 9 Abr. de 1938, Kassel, Hessen – Alemanha [para] Ludwig Böelling, Trombudo Alto, SC – Brasil. 2f. Correspondência pessoal relativa a assuntos familiares e questões diversas relacionadas à Alemanha. Acervo particular da família Böelling.

Kassel, den 9. <sup>April</sup> ~~März~~ 1938.  
Am Tage des Grossdeutschen Reichs.

Lieber Volksbruder aus dem Ausland!

Ihren an meinen Sohn Wolfgang gerichteten Brief habe ich geöffnet, da unser Junge nun schon vom Elternhause abwesend ist. Ihr Brief hat bei meiner Frau und mir grosse Freude und grosses Interesse erregt. Sie sehen es schon daran, dass ich Ihnen postwendend Antwort schreibe.

Anfang des Monats März hat mein Sohnabitur an dem Hermann Göring Gymnasium gemacht, in dieser Woche, am Dienstag, ist er schon zum Arbeitsdienst eingerückt. Er ist in die Rhön zur Arbeitsdienstabteilung 1/224 nach Poppenhausen gekommen. Er ist unser Einziger, und es ist seitdem einsam in unserm Hause geworden. Aber wir haben ihn gern als Soldaten zum grossen Arbeitswerk unserer Führer hingegeben. Es waren Tausend junge Leute, die mit ihm an diesem Tage ausrückten, alle aus Kassel und der nächsten Umgebung, 16 grosse Personenwagen fasste der Zug, lauter junges, fröhliches Volk. Die Kapelle des Arbeitsdienstes stand auf dem Bahnsteig und spielte schneidige Märsche. Als der Zug sich in Bewegung setzte, intonierte die Kapelle, Mussi denn, mussi denn zum Städtelein hinaus. Das werden ihnen wohl als alter Afrikaner keine unbekannt Klänge sein! Es gefällt ihm gut. Die Jungen sind in der Rhön zum Aufbauwerk eingesetzt. Sie entsteinen die grossen Weidpläne der Rhön, viele Tausend Morgen sind auf diese Weise schon der Viehzucht nutzbar gemacht worden, und helfen uns, unabhängig zu machen in der Lebensmittelversorgung. Dann bauen sie Wege, legen Bachläufe gerade, entwässern Wiesen und Ackerländer, kurzum lauter Arbeiten, die Ihnen als Farmer nicht unbekannt sein dürften. So stehen fast 300 deutsche Jungen im Dienste des Spatens und helfen, auch das letzte Stück ackerfähigen Bodens dem deutschen ~~Volke~~ Volk wiederzugeben. Hoch und niedrig stehen zusammen in gemeinsamer Arbeit, lernen die Arbeit der Faust kennen, lernen den Wert gemeinsamer Arbeit, lernen sich gegenseitig verstehen und schätzen. Ja, es ist ganz, ganz anders geworden in unserm Vaterland. Es ist wie ein Märchen, das über uns gekommen in unserm Vaterland. Es wird Deutschland wiedererkennen, so schön ist unser Vaterland nach schweren Jahren der Schmach und Not. Der Führer hatte seinen alten Lehrer aus Linz zu einem achttägigen Besuch eingeladen. Der alte Herr hat es nur vier Tage in Berlin ausgehalten, so viele Eindrücke waren auf ihn eingestürzt.

Eben ist unser Rundfunk auf Wien eingestellt. Die grosse Feier am Vortage der Abstimmung wird übertragen. Was seit dem 12. März sich ereignete, das kann man garnicht in Worte fassen. Wir haben immer zwischen Lachen und Weinen gelebt. Und dann dieser Stolz, dieses Gefühl unbedingter Sicherheit. Ich lag in der fraglichen Freitagnacht schon zu Bett, als unser Junge von seiner Schulabschiedsfeier nach Mitternacht wiederkehrte. Vater, steh' auf, unsere Truppen marschieren über die Grenze und du schlafst! Da hat mich mein altes Soldatenherz keinen Schlaf mehr finden lassen. Ich bin nämlich Weltkriegskämpfer, heimgekehrt mit einem Bein, man hatte längst allen Sinn dieses Opfers auf-

## ANEXO B

(Folha 2)

gegeben. Aber nun ist nichts umsonst, kein Opfer, kein Leiden, der +  
Sieger des Weltkrieges ist der geworden, dem der Sieg nach seinen  
Heldentaten, seinen Opfern und Anstrengungen auch zukam. Ich  
schicke Ihnen zur Erinnerung an den 13. März diese Karte mit, +  
die eben frisch herausgekommen ist. Heben Sie sich dies kleine  
Erinnerungszeichen gut auf, es wird später einmal wertvoll sein.  
Wir sind nun ein Volk von 75 Millionen geworden. Und wer unsere  
stolze Wehrmacht sieht, der weiss, uns greift niemand mehr unge-  
straft an. Das wissen sie auch alle, sonst hätten sie ihrem bö-  
sen Willen wohl schon ein paarmal freien Lauf gelassen. Wir gön-  
nen Frankreich nicht die schlimmen Zeiten, die wir hinter uns +  
haben. Aber Verblendung genug ist uns von dort gekommen, und es  
scheint ja so, als ob über der Westgrenze noch immer nicht die  
Vernunft einkehren wolle.

Eben spricht der Führer in Wien. Es ist wenige Minuten  
vor 12 Uhr. Punkt 12 werden schlagartig alle Fahnen herausge- +  
hängt. Aber ganz Kassel ist schon geschmückt. Jedes Geschäft hat  
ein Schaufenster festlich hergerichtet. Wahre Kunstwerke sind +  
darunter. Heute abend prangen alle Städte in festlicher Illumi-  
nation. Eben erzählte mir der Ortsgruppenleiter, dass 15 000 +++  
Lämpchen allein für die weniger Strassen der Ortsgruppe ange- +  
fordert sind. Ich kann mir wohl denken, welche Gefühle unsere ++  
Auslandsdeutschen beseelen müssen, wenn sie den Ereignissen im  
Mutterlande aus weiter Ferne zugucken müssen. Ereignissen, die +  
von einer verlogenen und gehässigen Presse falsch dargestellt  
werden. Aber soviel werden die Auslandsdeutschen schon gelernt +  
haben, dass sich trotz aller eigentlich nur aus Neid geborenen  
Lüge des gehässigen Auslandes, ein Wunder ohnegleichen in Deut-  
schland vollzogen hat und sich noch immer weiter vollzieht. Sei-  
en Sie sicher, auch Ihr Südwest kehrt wieder zurück zum Deutschen  
Reiche. Unsere Kolonien bekommen wir auch noch wieder, wir bes- +  
kommen noch vielmehr wieder. Was aus blindem Hass und aus Verge-  
wältigung geschehen ist, das lässt sich für ewig nicht halten.

Eben habe ich auch unsere Hakenkreuzfahne gehisst. In +  
diese Zeilen brandet der Jubelorkan von Wien, dröhnt das Donnern  
unserer Fluggeschwader, heulen die Sirenen. Und ich schicke Ihnen  
den ersten Gruss aus Grossdeutschland.

Seien Sie nicht böse, dass ich bis jetzt nicht nach Ihnen  
gefragt. Es ist so gross, was un uns vorgeht, dass man sich selbst  
ganz dabei vergisst. Anteil genommen haben wir an Ihrem schweren  
Geschick, das Ihnen die Lebensgefährtin entriss. Wir wissen, was +  
eine Farmersfrau da draussen für den farmenden Deutschen bedeu-  
tet. Aber Ihre Lebensgefährtin hat Ihnen ja fünf prächtige Kinder  
zurückgelassen. Es ist eine Freude, sie zu sehen. Wir danken Ihnen  
für das Bild, ich werde es gleich Wolfgang schicken.

In nächster Woche sende ich Ihnen einige Zeitungen. Da +  
können Sie gleich Einzelheiten von den Tagen der Wahl erfahren.  
Nun bleiben Sie und Ihre Kinder im fernen Brasilien gesund. Wit-  
zenhausen ist mir wohlbekannt. Von den Wichtelmännern im Burgberg  
bei Ermschwerd habe ich noch vor kurzem meinen Schülkindern er-  
zählt. Es würde uns sehr freuen, wenn Sie Zeit haben, uns gelegent-  
lich mal wieder ~~zu~~ schreiben.

Herzlichen Gruss auch von meiner Frau, Ihnen und Ihren +  
Kindern und allen deutschen Brüdern in Blumenau!

Und

Heil Hitler!

Ihr

*Franz Riefersheim*  
*und Frau.*

## ANEXO C

FÜHRUNGSZEUGNIS (Ludwig Bölling). Windhuk – Deutsch-Südwestafrika (atualmente Namibia), 31 Jan. de 1909. 2f. Acervo particular da família Böelling. (Folha 1)

Nr. 15 der Truppenstammrolle für 190 07

**Führungszengnis.**

Der Kaiser Feldwebel Hermann Leinweber Bölling

geboren am 12. Februar 1884 zu Gut-Schafhof  
 Kreis Kriegshain Regierungsbezirk Cassel Bundesstaat Preussen  
 hat vom 1. Juli 1907 bis 31. Januar 1909  
 bei der Kaiserlichen Schutztruppe für Südwestafrika  
 gedient und sich während dieser Dienstzeit „sehr gut“ geführt.

**Strafen:**

a) Gerichtliche Strafen: Keine

b) Disziplinar-Bestrafungen mit strengem Arrest: Keine

Windhuk Berlin, den 31. Januar 1909.  
H. Königsmann  
 Vize-Leiter des Oberkommandos

Im Auftrage

M. G. Bölling  
 Führungsmann und Königsmann: Leinweber

Central-Form.-Anstalt v. Hinck, Berlin, S. Schatzkamm. 19.  
 und Buchdruckerei 8 00

Siehe Rückseite.

## ANEXO D

PFARRER KOCH. [Carta]. 21 Jan. de 1910. Ermschwerd, Hessen –  
 Alemanha [para] Reichs-Konialamt / Kommando der Schußtruppen,  
 Berlin – Alemanha. 1f. Solicitação de informações sobre o possível  
 ferimento de Ludwig Böelling. Acervo particular da família Böelling.

Reichs-Kolonialamt.  
 Kommando der Schutztruppen.

Berlin W. 8, den 21. Januar 1910.  
 Mauerstraße 43/46.

Ur. M. 375/10. Kb.  
 2663.

Auf die gefällige Anfrage vom 14. d. Mts.

-----oo-----

Ihr Hochwürden teilt das Kommando  
 ergebenst mit, das seitens der Schutztruppe für Süd-  
 westafrika ernstliche Unglücksfälle pp. sofort tele-  
 graphisch hierher gemeldet werden. Bei Eingang solcher  
 Meldungen werden die betreffenden Angehörigen von hier  
 aus unverzüglich in Kenntnis gesetzt. Da aber über  
 die angebliche Zerstörung der Polizeistation Send-  
 lingstrift und über eine Verwundung des Ludwig  
 B ö l l i n g hier keinerlei Nachricht vorliegt, dürfte  
 ein Grund zu irgendwelcher Besorgnis hinsichtlich  
 des Befindens des Genannten nicht vorhanden sein.

An  
 Herrn Pfarrer Koch  
 Hohehrwürden  
 Ermschwerd.  
 =====

*Nonnylofenning*